

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



**A imigração e a língua de acolhimento em Portugal: Questões de identidade e
integração**

Marta Luísa Torres dos Santos Marques

Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa - Língua Estrangeira / Língua Segunda

2015

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



**A imigração e a língua de acolhimento em Portugal: Questões de identidade e
integração**

Marta Luísa Torres dos Santos Marques

Dissertação de mestrado orientada por:
Professora Doutora Catarina Gaspar

Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa - Língua Estrangeira / Língua Segunda

2015

Agradecimentos

Crescer é um processo longo e difícil mas também muito desafiante e gratificante. Logicamente é um caminho que não podemos nem seríamos capazes de percorrer sozinhos. Por isso mesmo, aqui fica o agradecimento àqueles que me ajudaram a crescer nestes dois anos e àqueles que comigo também cresceram.

Em primeiro lugar, as minhas mais sinceras palavras de agradecimento e admiração à minha orientadora Professora Doutora Catarina Gaspar, por todos os ensinamentos pela ajuda nos momentos em que mais precisei e pela constante simpatia, paciência e compreensão que teve comigo.

Aos docentes do mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (LE/L2), bem como a todos os outros professores e profissionais que têm feito parte desta minha aventura académica, pelos ensinamentos e partilha de conhecimentos e experiências que me têm guiado e que certamente servirão sempre no decorrer do meu percurso.

Aos meus amigos que, sem dúvida, são um pilar fundamental. Em especial ao meu irmão (Micael), à Cidália, à Ana Sofia, ao Milton e ao André, pela força, paciência, carinho e encorajamento. Por acreditarem mesmo quando eu não acreditava e por todos os dias me ajudarem a ser melhor. Sem vocês não seria capaz!

Aos meus colegas e amigos de mestrado que comigo partilharam aprendizagens experiências e por vezes dúvidas e receios e que fizeram esta experiência mais rica e construtiva. Um especial agradecimento à Beatriz (Yuan) e à Filomena, que acompanharam de perto o progresso e me ajudaram sempre, obrigada pelo carinho e amizade, e ao Ahmed pela força e confiança que sempre me foi dando. Ao Jorge, agradeço profundamente pela força e pelas palavras certas no momento certo.

Não podia faltar o agradecimento à minha família, que sempre me apoiou, em especial aos meus pais, a quem devo muito, especialmente aquilo que sou e aquilo que quero ser.

Agradeço também a todos quantos participaram no meu projeto e o tornaram possível, nomeadamente aos informantes que gentilmente se disponibilizaram para as entrevistas e a todos aqueles com quem fui conversando e me foram ajudando a perceber

melhor as questões que aqui trabalhei. Agradeço não só pela participação mas também pela simpatia e partilha e pelo que com eles aprendi, que me permitiu enriquecer não só este trabalho, mas também pessoalmente.

Resumo

A imigração, a diversidade e a multiculturalidade estão cada vez mais presentes nas sociedades modernas e a gestão desta realidade representa um enorme desafio, tanto para as sociedades de acolhimento como para os próprios imigrantes. Esse desafio implica um processo de adaptação e integração que apenas pode funcionar havendo vontade e esforço de ambas as partes envolvidas. O país (sociedade) de acolhimento deve trabalhar no sentido de promover um ambiente onde nativos e imigrantes possam conviver pacificamente garantindo a todos o respeito por direitos e deveres, bem como pelas suas identidades. Quanto aos imigrantes, têm que se adaptar a uma nova vida e uma nova realidade longe dos seus países de origem, devendo também eles respeitar o meio em que se encontram e do qual passam a fazer parte, ao mesmo tempo que tentam preservar as suas identidades e os laços com o seu país de origem.

É um processo que envolve muitas mudanças, particularmente para os imigrantes. O país, a sociedade, os costumes, a cultura, o clima, as crenças, a língua, etc, fazem parte de um conjunto de novas experiências e novas aprendizagens para o imigrante. Essas novas experiências trazidas pela imigração têm a potencialidade de gerar mudança identitária.

Através de um estudo que pretendeu dar voz aos próprios imigrantes, procurei neste trabalho perceber se há realmente mudanças ao nível da identidade provocadas pelo processo de imigração e de que modo atuam alguns elementos nessa mudança e no processo de integração, nomeadamente a língua – língua materna e língua de acolhimento.

Palavras-chave: Língua de acolhimento, Integração, Identidade, Cultura, Imigração

Abstract

Immigration, diversity and multiculturalism are every day more present in the modern society and dealing with this reality represents a big challenge for both, host society and the immigrants. It requires a process of adaptation and integration that can only work if both parts are involved and willing to make things work. The host society must promote an environment where natives and immigrants can live together peacefully and also guarantee that all legal rights and obligations are respected as well as people's identities. When it comes to the immigrants, they have to adapt to a new culture and environment, making sure they respect the society which they are now part of, and also try to preserve their identities and the bond with their own country and people.

It's a process that involves many changes, more so to the immigrants. The nation, society, habits, culture, weather, beliefs, language, etc., are all new experiences to them. These integration and experiences could have the potential to generate identity changes.

Through a study that wanted to listen to the immigrants opinions and experiences, I've tried to understand if there are actually changes in immigrants identities as a result of the migration process and how do some elements take place in that change, particularly the language - language from the host society and language from the origin country.

Key-words: Host language, Integration, Identity, Culture, Immigration

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	6
Índice	7
Índice de mapas, gráficos e tabelas	9
Abreviaturas, siglas e acrónimos.....	10
Introdução.....	12
Capítulo 1 - Língua, cultura e identidade.....	19
1.1- Identidade	24
1.1.1. Identidade cultural.....	28
1.1.2. Identidade Nacional	32
1.1.3. Identidade linguística.....	34
1.2.- Construção de identidade no discurso	36
1.3 - Política do reconhecimento (Charles Taylor).....	37
Capítulo 2 - Imigração	39
2.1- Conceito de imigração.....	39
2.2- (I) migração e identidade	40
2.3- Modelos de integração.....	42
2.4. A imigração em Portugal	45
2.4.1. Migrações dos PALOP.....	48
2.4.2. Migrações de leste	49
2.4.3. Dados gerais da imigração em Portugal:	51
2.5. - Políticas de integração.....	52
2.6. Portugal como país de acolhimento.....	56
2.6.1- O processo legal	60
2.6.2- Direitos e deveres	63
2.6.3- O processo de aquisição da nacionalidade (A lei da Nacionalidade)	64
2.7. - Alguns projetos e iniciativas de apoio à integração desenvolvidos em Portugal	69
Capítulo 3 - A língua e a imigração.....	76
3.1- Conceitos-chave	76
3.2- Papel da língua na integração.....	82
3.2.1- Integração Profissional.....	84
3.2.2- Integração Social.....	85
3.2.3- Integração Legal	88
3.3 - Ensino/aprendizagem da língua de acolhimento.....	89

3.3.1- Aprender língua estrangeira /aprender língua segunda/ língua de acolhimento	89
3.3.2- Aprender a língua de acolhimento	93
3.3.3- A cultura e a língua na integração dos indivíduos	96
Capítulo 4- Caracterização geral dos grupos em estudo	97
4.1- GRUPO 1 - Cabo-verdianos imigrantes em Portugal	97
4.1.1- Caracterização do contexto de origem	97
4.1.2- Cabo-verdianos em Portugal	99
4.2- GRUPO 2 - Ucrânicos imigrantes em Portugal.....	100
4.2.2- Ucrânicos em Portugal.....	101
4.3- Panorama linguístico	103
Capítulo 5 - O estudo.....	109
5.1- Aspectos Metodológicos	109
5.1.1- Descrição do estudo	109
5.1.2- Metodologia	110
5.1.3- Caracterização da amostra	110
5.1.4 - Instrumento linguístico	111
5.1.5 - Recolha dos dados.....	112
5.1.6 - Tratamento dos dados	112
5.2- Análise dos dados.....	113
5.2.1- Apresentação dos dados	114
5.2.2- Análise e descrição dos dados	120
a) Análise geral dos dados.....	120
b) Língua	122
c) Identidade.....	129
Conclusões.....	134
Bibliografia.....	138
Sitografia	138
Legislação.....	150
Anexos	151
Anexo 1 - Guião da entrevista.....	151
Anexo 2 - transcrições	152
Anexo 3 - Dados dos entrevistados do grupo 1	152
Anexo 4 - Dados dos entrevistados do grupo 2.....	152

Índice de mapas, gráficos e tabelas

- Figura 1: manifestações de cultura em diferentes níveis de profundidade - pág. 31
- Figura 2: vantagens da naturalização do ponto de vista dos imigrantes in OI45 - pág. 69
- Mapa 1: origem geográfica das principais populações migrantes. - pág. 48
- Mapa 2: Principais países de origem das migrações de Leste em Portugal - pág. 51
- Gráfico 1: população estrangeira em Portugal entre 1980 e 2008 - pág. 47
- Gráfico 2: imigrantes lusófonos em Portugal - pág. 49
- Gráfico 3: Principais nacionalidades dos imigrantes africanos - pág. 50
- Gráfico 4: População estrangeira por nacionalidade - pág. 52
- Gráfico 5: resultados gerais Mipex III Portugal - pág. 59
- Quadro 1 - caracterização dos informantes do Grupo I - pág. 115
- Quadro 2 - caracterização dos informantes do Grupo II - pág. 116
- Quadro 3- dados das entrevistas do Grupo I - pág.117
- Quadro 4- dados das entrevistas do Grupo II - pág. 120
- Quadro 5 - análise da pergunta 6 do ponto de vista da transitividade- grupo I - pág.127

Abreviaturas, siglas e acrónimos

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACM- Alto Comissariado para as Migrações

ACIME- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ALTE – The Association of Language Testers in Europe

CAPLE- Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIPLE - Certificado Inicial de Português Língua Estrangeira

COCAI - Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CRP - Constituição da República Portuguesa

CV- Cabo Verde

GU - Gramática Universal

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

LA- Língua de Acolhimento

LE - Língua estrangeira

LM/L1- Língua Materna

LS/L2- Língua Segunda

MAI- Ministério da Administração Interna

MIPEX- Migrant Integration Policy Index (Índice de Políticas de Integração de Migrantes)

OI - Observatório da Imigração

PA- País de Acolhimento

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

PII- Plano para a integração de imigrantes

PLNM - Português Língua Não Materna

PO- País de Origem

PT- Português

QECR - Quadro Europeu Comum de Referência

QuaREPE - Quadro de Referência do Ensino de Português como Língua Estrangeira

RIFA - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (SEF)

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE- União Europeia

UEFUL- Utilizador Elementar Falante de Outras Línguas

Introdução

O tema da imigração é um tema atual, foi um tema do passado e será certamente um tema do futuro. É um tema do quotidiano de todos e é, sem dúvida, uma realidade que nos muda, quer sejamos nós próprios imigrantes, quer façamos parte da sociedade de acolhimento - trata-se de um processo que atua nos dois sentidos.

O mundo em que vivemos é cada vez mais caracterizado por pessoas que se movem de um lado para o outro, pessoas que saem do país/terra que os viu nascer em direção ao mundo. Essa mobilidade das populações tem impacto tanto no local de origem, como no local de chegada e faz das sociedades grupos cada vez mais heterogéneos.

Trata-se de um fenómeno social, que está presente um pouco pelos mais diversos países. Normalmente em busca de uma vida melhor e com expectativas elevadas, os indivíduos saem do seu espaço, do local que os viu nascer e onde construíram uma vida, uma identidade, em direção a um novo espaço. Durante anos, aquele foi o espaço que conheceram e aquelas as pessoas com quem conviveram, os seus hábitos, o seu clima, a sua história, os seus valores, as suas crenças, etc. Cada vivência que até então experimentaram naquele local fez deles quem são, mas decidem sair e, no momento da saída, não pode deixar de haver uma quebra entre o indivíduo e o seu país, a sua pátria (pelo menos física).

No entanto, imigrar não resulta apenas no afastamento físico do país de origem para viver e trabalhar num novo país. É um processo que implica várias mudanças na vida dos indivíduos, várias adaptações, sobretudo no caso de países de origem e de acolhimento serem bastante distantes, geográfica e culturalmente. Este processo implica uma grande mudança na vida das pessoas e exige um grande esforço de adaptação e integração, que está intimamente ligado a questões relacionadas com a língua e a cultura e pode ter algumas consequências na identidade dos indivíduos.

Uma das primeiras questões que se colocam a um imigrante é o deparar-se com uma realidade diferente. Geralmente vê-se sozinho nesta nova situação, o que exige um maior esforço de adaptação. A língua, como principal meio de comunicação dos homens,

torna-se fundamental para o processo de integração destes novos cidadãos. A língua representa o principal elo de ligação e meio de acesso à comunidade e ao país que lhes é estranho.

Além de todas as adaptações a que está sujeito e de todas as mudanças com que se depara à chegada ao país de acolhimento, o imigrante tem, ao mesmo tempo, de lidar com sentimentos de afastamento em relação ao seu país e à sua cultura de origem, que se aliam à tentativa (ou não) de preservar a ligação ao país de origem, parte da sua identidade. Concordaremos, portanto, que se trata de um enorme desafio este ato de sair em direção ao mundo, deixando para trás tudo aquilo que se conhece e que era familiar. Como me dizia um imigrante, com quem conversava sobre este projeto, imigrar é voltar a ser criança, é ter que aprender tudo de novo, aprender a falar uma nova língua, aprender a andar na nova cidade/ localidade, aprender a comer, porque a comida é diferente, aprender a estar e a conhecer as pessoas, aprender e perceber como as coisas funcionam, aprender sobretudo a respeitar e a ser respeitado. Ser imigrante é quase como nascer de novo, tudo é novidade tudo tem que ser aprendido. Mas, essa nova aprendizagem não passa, nem deve passar, por cima daquilo que até então construiu o sujeito, enquanto pessoa e que faz parte da sua identidade, enquanto ser humano e enquanto indivíduo pertencente a uma determinada comunidade. A verdade é que tudo o que fazemos e vivenciamos nos constrói enquanto pessoas. Tudo aquilo que aprendemos, tudo aquilo em que acreditamos e tudo aquilo que vivemos no dia-a-dia, faz de nós quem somos e marca a nossa identidade. Enquanto seres humanos, construimo-nos através uns dos outros, construimo-nos no contacto diário com aqueles que nos rodeiam. Somos seres sociais e é através do contacto social que nos vamos formando enquanto pessoas sociais que somos. A nossa identidade está em nós e nos outros, está no modo como nos vemos e pensamos, no modo como vemos e pensamos o mundo, mas também no modo como o resto do mundo nos vê. Não somos seres isolados e é pelo contacto, pelo discurso, pelas vivências, que nos construímos e somos construídos.

A imigração é uma nova experiência para quem a toma como opção para a sua vida. É uma vivência que, tal como todas as anteriores, não pode deixar de ter impacto na vida de quem a experiencia e, conseqüentemente, na sua identidade.

Posto isto, podemos falar em imigrante como uma condição que se associa a uma identidade específica? Estarão estes indivíduos “condenados” a ser sempre “o outro”, no país que os acolhe, ao mesmo tempo que se sentem já “o outro” no seu próprio país de origem? Ou, por outro lado, o que é que a integração no país de acolhimento implica? Será que obriga a um corte radical com as suas origens? Será que transforma totalmente a sua identidade?

A imigração é um processo complexo e uma realidade constante no mundo e Portugal não é exceção. Como consequência da imigração, em qualquer parte, estamos sujeitos à convivência com pessoas, culturas e identidades completamente diferentes e bastante variadas. Isso faz com que possamos conviver diariamente com a diferença, com todos os desafios e usufruir de todas as vantagens que a diversidade traz. O nosso país é não só um país de emigração, como foi durante muito tempo, mas também um país de imigração, pelo que esta realidade da diversidade é uma constante no dia-a-dia. Portugal acolhe as mais diversas nacionalidades de imigrantes, sendo as mais significativas, em termos numéricos, segundo dados do SEF (RIFA 2013), a brasileira, a ucraniana, a romena, a cabo-verdiana e a angolana.

Enquanto estudante de um curso de língua e cultura portuguesa, numa vertente desenhada para pensar “o outro” e, como futura professora de português língua não materna (LE/L2), interessa-me realmente pensar esse “outro”. Interessa-me pensar naquilo que precisa, como se sente, o que me traz de novo e o que é que com ele posso aprender. Neste trabalho, mais especificamente, interessa-me perceber o papel da língua na integração dos imigrantes e as consequências de todo o processo de imigração na sua identidade e na sua perceção dessa identidade, nomeadamente ao nível linguístico e cultural.

A escolha deste tema de trabalho prende-se com o facto de, na sequência de outro trabalho já desenvolvido, me interessar por perceber o que sentem os imigrantes quando deixam os seus países de origem e quando vivem uma parte significativa da vida num país que não é (ou não era) o seu; interessa-me perceber o que acontece em termos de identidade, patriotismo, sensação de pertença a um espaço/país/ terra; entre outras coisas, interessa-me tentar perceber o que sentem estes imigrantes, se se sentem integrados e já parte da sociedade de acolhimento, se se sentem “fora de água”, ou se se sentem parte de

duas terras, ou estrangeiros no país de acolhimento, mas também no país de origem... Interessa-me perceber, portanto, que efeito tem, em cada um, a imigração e todas as mudanças que esta impõe na vida dos imigrantes. Estamos habituados a olhar para a imigração como um projeto social, que tem efeitos nos países de origem e de acolhimento e no mundo em geral. Além disso, interessa-me pensar a imigração do ponto de vista individual, considerando questões como a língua, a identidade e a identidade dos sujeitos.

Só pensando este processo do ponto de vista mais humano, podemos, enquanto sociedade de acolhimento, estar à altura de promover uma vivência pacífica e positiva entre nativos e imigrantes e fazer deste processo uma mais-valia para ambos os lados.

Na óbvia impossibilidade de aceder a cada imigrante em particular, selecionei para este trabalho dois grupos diferentes de imigrantes em Portugal, residentes na área metropolitana de Lisboa, que é um dos locais onde se concentram algumas das maiores comunidades de imigrantes, em Portugal: o primeiro grupo é constituído por imigrantes de origem cabo-verdiana; e o segundo é constituído por imigrantes de origem ucraniana.

A escolha destes dois grupos tão diferentes foi feita de modo a poder fazer uma análise comparativa dos efeitos da imigração e da aprendizagem da língua de acolhimento, nos indivíduos, em geral, e nas suas identidades, em particular. Além disso, a comparação destes dois grupos pretende também apurar se origens tão diferentes têm também influência na forma como se faz o seu processo de integração e na consequência que isso tem ao nível da identidade. Os grupos escolhidos correspondem a dois dos maiores grupos de imigrantes atualmente em Portugal e a duas vagas de imigração muito distintas: uma bastante mais recente do que a outra.

Em 2012, os imigrantes ucranianos e cabo-verdianos correspondiam, respetivamente, ao segundo e terceiro grupos mais numerosos em Portugal, apenas ultrapassados pelo grupo de imigrantes de origem brasileira, correspondendo a 10,6% e a 10,3%, respetivamente, da população imigrante em Portugal (SEF). A escolha destes dois grupos tem também a ver com o facto de serem grupos com contextos linguísticos totalmente diferentes; para os cabo-verdianos o português é uma língua que está presente e que tem um estatuto político no país de origem, enquanto para os ucranianos é apenas a língua estrangeira e do país de acolhimento.

O objetivo principal desta dissertação, como já foi referido, é ter a possibilidade de pensar a imigração de outra forma; é entendê-la não só do ponto de vista global e/ou político, mas do ponto de vista pessoal dos próprios imigrantes. Pretendo perceber de que forma é que o processo de integração, nomeadamente, a integração linguística e cultural, tem implicações na identidade e na perceção da identidade dos imigrantes a residir em Portugal. O processo de integração implica diferentes sujeitos – os imigrantes e os indivíduos que integram a sociedade de acolhimento. Este processo não é unívoco e isso é visível, em especial, na forma como se faz a aprendizagem da língua de acolhimento, neste caso, o português. Com este estudo, pretendi também analisar a perceção e ideias que os imigrantes têm sobre questões de identidade, língua e cultura, fazendo-os pensar e exprimir-se sobre estes assuntos, ter acesso ao que sentem e ao modo como pensam e vivem a imigração e as mudanças que esta lhes impõe. Saber se fazem um balanço positivo ou não do seu percurso de imigração, como se sentem em relação à comunidade que os acolhe (e se sentem que os acolhe), que posição têm em relação à língua de acolhimento (e à língua de origem), de que forma vivem a cultura, etc..

Esta dissertação está organizada em duas partes principais. A primeira é uma parte mais teórica e fundamenta a análise dos dados recolhidos junto das duas comunidades de imigrantes que são objeto deste estudo. Na segunda parte, apresentam-se os resultados da análise dos dados recolhidos por entrevista. A primeira parte é constituída pelos capítulos 1 a 3; a segunda parte é constituída pelos capítulos 4 e 5.

No capítulo 1, foi feita uma revisão dos conceitos relevantes para o tema aqui desenvolvido - um enquadramento teórico da temática aqui estudada. Nesse sentido, serão trabalhados conceitos associados à imigração, tais como língua, cultura e identidade, no sentido de chamar a atenção para a sua presença e importância num processo de imigração.

Num segundo capítulo, foi feita uma revisão sobre o conceito de imigração e outros conceitos que lhe estão associados, bem como, a imigração no contexto específico de Portugal: como se desencadeia o processo do ponto de vista legal, que políticas de integração existem, alguns números da imigração em Portugal, entre outros aspetos.

Já no terceiro capítulo, coube-me abordar a questão da língua no processo de imigração. Mais uma vez foram trabalhados alguns dos conceitos-chave relacionados

com o assunto em análise, seguido do trabalho no tema concreto do papel da língua na integração dos imigrantes em Portugal aos mais diversos níveis. Por fim foi ainda abordado o tema do ensino/aprendizagem da língua de acolhimento pelos imigrantes.

Numa segunda parte, que inclui os capítulos 4 e 5, de carácter mais prático, teve lugar a apresentação e desenvolvimento e análise do estudo que esteve na origem deste trabalho.

No capítulo 4, faz-se a caracterização dos grupos de estudo seleccionados para este projeto de investigação e dos seus contextos de origem: o primeiro grupo, constituído por imigrantes de origem cabo-verdiana e o segundo grupo, que é constituído por imigrantes de origem ucraniana.

O capítulo 5 é dedicado à descrição dos aspetos metodológicos do estudo aqui desenvolvido e à apresentação do estudo propriamente dito, seguida da análise e interpretação dos dados recolhidos. Por fim, apresentam-se as conclusões e a discussão dos resultados obtidos.

Por se tratar de um projeto de investigação, o que se pretende é pensar os assuntos de outro ponto de vista e ter acesso a dados reais, a histórias reais da experiência de imigração em Portugal, em especial, no que se refere às questões da língua e da perceção da identidade.

O objetivo maior centra-se na possibilidade de, pensando estes assuntos, abrir caminhos para a compreensão e para a tomada de atenção para as várias temáticas que envolvem o processo de imigração. Pensar e trabalhar os assuntos é o primeiro passo para que venham a ser considerados e compreendidos por todos.

A verdade é que a integração de imigrantes no país de acolhimento é e deve ser um processo de trabalho mútuo entre a comunidade imigrante, a comunidade de acolhimento e o país de acolhimento por meio das suas instituições. Isto para uma integração completa e considerada ideal.

Este trabalho vem, portanto, procurar saber de que modo é trabalhada esta integração e que balanço se faz entre a integração legal e a integração linguístico-cultural dos imigrantes em Portugal. Tentar perceber se uma prevalece em relação a outra, se é dada a devida importância à integração dos imigrantes no que vai além das questões legais, saber de que modo eles próprios lidam com a questão da integração e se de algum

modo sentem o impacto que tem ou pode ter nas suas identidades, enquanto pessoas e enquanto indivíduos pertencentes a outro meio, por assim dizer.

Interessa-me também perceber de que forma a língua de acolhimento tem impacto também na identidade e na perceção da identidade dos imigrantes.

Através de um trabalho de investigação e de análise de dados recolhidos em entrevistas a dois grupos distintos de imigrantes residentes em Portugal, as questões que se colocam e sobre as quais se irá debruçar este trabalho são:

- Haverá (ou não) mudanças na identidade linguística, cultural e pessoal dos indivíduos dos grupos em estudo?

- Qual a importância da língua e da cultura na construção da identidade?

- O que sentem os indivíduos em relação à língua de acolhimento (Vs. língua de origem) e sua aquisição?

- O impacto da imigração na identidade dos imigrantes é necessariamente negativo?

- Ocorrerá de facto uma mudança de identidade? Ou apenas um crescimento/uma adição à(s) identidade(s) prévias?

- Essa mudança dependerá do tipo de vivências e do processo de imigração/integração, ou até da pessoa que o vive?

- Desenvolvem os imigrantes um sentimento de pertença ao país de origem e/ou ao país de acolhimento?

Capítulo 1 - Língua, cultura e identidade

Nos últimos anos, o tema da identidade tem vindo a ser constantemente abordado pelas diferentes áreas do saber, nomeadamente pelos estudos culturais e sociais. Autores como Stuart Hall, Anthony Giddens, entre tantos outros, estudam esta problemática e muitos trabalhos e discussões têm também surgido em torno do conceito identidade.

Na modernidade e pós-modernidade, questões como a globalização e as migrações são fatores de mudança de uma ideia de identidade, anteriormente vista como algo sólido e uniforme. Se havia, antes, a tendência para caracterizar as sociedades como homogêneas, identitária e culturalmente, e com identidades culturais estáveis, essa ideia parece cada vez mais ser irreal. O contacto frequente e inevitável entre indivíduos e culturas dos mais diferentes cantos do mundo não pode ser ignorado nem pode deixar de ter influência nas vivências e, conseqüentemente, nas identidades dos indivíduos e das sociedades. Esse contacto é constante e frequente e está, não só no dia a dia, através das relações pessoais e da convivência direta com as diferentes culturas, como também em todos os meios de difusão da informação, como a internet, a televisão, a música, a arte, etc. Estamos, portanto, em constante contacto com múltiplas realidades culturais, contacto esse que provoca reflexão, desperta curiosidade, provoca envolvimento de pessoas diferentes e a sua participação em experiências às quais não estaríamos expostos caso não houvesse este contacto e esta diversidade.

Hall (1996), discute esta questão referindo a existência de uma crise de identidade nas sociedades atuais, na qual as antigas identidades que estabilizaram o mundo social por tanto tempo - identidades estáveis e unificadas - se encontram em declínio, dando lugar a novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. A ideia de uma identidade estável e unificada dá lugar, nas sociedades modernas e pós-modernas, a várias identidades fragmentadas que constituem o indivíduo social. As identidades modernas estão a ser “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas.

“A distinctive type of structural change is transforming modern societies in the twentieth century. This is fragmenting the cultural landscapes of class, gender, sexuality, ethnicity, race, and nationality, which gave us firm location as social individuals. These transformations are also

shifting our personal identities, undermining our sense of ourselves as integrated subjects” (Hall, 1996:596)

A crise de identidade tem a ver com essa perda de uma estabilidade identitária e do sentido de “si próprio”, também designada por deslocamento ou descentramento do sujeito, que ocorre a dois níveis: há um descentramento do sujeito do seu lugar no mundo social e cultural e um descentramento do sujeito de si próprio.

Hall (1996), em “The question of cultural identity”, onde discute e coloca várias questões em relação à temática da identidade, distingue três tipos de concepções de identidade à luz de três tipos de sujeito de diferentes épocas: o sujeito do iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo era baseado na concepção de um indivíduo unificado cujo núcleo permanecia basicamente o mesmo (contínuo ou igual) ao longo da sua existência individual. “The essential center of the self was a person’s identity” (Hall, 1996:597). Esta era uma concepção individualista do sujeito e da sua identidade.

O sujeito sociológico reflete já alguma complexificação do mundo moderno e a tomada de consciência de que o sujeito não é autossuficiente, mas sim formado na relação com os outros. Não é já uma concepção individualista da identidade, como no caso do sujeito do iluminismo, mas antes uma concepção interativa, uma vez que a identidade é formada através da interação entre o indivíduo e a sociedade. O sujeito mantém o seu núcleo individual, mas ele é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais e as suas identidades. “The subject previously experienced as having an unified and stable identity, is becoming fragmented; composed, not of a single, but several, sometimes contradictory or unresolved, identities. [...] The very process of identification through which we project ourselves into our cultural identities, has become more open-ended, variable, and problematic.” Hall (1996: 598)

Começa-se já a notar o início da fragmentação do eu sujeito e daquela que era antes uma identidade unificada e contínua. Esta fragmentação é ainda mais visível e centrada no sujeito pós-moderno, conceptualizado como um sujeito que não tem uma identidade fixa, principal ou permanente. A identidade passa a ser mutável e formada e transformada de modo contínuo na relação com os sistemas culturais. Em vez de uma identidade estabelecida e estável ao longo da sua existência, o sujeito vai tendo várias

identidades, que vai formando, reformulando ou transformando, através da sua vivência com os outros e das suas identificações. “The subject assumes different identities at different times, identities which are not unified around a coherent self” Hall (1996:598)

Esta nova conceção de sujeito fragmentado representa a complexidade do mundo moderno. Além da evolução histórica da humanidade e das sociedades, fenómenos como o da globalização, que põem em contacto cada vez mais e mais distintos mundos culturais, acrescentam muita dessa complexificação que terá resultado na descentração e fragmentação do sujeito. Outro aspeto que também joga nesta complexidade das sociedades é o fenómeno das migrações que, embora sempre tenha existido, parece ser cada vez mais frequente e ter consequentemente maior impacto num mundo globalizado. Resultando de tudo isto, as sociedades modernas são consideradas sociedades de constante, rápida e permanente mudança, o que potencia muito provavelmente mudanças nos próprios indivíduos, nomeadamente a nível identitário.

Tudo isto tem impacto e faz sentido ser pensado pelo facto de o homem ser um ser social e, como tal, relaciona-se com os outros e vive em sociedade. Esta vivência também o constrói e faz parte da sua identidade e é neste permanente contacto com o outro, com a diferença e com a mudança, que ele se vai formando e criando identificações com grupos, pessoas, ideais, etc. A identidade é relacional.

Na mesma linha de pensamento, o Homem como ser social, Charles Taylor, no ensaio “Politics of Recognition” (1992) defende que uma característica crucial da condição humana é o carácter dialógico, que tem a ver com a nossa vivência e contacto com os outros, através do qual ganhamos experiência, adquirimos e transmitimos conhecimento. A identidade que cultivamos depende das nossas relações dialógicas com os outros, ou seja, é formada por processos sociais.

Uma hipótese que defendo, que vai também de encontro ao conceito de “fragmentação do eu” de Stuart Hall, é sermos constituídos não só por uma identidade, mas por várias. Essas identidades são construídas por nós próprios e pelos outros, consoante aquilo que somos, aquilo que parecemos, aquilo em que acreditamos, os grupos a que pertencemos, as coisas que fazemos, os estereótipos que aprendemos; em suma, tudo aquilo que nos rodeia pode ter impacto nas nossas identidades. São construídas, formadas e reformuladas de acordo com aquilo com que nos identificamos

ou não. A nossa identificação com determinadas situações, valores, ideais, características, etc., ajuda a formar a nossa identidade.

“...L’identification se construit sur la reconnaissance de caractéristiques ou d’une origine communes avec une autre personne, avec un groupe - ou avec un idéal -, et sous l’aboutissement naturel de la solidarité et de l’allegiance établies sur ce fundament.” (Hall, 2008: 269)

Este reconhecimento (ou ausência dele) é o ponto de partida para construções identitárias, uma vez que através dele nos colocamos numa posição em relação ao que experienciamos: aprovamos/desaprovamos, identificamo-nos/não nos identificamos, pertencemos a um grupo/ não pertencemos, etc.

No fundo, todas as experiências que um indivíduo vive podem contar para a formação do seu eu individual e do seu eu social. Tudo aquilo com que um indivíduo está em contacto diariamente bem como aqueles com quem se relaciona, ou seja, toda a experiência de vida tem o potencial de ir provocando mudanças.

O próprio homem é um ser que está em constante mudança, observa e questiona valores e o mundo que o rodeia, o que faz com que se vá pensando e reconstruindo a si próprio e à sua identidade ao longo do tempo: “Contrairement à ce que sugere sa trajectoire sémantique, l’identité ne signale pas un sujet stable et central qui se développerait sans alteration entre un commencement et un fin, à travers les vicissitudes de l’histoire...” (Hall, 2008: 270)

No caso da imigração, os indivíduos vivenciam todo um contínuo de novas experiências, que pelo seu carácter e impacto nas suas vidas, são potenciadoras de reflexão de valores e mudança. Não é novidade que tudo o que vivemos faz de nós quem somos e que são as nossas experiências que nos permitem agir, ser, pensar de determinado modo. O interessante em relação à imigração do ponto de vista da identidade é que, de uma forma ou de outra, as novas experiências podem ir de encontro às anteriores, podendo resultar numa simples adaptação e/ou mudança, ou num dilema de identidades, na medida em que o imigrante se vê confrontado com novas realidades e pode sentir isso como uma obrigação de escolha. Isto acontece nomeadamente em relação à nova cultura e língua com que os imigrantes se deparam no contexto de acolhimento.

A cultura e a língua são elementos integrantes da identidade dos indivíduos e o afastamento do país de acolhimento altera, de certa forma, a vivência destes aspectos que, embora possam continuar a fazer parte da vida e do dia a dia dos imigrantes, não o será da mesma forma, uma vez que o cenário de ação não é o mesmo, não é o país de origem, mas o país de acolhimento. As diferenças impõem-se, por mais que não seja pela convivência da língua e cultura de origem com a língua e cultura do país de acolhimento, bem como pelo seu estatuto e caráter minoritário no país de acolhimento. Esta gestão que os imigrantes sentem necessidade de fazer no que diz respeito à sua língua e cultura de origem em contexto de acolhimento, é também ela suscetível de provocar mudanças na sua identidade. Desde o momento que se conhece como gente que cada indivíduo se vê ligado a uma língua e cultura. À chegada ao país de acolhimento, traz consigo uma bagagem linguístico-cultural, uma visão do mundo, que pode ou não ter semelhanças com a do país de acolhimento, mas certamente não será coincidente, pelo que terá de lidar com uma nova realidade social, linguística e cultural.

“Língua, cultura e sociedade são indissociáveis, cabendo à língua o papel de transmissor da cultura e de representação de uma imagem do mundo em que se espelham diferentes realidades.” (QuaREPE, 2011:11)

Toda a língua tem uma enorme carga identitária e cultural. É na língua e através dela que as sociedades ou grupos se formam e transmitem a sua cultura, em geral, e as suas marcas identitárias, em particular. É através da língua (embora não só) que se estabelecem as relações sociais e, conseqüentemente se constroem e evoluem as identidades das sociedades. É pela comunicação e convivência que os indivíduos partilham vivências, hábitos e crenças.

Sabemos também que a vivência em sociedade necessita de normas reguladoras e tem padrões de funcionamento, que têm geralmente por base uma hierarquização. Castells (1996:34), partindo do princípio a que a construção social da identidade é sempre feita num contexto marcado por relações de poder, defende a existência de três formas de identidade: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. Destas, a primeira terá a ver com a força que as instituições dominantes impõem às restantes, no sentido de dar força e ênfase ao seu domínio; a segunda, em oposição, é criada por aqueles que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas, para

se oporem a essa dominação da parte das instituições dominantes. A terceira, identidade de projeto ocorre quando os atores sociais, utilizando qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e fazem-no procurando transformar toda a estrutura social (o autor dá o exemplo do feminismo).

Lógico será pensar que aqueles que sentem a necessidade de criar este segundo tipo de identidade - identidade de resistência - o fazem por se sentirem dominados ou desvalorizados por parte dos primeiros. Existe uma aparente dualidade e oposição entre estes dois primeiros tipos de identidades referidas por Castells. Esta poderá, ou não, ser a distribuição das identidades sociais, nos contextos de migração. À partida, a sociedade de acolhimento será vista como a instituição dominante, enquanto o indivíduo migrante é visto como o dominado, pelo que precisa desenvolver defesas criando uma identidade de resistência.

Interessante será perceber se esta situação realmente se verifica, neste caso, no contexto específico de Portugal e entre os grupos de imigrantes em estudo, isto é, se a ideia de integração no país de acolhimento e a aquisição da língua de acolhimento são vistas pelos imigrantes como forças da instituição dominante (sociedade portuguesa) e como uma espécie de ameaça ou meio pelo qual enfraquece a sua própria identidade de origem.

Em suma, identidade está em tudo o que fazemos, experienciamos, conhecemos. Qualquer vivência e ou aprendizagem interfere com a construção pessoal de cada um, com a sua conceção de si mesmo, bem como como a sua conceção do mundo e do outro.

1.1- Identidade

Identidade é um conceito muito vasto e, sendo usado em várias áreas do saber, muitas vezes é definido de forma diferente, consoante o âmbito de estudo. Nas áreas da psicologia e da sociologia, por exemplo, o conceito é visto sobretudo do ponto de vista da construção do indivíduo em termos de carácter, da construção de um “eu” pessoa, construção essa que tem o seu pico na fase da adolescência, momento em que o indivíduo começa a olhar o mundo de outra forma, a estruturar o seu pensamento, a ter opiniões e visões sobre o que o rodeia. Em outras áreas do saber, como por exemplo a psicologia ou

a sociologia, considera-se que a identidade dos indivíduos está em permanente construção e reconstrução ao longo da vida, de acordo com as experiências de cada um e o contexto em que se encontram. Mais do que o campo de estudo que trabalha o conceito, importa ter em conta os diferentes contextos em que ele se aplica.

No século XX, entre os vários autores que trataram a temática da identidade um dos que se destaca é Erickson. O conceito de Identidade e a consciência dos indivíduos dessa identidade surge muito associado a uma construção do eu e uma consciencialização maior de si e do mundo. Identidade, segundo Erikson, envolve um binómio de autoconhecimento e autoconsciência em paralelo com o desconhecimento de si próprio e do futuro (*identity synthesis and identity confusion*). A formação da identidade dos indivíduos e/ou a tomada de consciência dos ideais que estão na base dessa construção tem lugar em pontos entre estes dois polos do binómio: um maior autoconhecimento do indivíduo e uma formação de bases consistentes da identidade, corresponde a uma maior proximidade do polo *identity synthesis*, que tem que ver com a reorganização das identificações do indivíduo da infância e com a estabilização dos ideais, que constituem a sua identidade adulta. Pelo contrário, um diminuto auto-conhecimento e pouca consistência nos ideais de base da identidade correspondem a uma maior proximidade com o polo *identity confusion*, que, segundo Erikson, se caracteriza pela impossibilidade do indivíduo de desenvolver uma base de ideais nos quais baseia a sua identidade adulta. Ao longo da sua vida, o indivíduo pode encontrar-se em diferentes pontos intermédios deste contínuo.

Com base no conceito de identidade de Erikson, que já havia distinguido identidade a um nível pessoal de identidade a um nível social, Schwartz et al. (2001, 2006) defendem que a identidade é constituída pelas dimensões pessoal, social e cultural, sendo que a dimensão cultural (identidade cultural) está incluída na dimensão social (identidade social).

A identidade pessoal, por sua vez, tem a ver com os objetivos, crenças, valores de um indivíduo em relação ao mundo e a si próprio e está ao nível da interação “eu”-“mundo (contexto)”.

“Personal identity includes career goals, dating preferences, word choices, and other aspects of self that identify an individual as

someone in particular and that help to distinguish him or her from other people.” (Schwartz, 2001:10)

A identidade social está relacionada com o grupo com que o indivíduo se identifica, com o qual partilha ideais, crenças, eventualmente uma religião, etc. são esses pontos comuns que constituem a identidade de um grupo e o distinguem de outros grupos.

“[...] *Social identity* was identified as a sense of inner solidarity with a group’s ideals, the consolidation of elements that have been integrated into one’s sense of self from groups to which one belongs. [...] Aspects of self such as native language, country of origin, and racial background would fall under the heading of group identity.” (Schwartz, 2001: 10)

Nesta identidade social, Schwartz (2006) inclui a identidade cultural, que está relacionada com a partilha de valores, cultura, crenças. Há uma identificação com os ideais e valores culturais, que une os indivíduos e constitui uma identidade com base na sua cultura.

Poder-se-á então dizer que identidade pessoal é algo intrínseco ao indivíduo, tem a ver consigo próprio e a sua visão do mundo, os seus objetivos, etc., enquanto a identidade social (e a identidade cultural) está relacionada com o indivíduo num nível social, ou seja, constrói-se com base na relação do indivíduo com os outros. Trata-se de uma identidade individual, por um lado, e de uma identidade mais coletiva, por outro. Não será de estranhar, no entanto, que existam pontos comuns nestas duas (três) identidades, podendo até ser discutida a possibilidade de se tratar de diferentes identidades ou apenas de diferentes dimensões de uma só identidade.

O conceito de identidade pode também ser pensado do ponto de vista da sua construção. A construção de uma identidade é feita ao longo da vida e pressupõe um caminho e uma busca pelo conhecimento de si próprio e do seu caminho, das aspirações, dos gostos, das coisas com que nos identificamos, daquilo em que acreditamos, etc.. Parte importante desse caminho e dessas descobertas têm lugar no período da adolescência, como aliás defendem vários autores de diversas áreas, embora a identidade seja construída e/ou reconstruída ao longo de toda a vida.

Serafini (2000), considerando outros autores (Erikson, Marcia (1966) e Adams & Marshall (1996), comenta duas dimensões de construção da identidade - ativa e passiva.

Uma identidade ativa, é baseada em exploração e autoconstrução. Trata-se de uma identidade adquirida, uma identidade passiva, pelo contrário, é baseada em identificação e imitação e num evitar por parte do indivíduo de tomadas de decisão ou numa conformidade com convenções sociais externas.

Estas designações de identidade ativa e passiva dizem respeito à posição do indivíduo na exploração e construção da sua própria identidade. Elas correspondem, num paradigma de quatro estados de desenvolvimento da identidade, aos dois menos desenvolvidos, no caso da identidade passiva (*identity diffuson* e *identity foreclosed*) e aos dois mais desenvolvidos, no caso da identidade ativa (*moratorium* e *identity achieved*)¹.

Alguns indivíduos tomam parte ativa nessa construção identitária e na procura que ela implica, enquanto outros evitam tomar decisões e parecem apenas seguir o que os rodeia, o que poderá ser por incapacidade ou falta de vontade de tomar essas decisões e explorar os seus próprios caminhos, ou por se identificarem com as convenções sociais e as realidades que os rodeiam.

Trata-se, como já vimos, de um conceito vasto e multidimensional, na medida em que podemos definir diferentes dimensões de identidade, das quais, neste trabalho interessa esclarecer, além das já referidas, em particular as noções de identidade cultural, identidade nacional e identidade linguística. Como tal, este trabalho irá centrar-se numa dimensão sociolinguística de identidade.

A identidade regula e estrutura o indivíduo: modo de pensar e agir nas diferentes situações, ideais de vida, crenças, grupos e assuntos com os quais se identifica, modo como lida consigo e com os que o rodeiam, etc..

“It is clear from Erikson's (1968) writings that formulating an identity is the central developmental task of adolescence and sets the groundwork for the structure of the developmental tasks of later life.” (Serafini, 2000:3)

Trata-se de uma construção que vai sendo feita ao longo da vida, com especial destaque para o período da adolescência, e que influencia e é influenciada

¹ Márcia (1966) apud, Serafini (2000:2)

pelas vivências de cada um e pelo mundo que o rodeia. (sobre este assunto debruçar-me-ei mais à frente)

Adams & Marshall (1996) propõem cinco funções da identidade:

- “1) Providing the structure for understanding who one is;
- 2) Providing meaning and direction through commitments, values and goals;
- 3) Providing sense of personal control and free will;
- 4) Providing for consistency, coherence and harmony between values, beliefs and commitments;
- 5) Providing the ability to recognize potential in the form of future possibilities and alternative choices.” (Serafini, 2000:3)

As funções propostas por Adams & Marshall englobam um conjunto de aspetos que afetam os indivíduos nas mais diferentes áreas da vida - valores crenças, autoconhecimento, etc.. Trata-se de aspetos que condicionam atitudes e o modo de ver e pensar o mundo e as situações com que se deparam ao longo da vida. A identidade parece ter, portanto, como função maior, ou mais geral, o papel de regular as atitudes e a postura dos indivíduos face a diferentes situações e face à vida em geral.

1.1.1. Identidade cultural

A noção de identidade cultural foi brevemente abordada acima como sendo parte da identidade social. Na verdade, essa associação entre identidade cultural e identidade social, como a apresenta Schwartz (2001), faz todo o sentido se pensarmos que apenas se pode falar em cultura e, conseqüentemente, em identidade cultural se tivermos em conta um prisma de relações, que acontecem em sociedade, nas quais nasce e vive um conjunto de hábitos, crenças e vivências comuns, que constituem uma cultura. Toda a sociedade tem a sua cultura e é essa cultura e a vivência dela em sociedade que vai construindo a identidade cultural de cada um, no âmbito de cada grupo social.

A identidade cultural é a marca que a nossa cultura deixa em nós. Enquanto seres humanos, seres sociais e seres pertencentes a um (ou mais) espaço(s), temos as nossas ideologias, o nosso modo de pensar e ver o mundo, as crenças, as tradições os gostos, enfim, toda uma série de aspetos que juntos constituem a nossa cultura. Essa cultura não é só teórica, ela tem impacto e força na vida de cada um, ela acaba muitas vezes por

moldar as nossas escolhas, as nossas vivências, as nossas atitudes. Faz parte da nossa identidade e também nos constrói enquanto pessoas.

No entanto, é importante salientar que, mesmo sendo a cultura parte da identidade de cada um, a sua identidade não se esgota na cultura ou na identidade cultural e o contrário também não é verdade. É de realçar ainda que, do mesmo modo que uma cultura não existe sozinha, está associada a um espaço, a um grupo, também a identidade cultural é uma questão coletiva. É um sentimento que une um determinado grupo que, de alguma forma, se identifica como tal e que pensa e sente a cultura da mesma forma. Essa é uma das questões tocadas por Hofstede no seu conceito de cultura.

“Every person carries within him or herself patterns of thinking, feeling, and potential acting that are learned throughout the person’s life. Much of it was acquired in early childhood, because at that time a person is more susceptible to learning and assimilating. [...]” (Hofstede, 2010:4)

Hofstede (2010) faz uma analogia com a programação dos computadores, chamando a estes padrões comportamentais dos indivíduos (modos de pensar, agir, sentir, falar, etc.) programas mentais, ou ainda, *software* da mente.

Segundo o autor, o comportamento de um indivíduo é apenas parcialmente pré-determinado pelo seu software mental, o *software* mental apenas indica quais seriam as reações previsíveis e compreensíveis dado o passado do indivíduo.

Esses padrões correspondem à cultura e às fontes da programação mental. O que está na base da construção cultural dos indivíduos encontra-se no ambiente social em que os indivíduos crescem e se desenvolvem, e continua nas experiências que vão vivendo ao longo da vida, começando na família, passando pela vizinhança, a escola, os grupos a que vão pertencendo, o trabalho e na vida em comunidade. A cultura é, portanto, como dizia acima, um fenómeno coletivo:

“Culture is always a collective phenomenon, because it is at least partly shared with people who live or lived within the same social environment, which is where was learned [...] it is the collective programming of the mind that distinguishes the members of one group or category of people from others” (Hofstede, 2010:6)

Segundo Hofstede, a cultura manifesta-se nos quatro níveis representados na figura: Valores, rituais, heróis e símbolos, sendo que os valores são a manifestação mais

profunda e mais estável de uma cultura, e os restantes níveis, englobados na categoria de práticas, são, de dentro do gráfico para fora, mais superficiais e mais propensos a mudança.

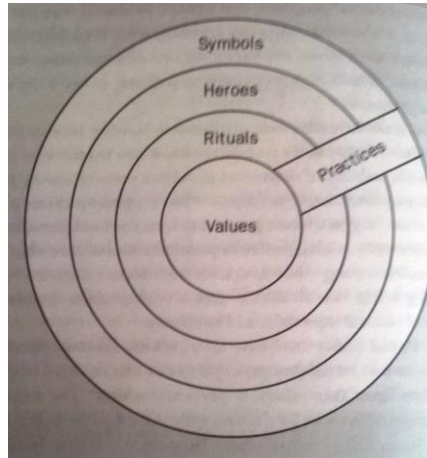


Figura 1: manifestações de cultura em diferentes níveis de profundidade (Hofstede, 2010:8)

A identidade encontra-se ao nível das práticas, que abrangem os rituais, heróis e símbolos de cada indivíduo, e não necessariamente ao nível dos valores.

“Identity is explicit: it can be expressed by words [...] values are implicit: they belong to the invisible software of our minds. Talking about our own values is difficult, because it implies questioning motives, emotions, and taboos” (Hofstede, 2010:22)

Este autor, no entanto, parece discordar do conceito de “identidade cultural”, chamando-lhe antes identidade de grupo, ou seja, identidade partilhada por um determinado grupo, sendo que esta não está necessariamente associada a cultura, visto que, por exemplo, dentro das mesmas bases culturais há diferentes identidades ou, grupos que partilham uma identidade podem ser multiculturais.

“In popular parlance and the press, identity and culture are often confused. Some sources refer to cultural identity to describe what we would call group identity. Groups within or across countries that fight each other on the basis of their different identities may very well share basic cultural values [...] on the other hand, persons with different cultural backgrounds may form a single group with a single identity, as in intercultural teams.” (Hofstede, 2010: 23)

Há, no entanto, uma forte ligação entre a cultura/identidade cultural e o espaço, a questão da identidade cultural, havendo por isso alguma complexidade quando falamos

em migrações, uma vez que elas implicam um corte, pelo menos físico, com o espaço e com a cultura de origem.

O mundo está povoado das mais variadas culturas e, sendo elas muitas vezes muito restritas a um local ou grupo, também é verdade que, devido a fenómenos como as migrações e a globalização, o contacto e conseqüente influência entre culturas é possível e cada vez mais frequente. Há marcas de diferentes culturas umas nas outras resultantes desse contacto e a miscigenação de culturas é um fenómeno cada vez mais frequente. Este tipo de fenómenos faz-nos questionar conceitos como o de identidade cultural. Tendo em conta que aquilo que nos rodeia muito provavelmente também nos muda, podemos considerar que este contacto entre culturas aos poucos vai criando diferenças nas culturas e nos indivíduos. Estas diferenças podem ser encaradas como enriquecedoras, mas, em geral, são vistas com alguma relutância por parte dos indivíduos e sentidas como uma ameaça à sua identidade cultural, o que resulta muitas vezes em conflitos e climas de tensão entre indivíduos de diferentes culturas.

A cultura e a identidade cultural são algo de dinâmico e mutável ao longo do tempo. Embora possam haver valores e factos históricos que marquem a cultura de um povo e conseqüentemente a sua identidade, é também verdade que a cultura e a história de um povo são feitas pelo próprio povo ao longo dos tempos, pelo que, há que considerar esta possibilidade de mudança, ainda que haja uma manutenção de traços e valores mais enraizados que são característicos de uma cultura e são transmitidos ao longo das gerações. Cultura, história, identidade, etc., não são algo acabado, pelo contrário, estão em permanente construção.

A questão que aqui se coloca, diretamente ligada à situação concreta da imigração, neste caso em Portugal, é: existem, de facto, mudanças na identidade, cultural e não só, dos diferentes grupos de imigrantes em Portugal e, paralelamente, na sociedade que os acolhe? Como é que são geridas essas mudanças, caso as haja, por parte dos indivíduos?

Sabemos e já vimos que as influências de uma cultura podem ser vistas como ameaça a outra cultura e à identidade cultural dos indivíduos dessa cultura, e é compreensível que essa relutância se verifique especialmente da parte das culturas que se apresentam como menores (não em termos de importância ou de valor mas em termos

numéricos e de estatuto num espaço concreto), como é o caso das culturas dos imigrantes. Interessará então perceber de que modo os indivíduos dos grupos aqui em estudo encaram esta situação e como gerem a ligação à cultura de origem e a convivência com a cultura de acolhimento.

Pode-se dizer que a identidade cultural, estando relacionada com a cultura de um ou mais grupos, está também ligada à vivência em sociedade. A cultura não existe só, nem é algo morto ou estático. A cultura existe e tem vida na sociedade e na convivência e socialização dos indivíduos uns com os outros no dia-a-dia. Assim sendo, há uma certa relação de co-dependência: se por um lado é a identidade cultural e os valores de uma sociedade que gerem o modo como os seus indivíduos atuam, também são eles que a constroem e a mudam.

1.1.2. Identidade Nacional

Tal como acontece com língua e cultura, todo o indivíduo tem um (por vezes mais que um) espaço, uma nação com a qual se identifica e que o constrói também no que diz respeito à sua identidade. Esse espaço é, em geral, o local que o viu nascer ou aquele em que passou grande parte da sua vida e no qual cresceu, se formou como pessoa, conviveu com o mundo, criou laços, etc..

A identidade nacional é, no fundo, uma identidade cultural fortemente associada a esse espaço e/ou grupo específico - a nação. É a cultura do local onde nascemos e vivemos, as tradições, as histórias, a identidade das pessoas com quem convivemos, a língua, as crenças, o espaço, etc..

É tudo isto e mais, que constitui a identidade nacional. Trata-se de um sentimento de pertença e identificação com o meio e aquilo/aqueles que o constitui/constituem.

É, no entanto, de ter em conta, antes de mais, que identidade nacional é uma questão de política administrativa, uma questão de cidadania, de direitos e deveres de alguém que formalmente está vinculado a um país / Estado / Nação, como seu cidadão. Ter uma determinada nacionalidade é estar de alguma forma vinculado a um país e conseqüentemente às leis, direitos e deveres que nele vigoram. No entanto, sabemos que as fronteiras políticas dos países são precisamente fundamentadas em questões políticas (e históricas), não em questões culturais e que, dentro dessas fronteiras, existe em alguns

casos, uma grande variedade em termos culturais e identitários. Veja-se, por exemplo, o caso de países em que existem variadíssimas etnias, etnias essas que identificam os indivíduos mais profundamente que a sua nacionalidade, ou ainda o caso de países em que, ao longo da história, as fronteiras foram sendo sucessivamente alteradas (ex.: Ucrânia).

Nesta ordem de ideias, podemos ainda considerar o caso dos imigrantes que, muitas vezes acabam por adquirir a nacionalidade do país de acolhimento, sendo que, na maioria das vezes, o que motiva esta aquisição não são motivos de identificação com o país ou motivos de ligação emocional e ou identitária ao país, mas antes questões práticas e legais.

Identidade nacional é, portanto, e cada vez mais (com o estreitamento das relações entre os diversos países) um conceito relativamente fraco, no sentido em que, são vários os casos em que não se pode realmente falar numa relação estreita entre país e identidade de um país/nação ou ainda cultura, uma vez que essa uniformidade é pouco provável tanto nos países em geral como nos casos de migração.

Não obstante, não podemos ignorar que, apesar da cada vez maior heterogeneidade existente nas sociedades em termos culturais, muito característica das sociedades modernas e da própria diversidade existente dentro das fronteiras dos países, existem, de facto, aspetos culturais e históricos, que fazem parte da identidade dos indivíduos, que estão profundamente ligados a um território específico e que o distinguem de outros. Há valores, há história, há cultura, língua (independentemente da variação), e há povos, não se trata apenas de questões políticas.

Segundo Stuart Hall (1999), uma identidade cultural enfatiza aspetos relacionados com a nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. A identidade cultural está por detrás da identidade nacional e geralmente está muito marcada nos indivíduos daquela “nação”. Para ele, a nação, além de uma entidade política (o Estado), é um sistema de representação cultural. São as representações, os símbolos, os ideais e todos os aspetos culturais próprios de uma nação que juntos fazem aquilo a que chamamos identidade nacional. E tudo isto juntamente com os próprios cidadãos e as políticas de estado que regulam a vivência naquele espaço concreto.

Esta identidade nacional é, além da cultura, um sentimento de pertença e de orgulho que une os indivíduos que a partilham.

Volto então a deixar a questão: em que se reflete tudo isto na identidade dos imigrantes, sobretudo imigrantes de longa duração? De que forma gerem eles a sua identidade e estas questões de base que os ligam às suas origens, com as questões que se lhes colocam diariamente enquanto imigrantes que são? Do ponto de vista legal, mais uma vez, muitos optam por adquirir a dupla nacionalidade, para assim manterem uma ligação com ambos os países e terem direitos e deveres em ambos. Mas é da questão emocional e identitária que aqui trato e sobre essa que me questiono.

1.1.3. Identidade linguística

Parte integrante da cultura é a língua ou línguas faladas por uma comunidade. A língua é o principal meio de difusão da cultura e ela própria está marcada por elementos culturais.

A identidade linguística está associada à língua/ variedade linguística de cada indivíduo. Quer isto dizer que, mais uma vez, tal como a cultura, a língua de cada um não deixa de marcar a sua identidade.

Segundo Le Page (1980)², todo ato de fala é um ato de identidade. Le Page defende que, em todo o ato de fala, cada indivíduo faz escolhas de modo a identificar-se ou afastar-se de um grupo. Neste modelo Le Page refere-se especificamente ao tipo de linguagem e não necessariamente à língua em questão, mas é fácil alargar a sua proposição e perceber que, no fundo, isso é o que fazemos também quando falamos numa ou noutra língua. No caso dos imigrantes, por exemplo, muitas vezes escolhem comunicar na sua língua materna. Esta escolha estará muito provavelmente associada ao que defende Le Page neste modelo: falam a sua língua materna para se aproximarem a um grupo, para se aproximarem das suas origens. Falando a sua língua, o imigrante, não só se exprime com maior naturalidade por esta ser a sua língua materna, a língua em que raciocina e aquela que estará mais próxima da sua conceção do mundo e dos afetos, como está também a aproximar-se das suas raízes, da sua cultura, da sua identidade.

² Le Page (1980) apud, Teles (2005)

Falar uma língua materna, que é a primeira língua da socialização e a língua em que estruturamos o pensamento e o conhecimento do mundo, é como que se nos identificasse como falantes dessa língua que somos, e ao mesmo tempo parece aproximar-nos da nossa cultura, da nossa realidade, do nosso país. O falar a língua materna é, entre outras, uma forma de imigrantes manterem a sua identidade (identidade nacional) e a forma mais visível de manter o contacto com a terra natal, que abandonaram quando rumaram a outro país.

Johannes Weiß and Thomas Schwietring no artigo “Power of language”³ sugerem que uma das dimensões do poder da língua tem a ver com a formação da identidade dos indivíduos.

Os autores referem dois aspetos nesta dimensão do poder da língua:

- A língua traz, aos grupos que a partilham, um sentimento de pertença que os une de alguma forma: “Those who speak the same language not only can make themselves understood to each other; the capacity of being able to make oneself understood also found a feeling of belonging and belonging together”;

- A língua, neste caso a 1ª língua (língua materna), e a sua aquisição têm poder na formação da identidade dos indivíduos. “The acquisition of language is precisely this process in which the individual constitutes himself.”

Os autores defendem que a primeira língua adquirida (que designam como “natural language”) tem várias funções na formação do indivíduo enquanto indivíduo. A língua estabelece as bases de compreensão e expressão do mundo, estrutura o pensamento dos indivíduos, promove a sua socialização com o mundo que o rodeia, bem como promove a pertença a um grupo e a uma cultura.

Os autores defendem ainda que, independentemente da rutura que possa haver com o grupo/cultura, essa pertença permanece sempre como um elemento fundamental da individualidade e identidade dos indivíduos.

Esta posição tomada pelos autores vai de encontro ao conceito de língua materna e da sua relação com a identidade. Mais até do que uma simples manifestação de identidade, a língua materna está na base da formação dos indivíduos, não só do ponto de vista identitário, mas também da sua relação com o mundo e com os outros. Em suma, o

³ In: <http://www.goethe.de/lhr/prj/mac/msp/en1253450.htm>

que aqui defendo é que a língua que falamos (língua materna/ língua de origem) liga-nos à nossa identidade, que língua é também identidade.

Trata-se, em geral, a língua em que pensamos, a língua em que mais facilmente somos capazes de nos exprimir, a língua na qual sentimos, além de ter em si uma força que nos liga enquanto povo.

Enquanto imigrantes, enquanto residentes num país que tem como língua uma língua que não é a sua, os indivíduos são confrontados com uma situação em que têm que gerir uma situação linguística particular: ter maior facilidade em comunicar e pensar na língua materna, ao mesmo tempo que sentem a necessidade de aprender e comunicar na língua de acolhimento.⁴

1.2.- Construção de identidade no discurso

Considerando o facto de o Homem ser um ser social, um ser que comunica, facilmente concluímos que é também através dessa comunicação com os outros e com o mundo que o Homem se constrói. Muita dessa dinâmica social humana é feita através da fala - do discurso. Como falantes e como seres pertencentes a uma comunidade, diariamente comunicamos uns com os outros e é através daquilo que dizemos e do modo como o dizemos que vamos construindo várias identidades. Embora inconscientemente, aquilo que dizemos constrói-nos enquanto seres pertencentes a um ou outro contexto, a um ou outro grupo social, enquanto seres presentes ou experienciadores de uma ou outra situação. Esses discursos podem ou não corresponder à realidade, mas, no momento em que os produzimos, estamos a construir identidades para nós e para os que nos rodeiam.

Segundo a visão da análise crítica do discurso (ACD), os indivíduos constroem-se e são construídos pelo discurso:

“ A análise crítica do discurso [...] conceptualiza o sujeito não como um agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de ator ideológico” (Pedro, 1997:20)

4 Ver “Losing my welsh: what it feels to forget a language ”, Ellie Mae O’Hagan (2015) in <http://www.theguardian.com/education/2015/jan/21/welsh-language-part-me-slipping-away>

Tendo em conta que aqui trabalhamos com entrevistas, que mais não são do que discursos construídos pelos indivíduos num momento e situação específicos e que correspondem a identidades construídas, aquilo a que temos acesso do ponto de vista identitário é, mais do que a perceção identitária que os entrevistados têm de si mesmos, a identidade que constroem no discurso, que produzem em situação de entrevista. Fará, portanto, sentido, no momento da análise dos dados, ter também em conta os desígnios e o tipo de análise da ACD.

Identidade é, de facto, um conceito muito vasto e que cobre várias áreas do saber. Neste trabalho, no entanto, a referência e o estudo do conceito de identidade serão feitos numa perspetiva da identidade enquanto questão sociolinguística e sociocultural, tendo em conta que são os campos que em maior espectro se revelam relevantes tendo em conta o tema de aqui estudado - a imigração e integração de imigrantes no país de acolhimento. Assim sendo, salvo referência em contrário e caso se justifique abordar outros campos em que se aplica o conceito, todo o raciocínio e enquadramento do tema será feito olhando o conceito de identidade do ponto de vista sociolinguístico e áreas associadas.

1.3 - Política do reconhecimento (Charles Taylor)

Enquanto seres sociais, vivemos diariamente situações de aprovação e desaprovação por parte uns dos outros e temos a necessidade do reconhecimento por parte aqueles que nos rodeiam, quer a nível pessoal e social, quer a nível profissional. Somos também seres avaliativos e vivemos segundo padrões e normas de sociedade, que, não nos sendo necessariamente impostas, são-nos inculcadas pela vivência e pelos que nos rodeiam. Inevitavelmente avaliamos e somos avaliados uns pelos outros, aprovamos e desaprovamos determinadas atitudes, condutas, formas de ser ou pensar. A partir dessas avaliações construímos juízos de valor e ao mesmo tempo identidades de nós próprios e dos que nos rodeiam.

As atitudes de aprovação ou não aprovação, reconhecimento ou não reconhecimento daqueles que nos rodeiam, segundo Taylor (1992), influenciam o modo como nos vemos a nós próprios e às nossas identidades. Este reconhecimento ou não reconhecimento por parte da sociedade em redor, pode influenciar os indivíduos de tal forma que eles acabam por viver (ou tentar viver) de acordo com a ideia que os outros

têm deles e acreditar naquilo que os outros veem neles, nas identidades que os outros lhes constroem, independentemente de haver ou não uma tentativa por parte da sociedade de impor essas “identidades”, que geralmente são inferiorizantes para os indivíduos em questão. Estes indivíduos, em geral, pertencem a grupos considerados minoritários e/ou desprestigiados em relação aos restantes - por exemplo mulheres, imigrantes, culturas/raças/etnias diferentes da dominante naquele espaço, etc. - embora não necessariamente.

O não-reconhecimento faz com que as minorias tenham imagens distorcidas de si próprias, forçadas pela sociedade envolvente, acabando elas próprias por se ver como inferiores, podendo até tornar-se escravas desta imagem, na medida em que vivem de acordo com ela. Levar alguém a acreditar e a reduzir-se à categoria de fraco ou inferior é condená-lo a viver dessa forma.

Tal acontece quando os indivíduos não têm poder e estrutura para se definir e conhecer a si próprios e para definir a sua própria identidade, ou se encontram numa posição de inferioridade imposta pelas circunstâncias. Acabam, portanto, por deixar que essa identidade seja determinada por outros, que em geral não é uma identidade forte ou positiva, e é traçada com base em ideias feitas, discriminações e sentimentos de superioridade em relação a estas minorias.

Segundo Taylor, este não reconhecimento não se trata apenas de uma questão de falta de respeito, é mais do que isso. É algo que pode provocar sérios danos nos indivíduos (“vítimas”). Eu diria mais, pode mesmo chegar a ser violento, uma vez que se trata de incutir nestas pessoas, sentimentos de dúvida, insegurança e até auto e herero rejeição, é algo que mexe com a construção pessoal dos próprios indivíduos.

Estes grupos são considerados fragilizados não só porque outros os consideram ou porque se encontram de alguma forma em minoria, mas porque o não reconhecimento e as pressões que sofrem por parte das maiorias os levam a acreditar que é isso mesmo que são, que a sua identidade se resume a essa fraqueza e falta de potencial.

“[recognition] is a vital human need” (Taylor, 1992:26)

Capítulo 2 - Imigração

2.1- Conceito de imigração

Tendo em conta que falamos aqui em imigrantes e das suas identidades, torna-se relevante esclarecer ou apenas lembrar o conceito de imigração. Associado a um conceito maior - migração - que diz respeito aos movimentos de entrada e saída dos territórios, imigração, de um modo simplista, consiste nos movimentos de entrada num território, de indivíduos provenientes de um outro, indivíduos esses que têm como objetivo, na grande maioria dos casos, construir vida num novo espaço - país de acolhimento - na esperança de uma vida melhor, deixando para trás o seu país de origem.

Segundo o *Glossário do Instituto Migrações e Direitos Humanos*, imigração define-se por:

“movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que entram em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo. [...] Literalmente, imigrar significa entrar num país estrangeiro para nele viver.

Imigrante é o indivíduo que, deslocando-se de onde residia, **ingressou** em outra região, cidade ou país diferente do de sua nacionalidade, ali estabelecendo sua residência habitual, em definitivo ou por período relativamente longo.”

(http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=229&Itemid=1227#i)

Na verdade, podem ser várias as razões que levam um indivíduo a abandonar o seu país de origem, rumo a um outro. Desde razões políticas, económicas, a motivos de saúde, etc., vários podem ser os motivos na origem da tomada de uma decisão deste tipo, embora grande parte das vezes esteja relacionada com a questão económica e a busca de uma vida com melhores condições, melhores trabalhos/salários, mais posses e melhor qualidade de vida em geral. No entanto, independentemente dos motivos que levam alguém a decidir-se pela imigração, essa decisão representa uma grande viragem na vida de quem a toma, pelo que não é certamente tomada de ânimo leve.

Imigrar, tornar-se imigrante, representa uma grande mudança na vida e identidade dos indivíduos que optam por este caminho. A própria designação o demonstra - começam imediatamente por deixar de ser identificados como indivíduos nativos de um país, compatriotas dos que os rodeiam, para passarem a ser identificados como imigrantes ou como estrangeiros pelos restantes indivíduos. Ora, esta não será apenas uma questão de designação. A verdade é que o título ou categoria, no qual nos inserimos/somos inseridos, tem inevitavelmente origem e efeito na nossa identidade.

A partir do momento em que deixam o seu país de origem rumo a outro, tornando-se imigrantes, uma série de mudanças e desafios se lhes apresentam. Todo um conjunto de novas experiências, novas realidades, novos objetivos e obstáculos, nova língua, novos hábitos, novas pessoas, etc. tudo terá efeito nas suas vidas e não poderá deixar de ser considerado quando se reflete acerca de questões de identidade.

E aqui temos o mote para o centro da questão, o tema alvo deste trabalho - a influência da imigração na identidade de quem a experiencia no seu percurso de vida.

2.2- (I) migração e identidade

Vistos que estão os conceitos de imigração e identidade, facilmente admitimos a sua relação. Se identidade é o que somos e o que vivemos e imigração é um marco forte na vida de um indivíduo, uma experiência que o afasta (pelo menos fisicamente) daquilo que conheceu e viveu até um ponto da sua vida e o põe numa nova realidade, não pode deixar de haver relação entre ambos os conceitos. Importa saber em que medida é que o primeiro realmente altera o segundo, isto é: a imigração tem ou não impacto na identidade dos seus sujeitos? De que forma gerem os imigrantes todas as questões que relacionam identidade e imigração? A integração de imigrantes no país e sociedade de acolhimento implica um corte com o seu país, língua, cultura e identidade de origem?

Identidade, além de um processo de desenvolvimento e crescimento, é um fenómeno social, tal como o Homem é também um ser social, na medida em que se desenvolve, também pelo contacto com os outros, com a sociedade. Assim sendo, a nova situação social, provocada por um movimento de migração, não poderá, sugiro eu, deixar de ter influência nem tão pouco ser desconsiderada quando se aborda a temática da identidade.

Mais, além das já referidas questões práticas de adaptação a uma nova realidade (conhecimento da língua, questões pragmáticas do dia-a-dia, trabalho, política, etc..), há ainda todo um conjunto de mudanças provocadas pela realidade de ser *estrangeiro* (o outro) num espaço social, que também têm impacto nos indivíduos e conseqüentemente na(s) sua(s) identidade(s).

Falo, por um lado em identidade, no singular, querendo dizer respeito a uma identidade coletiva, de grupos sociais, de nações, de comunidades, etc., e em identidade no sentido agregador, com base em aspetos comuns aos indivíduos que partilham uma identidade.

Mas podemos também falar de em identidades, no plural, fazendo referência, não só às identidades dos diferentes indivíduos - embora sejamos seres sociais e tenhamos pontos comuns uns com os outros, identidade não deixará de ser algo também muito individual e pessoal (de cada um) - mas também às várias identidades de cada um (sujeito fragmentado).

A questão da identidade passa então a poder ser abordada de dois pontos de vista diferentes: um ponto de vista individual e um ponto de vista coletivo.

A relação entre estes dois conceitos tem vindo a ser debatida na literatura, nomeadamente no campo dos estudos culturais.

Na verdade, quando falamos em imigração e em todas as experiências a ela associadas, ambos os tipos de identidade estarão em causa, no sentido em que, admitindo que existe impacto e que a imigração é um processo provocador de mudança, que é a posição que aqui defendo e a hipótese em estudo e que tento provar, ambos sofrem ou podem sofrer mudança. Isto acontece porque, embora tenha aqui feito esta distinção, a identidade coletiva e as identidades individuais estão necessariamente interligadas.

A imigração provoca mudança na identidade do imigrante: é a aceção aqui lançada. Essa mudança ou marca provocada acontece uma vez que a identidade está baseada naquilo que somos e vivemos. Ora, uma mudança como a imigração reflete-se num corte (que pode ser apenas físico, mas também pode ser mais do que físico) com a cultura de herança, com o espaço, com as pessoas, com os hábitos, com o mundo como era conhecido até então. Novas experiências terão novos efeitos e deixarão novas marcas nos sujeitos que as vivenciam. Ao mesmo tempo que todo este novo cenário se desenrola

e todas estas experiências são vivenciadas pelos imigrantes, há uma necessidade de gerir o novo e o antecedente à experiência de imigração, o que nem sempre é fácil.

Quando falamos em herança cultural e em nova cultura, estamos em ambos os casos a falar em identidade coletiva: identidade associada ao país de origem e identidade associada ao país de acolhimento. É também essa herança cultural e essa identidade de um país, que constitui a identidade individual dos indivíduos. Ao mesmo tempo, quando falamos na integração à nova cultura e no contacto com a cultura e sociedade de acolhimento, estamos a falar de aspetos que vão ter influência na identidade individual daqueles que vivenciam esta experiência que é a imigração.

Voltando ao impacto da imigração na identidade dos imigrantes, esta hipótese é colocada porque a imigração, bem como várias outras experiências na vida, é um processo que, implicando várias mudanças, várias aprendizagens e uma adaptação a novas situações, não poderia deixar de ter impacto no “eu” de quem o vive.

Durante muito tempo o homem pensou-se a si próprio como um indivíduo unificado e com uma identidade estável e homogénea. A verdade é que as constantes mudanças no mundo e, mais recentemente, as fáceis trocas entre diferentes pessoas e a mobilidade constante são um impedimento a essa identidade una a que o Homem se habituou a definir para si próprio. O contacto constante com novas realidades, experiências, pessoas dos mais diferentes locais e com as mais diferentes crenças e histórias de vida, não pode deixar de contribuir para a mudança e para uma diferenciação identitária, a que por vezes se refere como “identidade fragmentada”. Estas questões identitárias, questões de mudança e diferenciação, aplicam-se na atualidade ao ser humano em geral, até porque, embora de formas diferentes, tanto imigrantes como não imigrantes estão diariamente expostos à mudança e à diversidade, embora aqui me foque principalmente no caso concreto dos imigrantes e das suas experiências ligadas à imigração que têm impacto na identidade.

2.3- Modelos de integração

Falando em imigração e integração e, conseqüentemente, em identidade(s), torna-se também relevante esclarecer os vários tipos de atitudes e modelos de inserção dos grupos minoritários no país de acolhimento.

A presença de diferentes culturas nem sempre é bem vista pelos países de acolhimento. A discriminação, a ideia de hierarquização de umas culturas em relação a outras, o receio do desconhecido e da diferença, etc. são frequentes quando estamos presentes num espaço onde a diversidade cultural passou a ser uma realidade. Atualmente, a diversidade cultural está presente um pouco por todo o mundo e a tendência é para o seu aumento, bem como para o crescimento da diversidade. No entanto, ainda que seja um ser social, o homem, habituado a ver o mundo de uma determinada forma, nem sempre lida bem com o que é novo e o que é diferente e/ou desconhecido. Além de ser um ser social, o Homem é também um ser de hábitos, rotinas, valores e opiniões formadas sobre o mundo que o rodeia, ideias feitas, muitas das vezes, e nem sempre lida bem com a mudança. Existe portanto uma necessidade, primeiro de conhecer e depois de se adaptar a estas novas realidades. Assim sendo, e embora esta questão da diversidade cultural não seja um assunto novo, nem sempre essa adaptação é rápida o suficiente ou bem conseguida e nem sempre é feita da mesma forma.

Esta adaptação de que falo traduz-se em diferentes maneiras de lidar com a diversidade, diferentes modelos de integração dos imigrantes, das suas culturas e visões do mundo. Os vários modelos de integração (aqui no sentido de processo que ocorre aquando do contacto entre indivíduos de diferentes culturas num mesmo espaço) dependem, por um lado, da atitude da sociedade de acolhimento e, por outro, da atitude dos próprios imigrantes em relação às duas culturas (a do país de acolhimento e a do país de origem).

Quando o indivíduo altera significativamente a sua própria cultura em favor da cultura do país de acolhimento, estamos perante um caso de aculturação⁵. Este processo pode ocorrer por força do país de acolhimento, impondo a sua cultura como única possível naquele território ou descriminando e negando direitos aos imigrantes, fazendo com que os indivíduos se vejam obrigados a abandonar as suas culturas.

5 Este conceito, na bibliografia portuguesa, não coincide necessariamente com o conceito de *acculturation*, definido por alguns autores como se tratando do processo que decorre do contacto entre indivíduos de culturas diferentes e das mudanças resultantes desse contacto:

“The concept of acculturation is employed to refer the cultural changes resulting from these group encounters...” (Berry, 1990: 6); “acculturation comprehends those phenomena which result when groups of individuals having different cultures come into continuous first-hand contact with subsequent changes in the origin culture patterns of either both groups” (Linton and Herskovits, 1936:149). Porém, outros autores definem este conceito como consistindo nesse abandono da cultura de origem em favor da cultura de acolhimento.

No primeiro caso, diz-se que ocorre uma assimilação da cultura minoritária (cultura de origem dos indivíduos) pela cultura dominante (cultura do país de acolhimento), isto é, uma cultura sobrepõe-se à outra, por se considerar que há diferenças de estatuto ou por as culturas de origem dos imigrantes serem vistas como uma ameaça à cultura do país de acolhimento.

No segundo caso, estamos perante a marginalização dos indivíduos e das suas culturas por parte da sociedade de acolhimento. Ao negar os direitos e ao discriminar, estão a colocar à margem as culturas que não a cultura maioritária e a forçar os indivíduos a abandoná-las.

Pode também dar-se o caso de este abandono da cultura de origem se tratar de uma opção do próprio imigrante ou até ocorrer inconscientemente durante processo de integração.

Nem sempre esse abandono da cultura de origem se verifica. Há casos em que os indivíduos fazem por manter as suas culturas de origem e as diferentes culturas partilham o mesmo espaço.

No caso da segregação, essa partilha do espaço ocorre, mas as culturas, embora vivam pacificamente, fazem-no separadas, isto é, não há contacto nem trocas entre as diferentes culturas, apenas coexistem.

Pelo contrário, integração pressupõe a existência de respeito e valorização mútua entre sociedade de acolhimento e imigrantes. Há uma preocupação da parte dos indivíduos em manter a sua língua e cultura de origem, tal como na segregação, mas, no caso da integração, os indivíduos procuram relacionar-se uns com os outros. A sociedade de acolhimento aceita, respeita e trata com igualdade os indivíduos de origens e culturas diferentes. Mais do que uma coexistência, como falava há pouco a propósito da segregação, integração envolve convivência entre os indivíduos e as suas culturas, sem que nenhuma seja considerada superior ou se tente impor a outra(s). Integração pressupõe que não exista discriminação, nem conflitos de ordem cultural, religiosa ou outra relacionada com as origens dos indivíduos, mas sim uma convivência entre todos com respeito pelas diferenças.

Mais do que uma aculturação ou simples convivência das diferenças, pensar em integração significa (ou devia significar) multiculturalismo, respeito e convivência das

várias culturas, das várias identidades, dos diferentes valores. Logicamente, este é um ideal nem sempre fácil de concretizar, algo que exige trabalho e respeito de todas as partes, não só da parte da população de acolhimento e da população acolhida, mas também das entidades responsáveis de ambos os países (origem e acolhimento). É essencial que haja uma consciência de valor multicultural e uma posição de respeito mútuo.

“Integration can only be “freely” chosen and successfully perused by the non-dominant groups when the dominant society is opens and inclusive in its orientation towards cultural diversity“ (Berry, 1991:10)

Só através deste tipo de integração e do respeito pela diferença, é possível encarar o processo de forma positiva. Conscientes de que diversidade cultural nos espaços é cada vez mais frequente e só tem tendência a continuar a aumentar, olha-la como uma riqueza além de um desafio seria o ideal.

“O potencial positivo da imigração só pode ser concretizado graças a uma integração bem-sucedida nas sociedades de acolhimento” (COM, 2008:359)

É necessário, portanto, que as sociedades sejam capazes de encontrar um equilíbrio para que essa integração seja possível. Para isso, é importante, por um lado, que haja respeito pelas culturas e identidades dos imigrantes e espaço para que possam ser preservados os seus ideais e costumes, não esquecendo por outro lado, a cultura e os modos de vida da sociedade de acolhimento. Trabalhar a integração é encorajar e dar espaço às diferentes culturas de se expressarem, em vez de serem reprimidas ou discriminadas. Este trabalho não pode, no entanto, ser visto como ameaça à cultura do país de acolhimento.

2.4. A imigração em Portugal

Durante muitos anos, Portugal foi um país essencialmente de emigrantes, em que milhares e milhares de portugueses optavam pela emigração em busca de melhores condições de vida, rumando a vários outros países, entre os quais França, Canadá, Luxemburgo, etc.

Até meio da década de 70, Portugal constitui-se, assim, como um país de emigração e não tem qualquer tradição de acolhimento de outras culturas. A verdade é que, também o Estado Novo, que perseguia uma política de isolamento do «orgulhosamente sós», célebre expressão de Oliveira Salazar (em 18 de Fevereiro de 1965), afastou Portugal dos contextos de intercâmbios e confrontos europeus.” (Capucho, 2008:274)

Atualmente, além de ser considerado um país de emigrantes, um país cuja diáspora se espalha um pouco por todo o mundo e cujo alguns cidadãos ao longo dos anos foram optando e voltam agora, em tempo de crise financeira e social no país, a optar pela emigração, Portugal é também considerado um país de imigrantes.

A partir dos anos 80, começam-se a fazer notar as primeiras vagas de imigração em direção a Portugal. Esta primeira vaga de imigração está sem dúvida associado à independência das ex-colónias portuguesas em África, de onde vieram e continuam a vir vários imigrantes para Portugal. A relação histórica com as ex-colónias, bem como a sua independência, trouxe a Portugal os chamados “retornados”, portugueses que residiam nas antigas colónias em África, e também muitos cidadãos africanos.

Entre os fatores que contribuíram para que Portugal fosse visto como um destino de imigração, destaca-se a estabilização política do país, à época, e a entrada para a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, da qual resultou um grande crescimento económico. O crescimento político e económico de Portugal e a crescente necessidade de mão-de-obra foram atraindo imigrantes para o nosso país. Atualmente, ainda que em situação de crise económica, Portugal continua a ser o destino de milhares de imigrantes.

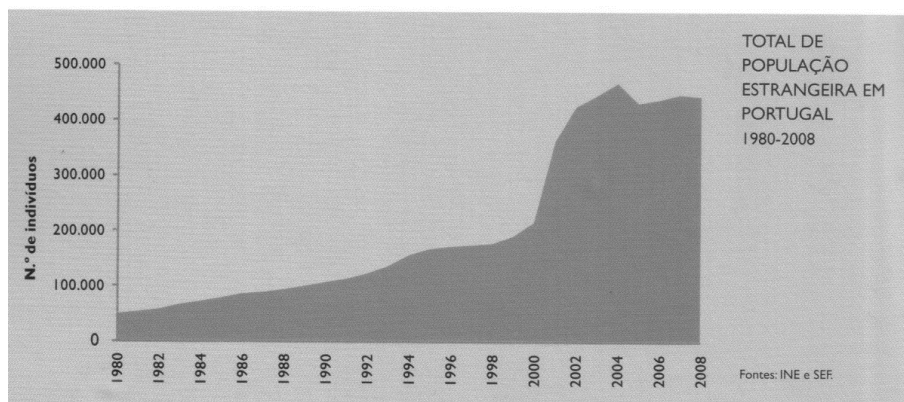


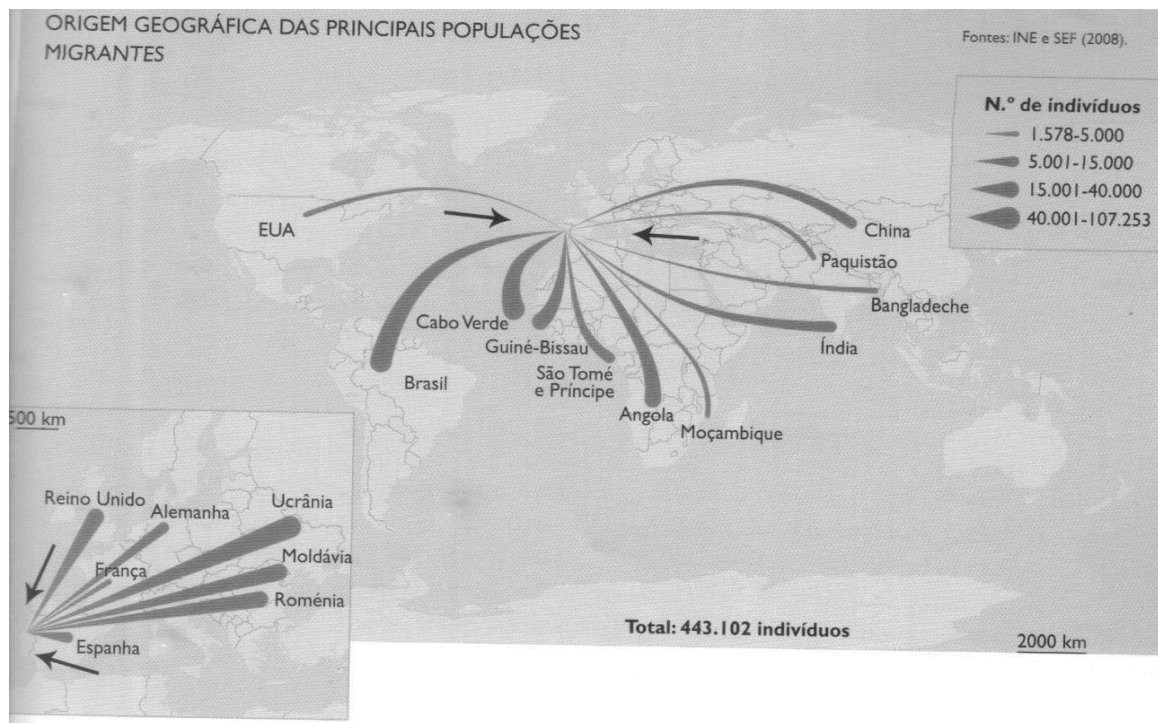
Gráfico 1: população estrangeira em Portugal entre 1980 e 2008 (Pires et all, 2010:48)

As vagas migratórias foram mudando a sua natureza ao longo do tempo, no sentido em que a composição dos grupos imigrantes se foi tornando mais heterogénea, abrangendo diversas nacionalidades.

“Até meados dos anos 1990, a imigração era sobretudo africana (trabalhadores desqualificados) e da Europa mais rica (quadros). Depois diversificou-se.” (Pires et al., 2010:48)

Em período posterior, a população imigrante em Portugal passou a abranger uma grande diversidade de países de origem, do Brasil, à China, aos Países de Leste da Europa, como a Ucrânia e a Moldávia, aos Estados Unidos, ao Canadá, entre outros.

O mapa que se segue ilustra as principais vagas migratórias para Portugal:



Mapa 1: origem geográfica das principais populações migrantes.

(Pires et al., 2010:49)

Se as origens dos imigrantes se foram diversificando ao longo do tempo, também as motivações que atraem imigrantes ao nosso país se foram diversificando, embora a procura por uma vida melhor seja, em geral, o motivo mais flagrante quando falamos em

imigração, quer em Portugal, quer nos restantes países. Grande parte dos imigrantes vem para trabalhar e está inserida no mercado de trabalho, mas verifica-se também a imigração de pessoas mais velhas do norte da Europa, como é exemplo dos britânicos, que procuram Portugal para viver a sua aposentação, essencialmente, pelo clima mais quente. Outros virão, por exemplo, por motivos de exílio ⁶ou por questões de saúde, entre outros.

Das várias vagas de imigração que se verificaram ao longo dos anos em Portugal, interessa-me aqui referir brevemente duas delas, por dizerem respeito aos dois grupos de estudo deste trabalho: as migrações pós-coloniais, nas quais está inserida grande parte dos imigrantes de origem cabo-verdiana em Portugal, e as migrações oriundas dos países de Leste da Europa, nas quais se inclui o grupo de imigrantes ucranianos.

2.4.1. Migrações dos PALOP

Oriundos de países lusófonos, ex-colónias portuguesas, imediatamente a seguir à independência, muitos cidadãos africanos iniciaram uma vaga de migrações para Portugal.

“... a imigração africana lusófona, tomada no seu conjunto, continua a ser a mais numerosa e é também a mais antiga. Trata-se essencialmente de migrantes laborais e suas famílias, mas há igualmente refugiados de guerra.” (Pires et al., 2010: 52)

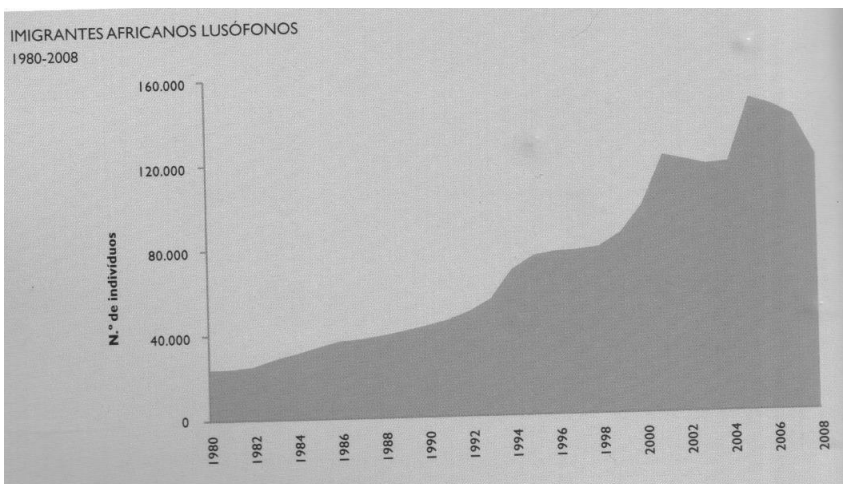


Gráfico 2: imigrantes lusófonos em Portugal (Pires et al., 2010: 52)

⁶ Ver Santos, Ana Sofia Clemente (2012) A imigração em Portugal, o Português Língua de Acolhimento e as problemáticas de identidade linguística e cultural, Tese de Mestrado, FLUL.

Constituída por cidadãos oriundos das diferentes ex-colónias portuguesas, em África (Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde), a migração pós-colonial é maioritariamente representada por indivíduos cabo-verdianos, angolanos e guineenses, sendo os cabo-verdianos a nacionalidade mais representativa em termos numéricos.

“Os cabo-verdianos, além de mais antigos, são quase vinte vezes mais do que os moçambicanos que, com alguma surpresa, nunca passaram de um pequeno grupo” (Pires et al., 2010:52)

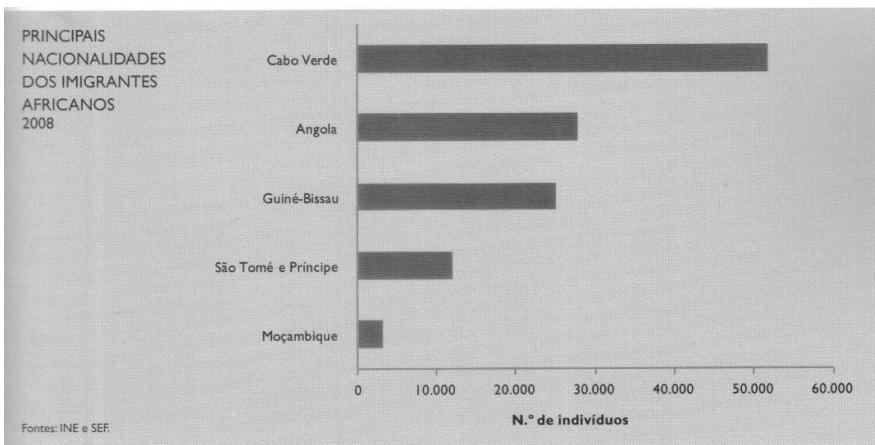


Gráfico 3: Principais nacionalidades dos imigrantes africanos
(Pires et al., 2010:52)

As principais características desta vaga migratória estão relacionadas, por um lado, com a relação histórica que existe entre os países de origem e o país de acolhimento e também com a questão linguística. Importa também considerar as características e motivações dos próprios indivíduos migrantes, em muitos casos, pouco qualificados, que vêm por motivos laborais (a maior parte) e vêm dar resposta à necessidade de mão-de-obra em Portugal.

“Os imigrantes destes países estão largamente sedentarizados. O regresso aos países de origem é pouco frequente e não se coloca sequer como possibilidade para os seus filhos, nascidos ou criados na sociedade portuguesa.” (Pires et al., 2010:52)

2.4.2. Migrações de leste

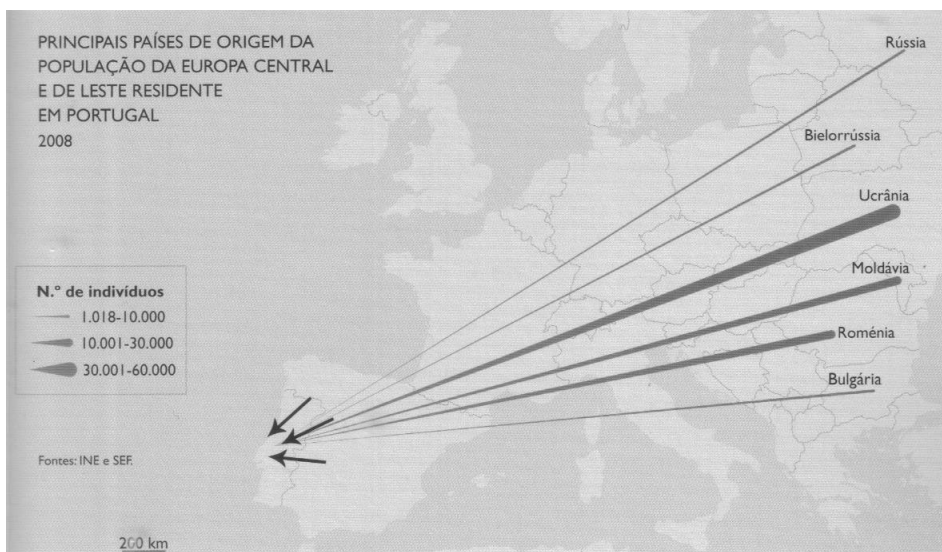
As migrações dos países do leste da Europa constituem uma vaga de imigração mais recente do que a das ex-colónias portuguesas, tendo tido o seu início em meados dos anos noventa do século XX. Até então a maioria dos imigrantes que procuravam Portugal

como destino eram provenientes de países lusófonos, dos PALOP e do Brasil. No caso das imigrações do leste da Europa, não existiam relações históricas entre os países, nem uma relação linguística. Assim sendo, esta nova vaga migratória não só surpreendeu, como também veio criar novos desafios às políticas de imigração e integração em Portugal.

“Sem contactos prévios com o país de destino, estes fluxos foram um movimento em larga parte organizado por redes de auxílio à imigração.” [...]

“Não havendo ligações prévias - linguísticas, culturais ou históricas - entre Portugal e os países da Europa de Leste, a oferta de trabalho e a possibilidade de legalização funcionaram como motivo de Portugal como destino.” (Pires et al., 2010:56)

Os imigrantes que se integram neste grupo são indivíduos oriundos de vários países, entre eles, a Rússia, a Roménia, a Bielorrússia, a Ucrânia e a Bulgária. Destes países, aquele que se destaca em termos de quantidade de indivíduos imigrantes em Portugal é a Ucrânia, de tal forma que atualmente constitui já uma das maiores comunidades estrangeiras a residir em Portugal.



Mapa 2:
Principais países de origem das migrações de Leste em Portugal

(Pires et al., 2010:57)

Estes novos imigrantes têm um perfil relativamente diferente ao dos anteriores: são indivíduos em geral com níveis de escolarização mais elevados do que os restantes imigrantes e que a média da portuguesa, embora muitas das vezes se insiram no mercado

de trabalho em atividades como a construção civil ou a prestação de serviços, atividades profissionais abaixo do seus níveis de formação, por terem alguma dificuldade em ver reconhecidas as suas habilitações académicas em Portugal, ou por questões relacionadas com a língua e a proficiência. Por outro lado, não havendo nenhum tipo de ligação entre os países de origem e o país de acolhimento, as diferenças socioculturais e linguísticas sobressaem em relação aos anteriores, o que implica um tipo de trabalho diferente no sentido do seu acolhimento e integração em Portugal.

As diferenças que se foram verificando na situação migratória do país e a diversidade que lhe vieram acrescentar obrigaram a que fossem tomadas medidas adequadas por parte do estado português, nomeadamente ao nível das políticas migratórias e de integração, de modo a adaptar-se à nova realidade migratória, bem como a fazer uma gestão adequada não só em termos políticos mas sociais e até económicos.

2.4.3. Dados gerais da imigração em Portugal:

Os dados do último relatório do SEF, Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA) correspondentes ao ano de 2013, dão conta da presença de imigrantes em Portugal de mais de 100 nacionalidades diferentes, contabilizando um total de cerca de 401.320 cidadãos com título de residência válido, isto é, imigrantes com situação regularizada. Destes, do ponto de vista da distribuição geográfica, a grande maioria concentra-se no distrito de Lisboa (176.963), seguido dos distritos de Faro (58.963) e Setúbal (41.711).

O gráfico seguinte ilustra as dez nacionalidades de imigrantes mais representativas em Portugal:

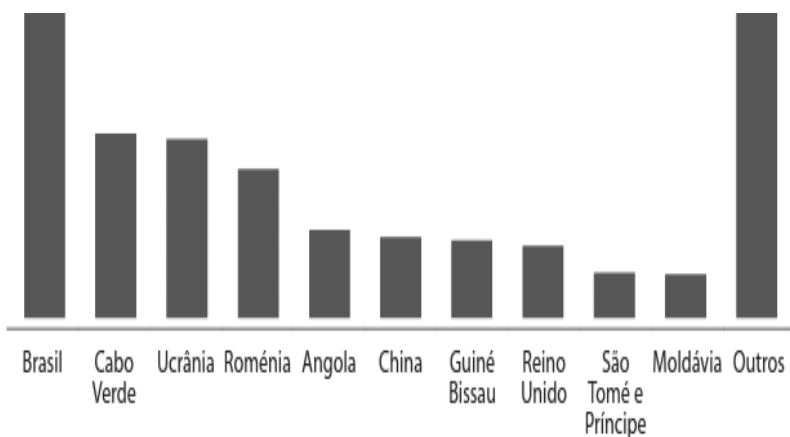


Gráfico 4: População estrangeira por nacionalidade, RIFA (2013: 10).

Ainda segundo o mesmo relatório, nos últimos anos, a população estrangeira em Portugal tem vindo a diminuir:

“a dinâmica evolutiva da população estrangeira em Portugal evidencia uma consolidação da tendência decrescente número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos (diminuição de 3,8%) [...]”(RIFA, 2013: 9)

Como explicação para esta dinâmica dos números, são apontados como causas prováveis a aquisição de nacionalidade portuguesa, a alteração dos fluxos migratórios e o impacto da atual crise económica no mercado de trabalho.

A atual conjuntura económica, inevitavelmente, fragilizará muitos destes indivíduos, no entanto, segundo o estudo MIPEX III (2011:26) “os imigrantes são considerados vítimas em igual medida da recessão e não o bode expiatório, como acontece em vários países europeus.”

No que diz respeito à integração de imigrantes no país de acolhimento, em diferentes áreas, Portugal parece ter resultados positivos, em relação a outros países e apesar da situação que vive atualmente.

2.5. - Políticas de integração

“A integração bem-sucedida dos imigrantes é, simultaneamente, uma questão que releva da coesão social e um pré-requisito para a eficiência económica.” (COM, 2003:19)

É de todos o interesse numa boa e eficiente integração dos imigrantes no país de acolhimento. E para que tal seja possível, é preciso, em primeiro lugar, que seja definida a ideia de integração no espaço em concreto, isto é, quais os traços essenciais que, a ser cumpridos, resultam numa boa integração, e em segundo, com base nesses traços, princípios fundamentais, estabelecer uma política de migração e integração que, posta em prática, levará à integração dos indivíduos e, mais importante, a uma convivência pacífica, positiva e enriquecedora de nacionais e estrangeiros.

Na comunicação da comissão europeia COM (2003), integração é definida da seguinte forma:

“A integração deve ser encarada enquanto processo bipolar, baseado em direitos mútuos e correspondentes obrigações que cabem aos nacionais de países terceiros legalmente residentes e à sociedade de acolhimento que porfia pela plena participação do imigrante. Isto implica, por um lado, que é da responsabilidade da sociedade de acolhimento assegurar que os direitos formais que assistem os imigrantes facultam a cada indivíduo a possibilidade de participar na vida económica, social, cultural e cívica e, por outro lado, que os imigrantes respeitam as normas e valores fundamentais da sociedade de acolhimento e participam ativamente no processo de integração, sem terem de abandonar a sua própria identidade. ” (COM, 2003:19)

A integração de imigrantes num país de acolhimento exige, portanto, a cooperação dos vários intervenientes: a sociedade, os imigrantes e o próprio país de acolhimento. Ao mesmo tempo implica que existam boas políticas reguladoras, de modo a haver justiça, ordem e princípios orientadores do processo. As políticas de integração de imigrantes no país de acolhimento são bases orientadoras que definem o modo de atuar em relação aos imigrantes residentes em Portugal, no sentido de os acolher como cidadãos. Por um lado regulam o processo definindo normas, direitos, deveres, restrições, e por outro auxiliam no percurso a percorrer rumo à integração dos imigrantes, uma vez que definem planos de ação que visam a plena integração dos indivíduos e o tratamento justo e tanto quanto possível igualitário.

As políticas da imigração regulam todo o processo, desde a entrada e saída dos imigrantes, à documentação e legalização, à integração no país de acolhimento e todos os aspetos a ela inerentes, desde a integração no mercado de trabalho, a regularização do estatuto de residência, o reagrupamento familiar, etc. e à nacionalização dos indivíduos imigrantes, se for caso disso.

É ao Governo, mais especificamente ao Ministério da Administração Interna (MAI), que compete definir e executar as políticas de imigração e asilo, bem como as políticas de integração de estrangeiros. A execução das políticas é feita pela ação do SEF, de acordo com a Constituição e as orientações do Governo, enquanto que a vertente da integração de imigrantes está a cargo do ACIDI.

“O ACIDI tem como missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como fomentar o diálogo

entre religiões, culturas e etnias e desenvolver ações no âmbito do combate ao racismo e à xenofobia.” (SEF, 2008:8-10)

Na definição das políticas públicas nesta área, o Estado Português conta com o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) - ACIDI.

A União Europeia tem vindo a investir na uniformização e na criação de uma política de imigração comum aos Estados-Membros da UE. No decorrer desse processo foram realizados vários encontros e estabelecidos vários acordos, entre os quais o Tratado de Lisboa (2009), com o objetivo de desenvolver políticas claras e uniformes no que diz respeito à imigração e integração de imigrantes no espaço da União Europeia, especialmente no que diz respeito às políticas de entrada e saída de imigrantes e ao modo como estes são tratados e acolhidos.

“a imigração é uma realidade que deve ser gerida com eficácia. Numa Europa aberta sem fronteiras internas, nenhum Estado-membro pode gerir a imigração de forma isolada” (COM, 2008:2)

Nesse sentido, foram estabelecidos princípios comuns, num quadro de parceria e solidariedade entre os Estados-Membros, princípios esses que devem ser tidos em consideração na elaboração de todas as leis de imigração e integração de imigrantes em vigor nos diferentes Estados-Membros, ainda que cada Estado-Membro mantenha uma certa autonomia na gestão política do seu território, uma vez que, inevitavelmente, tem que dar resposta a diferentes cenários e aplicá-las em diferentes contextos históricos, económicos, demográficos, geográficos, etc.

“A EU pode incentivar e apoiar as medidas adotadas pelos Estados-Membros a fim de promover a integração de nacionais de países terceiros que sejam residentes legais, apesar de não estar prevista a harmonização das legislações e regulamentações nacionais.” (Política de integração, fichas técnicas sobre a união europeia - 2014)

Os dez princípios comuns estabelecidos com o objetivo de regular e uniformizar as políticas de integração no espaço da União Europeia, estão agrupados em três vertentes distintas: prosperidade, segurança e solidariedade, no sentido de promover estes três aspetos no espaço Europeu. Os princípios definidos são os seguintes:

Prosperidade e imigração: Princípio 1 - regras claras e igualdade de condições; Princípio 2 - adequação entre qualificações e necessidades; Princípio 3 - a integração é a solução para uma imigração bem-sucedida;

Solidariedade e imigração: Princípio 4 - transparência confiança e cooperação; Princípio 5 - utilização eficaz e coerente dos meios disponíveis; Princípio 6 - parceria com os países terceiros

Segurança e imigração: Princípio 7 - uma política de vistos ao serviço dos interesses da Europa; Princípio 8 - gestão integrada das fronteiras; Princípio 9 - intensificação da luta contra a imigração ilegal e tolerância zero para o tráfico de seres humanos e Princípio 10 - políticas de regresso duradouras e eficazes. (COM, 2008:5-15)

Estes princípios têm como objetivo regular as políticas de integração no espaço europeu, olhando para ele como um todo. No entanto, a União Europeia não tem competência legal específica, no que toca às políticas de integração dos Estados Membros, até porque a situação migratória varia de país para país e cabe a cada um desenvolver as políticas de integração que mais se adaptam à sua realidade migratória, embora haja uma tentativa de regulação dessas políticas a nível global - espaço UE - e ou uma discussão e avaliação de políticas no sentido de caminhar sempre para políticas cada vez melhores, mais adaptadas e com melhores resultados, no que diz respeito à integração dos imigrantes e ao respeito pelos seus direitos e pelos direitos dos cidadãos autóctones. Não obstante, a UE tem competências em domínios essenciais para a inclusão de cidadãos de países terceiros nas sociedades de acolhimento, bem como na regulação de políticas comuns ao espaço europeu.

“ A comissão [Europeia] reserva para si um papel importante ao nível do acompanhamento e avaliação da política comum, da promoção e cooperação entre governos e outros atores relevantes, através da troca de informações e intercâmbio das melhores práticas especialmente a nível local, e do desenvolvimento de orientações ou padrões comuns de medidas de integração.” (Fonseca & Goracci et al., 2007: 30)

“A UE é essencialmente um conjunto de países que tem, na sua maioria, as suas próprias políticas de integração, embora tenha um certo grau de investimento e harmonização ao nível da UE. ” (Fonseca & Goracci et al., 2007:210)

Quanto a Portugal, é um dos países mais bem-sucedidos na implementação de políticas de integração de imigrantes, como veremos adiante. As políticas de integração implementadas têm sido várias vezes destacadas como boas, através de diferentes relatórios internacionais que avaliam e comparam o sistema de políticas de integração em diversos países, europeus e não só.

Entre eles destacamos o *Índice de Avaliação das Políticas de Integração de Imigrantes* (MIPEX III), elaborado em 2011, que avalia e compara políticas de integração de cerca de 31 países europeus e da América do Norte, no qual Portugal obteve o segundo lugar nos países com melhores políticas de integração de imigrantes.

Importa também considerar o relatório de desenvolvimento humano de 2009 (Nações Unidas), no qual Portugal é destacado como o país que está na vanguarda da Europa e do mundo no que toca à integração de imigrantes.

Também no *Handbook on integration for policy-makers and practitioners*, produzido pela Comissão Europeia, existem referências a políticas positivas e boas práticas de sucesso. Entre as referências a políticas de integração positivas estão algumas referências a Portugal, como é o caso do programa Escolhas do ACIDI, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), os Gabinetes de apoio técnico às associações de imigrantes (GATAI), entre outros.

“Portugal destaca-se dos restantes países na integração dos trabalhadores e respetivas famílias numa sociedade em evolução. Ainda assim existem áreas a melhorar: políticas sólidas de educação e de participação política” (MIPEX III, 2011:29)

“as leis portuguesas anti discriminação são as mais sólidas do sudoeste europeu, mas revelam-se menos eficazes do que as de outros países líderes nesta matéria, ex. CA, SE, EUA, UK ” (MIPEX III, 2011: 31)

2.6. Portugal como país de acolhimento

Portugal é várias vezes classificado como um bom exemplo de país de acolhimento, fala-se até no mito do povo português, segundo o qual este é possuidor de uma aptidão natural para lidar com a diversidade.

Quando discutido o assunto e até quando comparado com outros países e com as suas práticas face à imigração, Portugal é geralmente tido como sendo um país que

acolhe bem e onde os imigrantes são, de um modo geral, aceites e tratados com respeito pela igualdade de direitos.

“Talvez porque milhões de portugueses direta ou indiretamente, através de familiares próximos, tenham vivido a experiência da emigração e constatado a importância de se ser bem acolhido e integrado na vida social e económica do país de destino, **Portugal é atualmente reconhecido internacionalmente como um admirável exemplo de integração da sua população imigrante.**”
(Fonseca & Goracci et al., 2007:9) (sublinhado meu)

Do ponto de vista da integração, as medidas políticas que têm sido adotadas, em geral, são consideradas satisfatórias. Os imigrantes são recebidos, dispõem de serviços de apoio e o processo de acolhimento faz-se no sentido de inserir cidadãos na sociedade que, cumprindo os seus deveres, como todos os outros, terão direito a um tratamento justo e de igualdade de direitos (com algumas exceções) em relação aos cidadãos nacionais. No que toca ao acolhimento, a argumentação pode ser ainda mais intrincada. Acolher, indo além do sentido político-prático da palavra, significaria mais do que integrar, mais do que aceitar e dar condições e direitos. Acolher é quase tratar como sendo parte de si é reconhecer valor e igualdade e vivê-los na prática no dia-a-dia. Mais do que conviver e proporcionar as condições necessárias a essa convivência, acolher é receber, implica hospitalidade, vontade de integrar.

As políticas de integração e acolhimento de imigrantes de um país tentam pôr em prática medidas para que, no seu conjunto e em paralelo com a sociedade e as suas atitudes face aos imigrantes, se consiga chegar o mais próximo possível desse ideal de acolhimento e que tanto a sociedade autóctone como os indivíduos que procuram a integração se sintam bem em sociedade e vejam respeitados os seus direitos.

Como já referimos acima, dados do mais recente Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX III, 2011)⁷ apontam em Portugal a prática de boas políticas de integração, colocando-o em segundo lugar.

“Portugal surge em primeiro lugar com as melhores políticas de integração de imigrantes na vertente da reunificação familiar e do acesso à nacionalidade, e como o segundo melhor país analisado na vertente da integração dos migrantes no mercado de trabalho”

⁷ Estudo comparativo que avalia as políticas e medidas relativas à integração de migrantes em 31 países da Europa e da América do Norte com o objetivo de avaliar políticas, comparar e melhorar o que se faz em diferentes países em termos de integração.

Press release,
 (http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d6be50b594a6/live/Portugal++%C3%A9+o+melhor+na++Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes+-+na+vertente+da+Reunifica%C3%A7%C3%A3o+Familiar+e+do+Acesso+%C3%A0+Nacionalidade)

A lei da nacionalidade em Portugal foi ainda realçada como a melhor entre as dos 31 países do estudo. “ [...] é a que melhor promove edificação de uma cidadania comum [...] ”. (MIPEX III, 2011:26)

No relatório MIPEX III, também é destacado o trabalho de investigação feito em Portugal na área da integração, trabalho esse que vai sendo feito no sentido de observar, avaliar e melhorar as políticas e de sensibilizar a opinião pública para estes assuntos.

RESULTADOS GERAIS

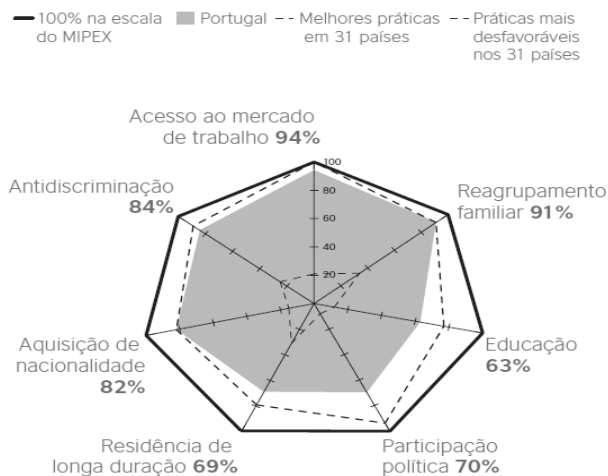


Gráfico 5: Mipex III Portugal (2011:26)

Como se pode observar através da interpretação do esquema acima, Portugal obteve bons resultados em todos os indicadores em estudo (medidas anti discriminação, acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, participação política, residência de longa duração e aquisição de nacionalidade), tendo atingido o nível de “melhores práticas”, no que diz respeito à aquisição de nacionalidade e ao reagrupamento familiar.

Desde 2005, ano em que foi publicado o primeiro MIPEX, até 2011, incluindo apenas 6 países, Portugal tem vindo a progredir no que diz respeito à imigração e

políticas de integração, tendo sido um dos países que mais progressos demonstrou entre 2007 e 2011, tempo decorrido entre a publicação do MIPEX II e o MIPEX III:

“ [...] Portugal registou alguns dos maiores progressos desde o MIPEX II [...] foi um dos países que mais se esforçou para assegurar o exercício do direito à residência de longa duração (lei da imigração de 2007) e dar resposta específica à situação laboral dos imigrantes (planos de integração de imigrantes, reconhecimento de qualificações).” (MIPEX III, 2011: 26)

Além do progresso registado, é também feita referência à recente situação do país em termos de conjuntura económica, situação que obviamente não podia deixar de afetar os cidadãos, especialmente no que diz respeito ao emprego e às condições de vida. No entanto, a análise do estudo do MIPEX reconhece que não foram só os imigrantes afetados pela recessão económica. Em Portugal, os imigrantes sofreram as consequências da crise económica em igual medida que os outros cidadãos, ao contrário do que aconteceu noutros países, em que os imigrantes foram os principais afetados pela situação de recessão do país. O trabalho e empenho no que diz respeito à integração de imigrantes não foi negligenciado ou desvalorizado em consequência da crise que o país tem vindo a atravessar: “A implementação de medidas económicas e políticas austeras não reduziu o consenso nacional e o apoio à integração” (MIPEX III, 2011: 26)

Abaixo estão mencionados alguns dos pontos destacados no relatório, em relação à realidade da imigração em Portugal e ao modo como é feita a gestão dessa realidade:

a) Portugal reconhece que viver em família é um ponto de partida para a integração na sociedade, pelo que, dispõe de medidas para promover o acesso ao mercado de trabalho e a reunificação familiar. Apesar de se tratar de um dos pontos fracos na generalidade dos países do estudo, Portugal obtém melhores resultados do que outros países no que diz respeito à promoção da integração social na educação. Além disso, Portugal ocupa a primeira posição (juntamente com os EUA) no que diz respeito à facilidade de acesso à educação e a quinta posição em relação à educação internacional.

b) Os residentes de longa duração usufruem de uma maior segurança de estatuto. As leis anti discriminação portuguesas são as mais sólidas do sudoeste europeu, mas menos eficazes do que as de outros países líderes nesta matéria. Os imigrantes gozam dos

mesmos direitos de emprego e acesso ao mercado de trabalho que os portugueses, independentemente da nacionalidade.

Fica claro que não se trata certamente de uma realidade de fácil gestão e na qual há e haverá sempre aspetos a ir melhorando e adaptando às circunstâncias, no entanto, são destacados vários pontos positivos no que diz respeito à forma como em Portugal é feita essa gestão e, mais do que isso, à forma como são tratados e acolhidos os imigrantes num Portugal país de acolhimento, nomeadamente em relação à igualdade entre todos os cidadãos e à defesa dos seus direitos.

Como áreas a melhorar, o relatório aponta: as leis de anti discriminação, os padrões de qualidade nos cursos de língua portuguesa. Propõe-se também que se promova mais o ensino de línguas das comunidades imigrantes, através de escolas bilingues, por exemplo, e por fim, a formação de políticas sólidas de educação e de participação política.

Seguidamente nesta secção será descrito de um modo geral o processo por que passam os imigrantes desde a chegada ao país de acolhimento (ou mesmo antes, à saída do país de origem), de um ponto de vista legal, e serão referidas algumas das principais políticas de integração em vigor em Portugal e destacados alguns projetos em ação com vista à integração de imigrantes, como é o caso do Português para Todos (PPT), do Programa Escolhas, do programa *Gente como nós* e do Programa SEF em movimento, entre outros existentes na área da integração de imigrantes.

Por questões de objetividade e relevância para o trabalho em causa, referir-me-ei em especial a estes aspetos da integração, no que diz respeito a língua e acolhimento, não fazendo um estudo exaustivo de todas as áreas de ação (ex.: trabalho, justiça, ação social, etc..)⁸.

2.6.1- O processo legal

Vejamos agora em traços gerais a forma como se desencadeia o processo de entrada, integração e legalização de imigrantes no país de acolhimento.

Há todo um conjunto de normas, questões legais a obedecer, bem como vários aspetos políticos, económicos, pessoais do próprio imigrante, inerentes ao processo de imigração, que devem ser tidos em conta. Existem questões importantes que se colocam

⁸ Para mais informações, consultar, por exemplo: Fonseca & Goracci et al. (2007) Mapa de boas práticas- acolhimento e integração de imigrantes em Portugal

desde a chegada ao país de acolhimento, ou até da sua partida do país de origem, elas devem ser resolvidas com vista à integração social e legal dos imigrantes no país de acolhimento.

Os imigrantes têm de tratar de todo um conjunto de documentação e de questões de ordem prática, de modo a poder permanecer legalmente no país de acolhimento. Tudo isso faz parte de um processo que se vai desenrolando durante a estadia dos indivíduos.

De país para país, a legislação e o processo de integração legal dos imigrantes pode variar. As próprias políticas migratórias, que estabelecem e controlam quem pode entrar e permanecer no território do país e a que normas deve obedecer, vão sendo adaptadas ao longo do tempo, de acordo com a natureza da realidade migratória no país em questão. No caso de Portugal, que era predominantemente um país de emigrantes e que passou a ser também um país de imigrantes, e que ao longo dos anos tem observado mudanças frequentes na natureza das imigrações, vê-se obrigado a uma adaptação constante das suas políticas e da legislação.

Uma das grandes alterações nas políticas migratórias em Portugal teve que ver com a independência das antigas colónias em África, que, sendo colónias portuguesas, eram encaradas como parte do território nacional, pelo que os seus residentes tinham, legalmente, direito à nacionalidade portuguesa. Após a independência foi necessária uma grande reforma do quadro legal da nacionalidade em Portugal e, conseqüentemente, de todo o processo legal de entrada e permanência de nacionais desses países. A legislação relativa ao processo de imigração para Portugal a que eles estão sujeitos foi também sendo adequada à evolução das relações políticas e de cooperação entre Portugal e esses países africanos.

Questões como o país de origem dos indivíduos, as circunstâncias em que saem do país de origem, as motivações que estão na origem da imigração, os objetivos e expectativas em relação ao país de acolhimento, cadastro dos indivíduos, etc., são tidas em conta, no momento de dar início ao processo legal de integração dos imigrantes no país de acolhimento.

Para entrar em território português, os indivíduos estrangeiros devem cumprir determinados requisitos, nomeadamente:

Possuir um título de viagem válido; Provar dispor de meios suficientes de subsistência; Não estar indicados como pessoas não admissíveis no sistema de informação de Schengen ou nas listas nacionais, ter um visto válido e adequado para o propósito de entrada; Ter um documento de identificação válido, em geral um passaporte.

(Portal SEF; Baganha & Marques (2001:22))

Existem vários tipos de vistos, com diferentes durações, dependendo do propósito que leva à entrada no país. Entre eles, o visto de escala, o visto de trânsito, o visto de residência, o visto de estudante, o visto de trabalho e o visto de escala temporária.

No caso de imigrantes que, em geral, pretendem permanecer no país, trabalhar e construir uma vida, ou seja, os que pretendem uma estadia de longa duração, o visto de que precisam é o visto de residência. Esse visto permite ao seu titular a entrada no território do país de acolhimento e é válido para duas entradas em território português, possibilitando-lhe a permanência no país, durante seis meses. O seu titular pode ainda solicitar uma autorização de residência para situações não temporárias. A ser concedida essa autorização de residência, responsabilidade do SEF, é emitido um título de residência que pode ser temporário, válido por dois anos, com a possibilidade de ser renovado, ou permanente, concedido a estrangeiros residentes legalmente em Portugal há dez anos.

Para conseguir acesso a esta documentação que autoriza não só a entrada em território nacional, mas a permanência por longos períodos de tempo e ter a sua presença no país regularizada, há uma série de requisitos a que os imigrantes devem obedecer. Um desses requisitos está relacionado com a inscrição na segurança social e os descontos para a segurança social, dos quais está dependente a regularização constante da documentação (renovação de vistos ou títulos de residência, por exemplo). Os descontos para a segurança social, por sua vez, estão dependentes de um contrato de trabalho que, a não existir, compromete a situação do indivíduo. Outros documentos de extrema importância para o imigrante, além dos documentos de identificação, logicamente, são o cartão de contribuinte, que está associado à sua inserção no mercado de trabalho e o cartão de utente do serviço nacional de saúde (SNS), que lhe dá acesso aos cuidados de saúde prestados pelo SNS.

De acordo com a alteração da Lei 244/98 a 10 de Janeiro de 2001, imigrantes em situação ilegal podem ter acesso a uma autorização de permanência anual, desde que possuam um passaporte válido, uma proposta de contrato de trabalho e o certificado de registo criminal. Esta autorização é renovável até um máximo de cinco anos.

A lei que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional atualmente em vigor é a Lei nº 23/2007, de 4 de Julho.

Um estrangeiro pode ser expulso do território português se houver a violação do direito constitucional ou se entrar e/ou permanecer no país em situação ilegal.

2.6.2- Direitos e deveres

No que diz respeito aos direitos dos cidadãos, a Constituição da República Portuguesa (CRP) tem dois princípios importantíssimos, que deixam claro o panorama geral dos direitos, bem como o modo como a legislação encara os indivíduos, tanto indivíduos portugueses como todo o indivíduo presente em território nacional. Em primeiro lugar, existe o princípio da igualdade dos cidadãos, segundo o qual “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” (art.º 13º). Em segundo lugar, existe o princípio da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros, salvo algumas exceções, segundo o qual, “os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português; excetuam-se os direitos políticos e os direitos e deveres reservados pela constituição aos cidadãos portugueses...” (art.º 15º). Estes dois princípios, presentes na constituição portuguesa, atestam desde logo um panorama de reconhecimento dos direitos aos imigrantes, a par de todos os outros cidadãos portugueses, em termos gerais.

Em suma, segundo a constituição portuguesa, aos estrangeiros a residir legalmente em Portugal, estão garantidos todos os direitos de cidadania à exceção dos direitos políticos. Os direitos sociais são considerados universais e aplicáveis a todos os indivíduos de igual forma: sejam eles cidadãos portugueses, imigrantes em situação legal no país.

Todos os imigrantes têm direitos, mas os imigrantes em situação irregular estão numa posição particularmente frágil, sendo muitas vezes alvo fácil de redes de imigração

ilegal, que os afastam das autoridades e da possibilidade de regularizarem a sua situação, o que resulta num difícil acesso e conhecimento dos seus direitos e deveres. Aos imigrantes ilegais em território nacional é negado o direito de permanecer no país, pelo que podem ser expulsos através da ação de autoridades responsáveis. No entanto, durante a sua permanência em território nacional, mesmo estando em situação ilegal, o Estado não lhe nega os direitos humanos fundamentais, bem como os seus direitos cívicos.

Os imigrantes estão também sujeitos à generalidade dos deveres, que incidem sobre os cidadãos portugueses, como, por exemplo o de pagar impostos ou de contribuir para a segurança social.

2.6.3- O processo de aquisição da nacionalidade (A lei da Nacionalidade)

Um dos meios de assegurar a integração legal no país de acolhimento e ter acesso a todos os direitos existentes, no país em causa, é a aquisição da nacionalidade por naturalização.

De acordo com a lei da nacionalidade de 2006 (lei orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, com entrada em vigor a 15 de Dezembro de 2006), para a aquisição da nacionalidade portuguesa, os indivíduos devem preencher alguns requisitos.

“O Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
- b) Residirem legalmente no território português há pelo menos seis anos;
- c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;
- d) Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa.”⁹

DIÁRIO DA REPÚBLICA—I SÉRIE-A No 75—17 de Abril de 2006, Lei Orgânica no 2/2006 de 17 de Abril Lei da nacionalidade, Nº 1 do Artigo 6

⁹ Ao contrário do que acontece noutros países, como é o caso da França, Dinamarca, Áustria, entre outros, Portugal não exige como requisito para a obtenção da nacionalidade, a aprovação de um teste de cidadania e cultura aos candidatos à nacionalidade.

Preenchendo estes requisitos, à luz da lei, o imigrante pode solicitar a nacionalidade portuguesa e dar início ao processo de naturalização. Trata-se de uma opção disponível para os imigrantes que, além dos requisitos e documentação necessários para o avanço do processo, depende ainda de uma tomada de decisão do próprio imigrante.

A pessoa que obtém a nacionalidade portuguesa adquire todos os direitos e deveres de um cidadão português: o direito de visitar, residir e trabalhar em Portugal com a sua família sem a necessidade de vistos, direitos políticos como votar ou até participar na vida política, o direito à proteção do estado, entre outros, além de todos os outros direitos cívicos, sociais e económicos.

Além disso, sendo Portugal um país membro da União Europeia, todos os seus cidadãos possuem livre acesso aos restantes países da União Europeia, bem como maior facilidade de circulação e obtenção de vistos para outros locais fora da UE. É este conjunto de direitos, entre outras motivações possíveis, que leva muitos imigrantes a fazer o pedido de aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização.

Um dos requisitos necessários para a obtenção da nacionalidade portuguesa, tal como acontece em vários outros países, é ter um conhecimento mínimo exigido da língua do país de acolhimento - neste caso, o português. Em Portugal, o nível estabelecido como nível suficiente de conhecimento de língua que os candidatos à aquisição de nacionalidade devem atingir, é o nível A2 do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR): “Considera-se conhecimento suficiente em língua portuguesa o nível A2 do quadro europeu comum de referência para as línguas.” *Diário da República*, 1.a série—No 240—15 de Dezembro de 2006.

O nível de língua A2 é considerado o mínimo suficiente para que os indivíduos sejam capazes de comunicar e satisfazer algumas necessidades comunicativas e pragmáticas.

Segundo o Quadro Europeu Comum de Referência (QECR) o utilizador elementar A2:

“É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante).

É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.” (QECCR, 2001: 49)

Como já se disse acima, a legislação exige que, para efeitos de aquisição de nacionalidade por naturalização, seja aferido o nível de conhecimento de língua portuguesa e deve corresponder, no mínimo, ao nível A2. O apuramento do nível de língua dos indivíduos é feito através de um teste de diagnóstico de língua, conforme a portaria nº1403-A/2006 de 15 de Dezembro. Estes testes são realizados por estabelecimentos de ensino. Anteriormente à portaria (portaria nº1403-A/2006) os mesmos eram responsabilidade de notariados, secretarias das câmaras municipais ou ainda dos diretores dos serviços centrais e culturais em Lisboa e no Porto. A portaria, além de designar os locais onde ocorrem as provas “Assim, a aferição do conhecimento da língua portuguesa passa a efetuar-se por meios tecnicamente mais aptos — testes realizados expressamente para esse efeito nos estabelecimentos de ensino — do que os anteriormente previstos [...]”vem também aprovar os modelos de prova bem como o valor da taxa a pagar pela mesma. Os testes são correspondentes ao nível A2 do Quadro Europeu Comum de Referência e, para que os indivíduos vejam reconhecidos os seus conhecimentos de língua portuguesa basta-lhes obter uma aprovação mínima de 50% na prova.

O processo de realização da Prova de Língua Portuguesa é atualmente regulamentado pela Portaria n.º 176/2014, de 11 de setembro. A portaria n.º 176/2014 vem trazer novas alterações à prova de conhecimentos de língua portuguesa, nomeadamente em reação à sua estrutura que passou a englobar três componentes: compreensão da leitura, expressão escrita e compreensão do oral (anteriormente apenas eram testadas a componente de leitura e expressão escrita) e tem a duração de 75 minutos. Depois da aprovação no teste são emitidos os certificados de aprovação pelas entidades responsáveis.

A realização destas provas esteve suspensa entre 2010 e 2014, mas voltaram a ser realizadas, após a atualização e reestruturação da legislação que as regulava.

Além da prova de língua portuguesa, o conhecimento da língua portuguesa pode ser comprovado por uma das seguintes formas (alíneas a), d), c)):

a) Certificado de habilitação emitido por estabelecimento de ensino público, particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, desde que o seu detentor tenha frequentado com aproveitamento a unidade curricular/disciplina de Português, pelo menos em dois anos letivos;

b) Certificado de aprovação em prova de língua portuguesa realizada em estabelecimentos de ensino da rede pública, quando efetuada em território nacional, ou em locais acreditados pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., quando realizada no estrangeiro, devendo a regulamentação desta prova, bem como o respetivo controlo, constar de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, da administração interna, da justiça e da educação;

c) Certificado em língua portuguesa como língua estrangeira, emitido mediante a realização de teste em centro de avaliação de português, como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência, mediante protocolo;

d) Certificado de qualificações que ateste a conclusão do nível A2 ou superior, emitido por estabelecimento de ensino público, centros de emprego e formação e centros protocolares do IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), ao abrigo da Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho.”

Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril, artigo 25º

A certificação do nível de língua portuguesa em centros especializados e acreditados para fazer essa certificação, pertencentes à rede do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), é feita através de um teste de nível de proficiência. Para obterem a certificação do nível de proficiência A2 em Português Língua Estrangeira, os candidatos devem realizar e obter aprovação no exame correspondente a esse nível de língua, o CIPLE - Certificado Inicial de Português Língua Estrangeira.

“O CIPLE atesta uma capacidade geral básica para interagir num número limitado de situações de comunicação previsíveis do quotidiano. Prevê-se também que nas áreas profissional e de estudo os utilizadores do CIPLE sejam capazes de interagir em situações de comunicação que requeiram um uso muito limitado do português, que não se diferencia de um uso geral da língua.” CAPLE in <http://ww3.fl.ul.pt/caple/Exames/CIPLE.aspx>

Os examinandos são avaliados nas quatro competências: compreensão da leitura, expressão escrita, compreensão do oral e expressão oral.

Uma vez obtida esta aprovação, o indivíduo pode avançar no seu processo de aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização.

Outra forma de fazer prova dos conhecimentos de língua portuguesa é através da frequência dos cursos *Português Para Todos* (PPT), que são gratuitos e especificamente pensados para o público imigrante e para as suas necessidades de integração linguística, social e profissional. Obtendo aprovação nestes cursos, os imigrantes têm acesso a um certificado de utilizador elementar de português (A2), ficando dispensados da realização da prova de nacionalidade.

Em suma, o pedido de nacionalidade é uma escolha do imigrante e nem sempre é uma decisão fácil de ser tomada. Em causa está mais do que a integração “plena”, como alguns analistas a consideram, está mais do que o acesso a direitos de cidadania, não só no país de acolhimento, como dentro das fronteiras da Europa; estão também em causa questões de identidade e sentimentos de ligação ao país de origem, entre outros.

A naturalização traz consigo uma série de vantagens e facilidades para quem a adquire, mas ao mesmo tempo ela representa uma nova ligação a uma nova nação, um novo país que, pode ou não, ser vista/sentida como ameaça à ligação com o país de origem.

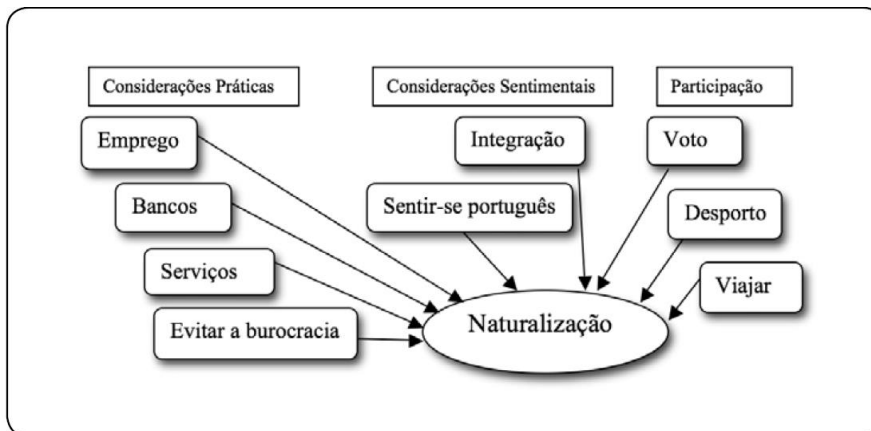


Figura 2: vantagens da naturalização do ponto de vista dos imigrantes in OI45 “cidadania portuguesa, lei da nacionalidade de 2006”

Se muitos optam por obter a nacionalidade portuguesa pelas mais diversas razões, mas sobretudo pelas facilidades que consigo traz e as vantagens não só no país de acolhimento como a nível europeu (veja-se a figura 4), também há alguns imigrantes que

decidem não adotar a nacionalidade portuguesa. Nesses casos, geralmente, trata-se de questões mais sentimentais, quer em relação ao país de origem, quer por falta de identificação ou ligação problemática com o país de acolhimento.¹⁰

Colocam-se então questões de identidade e ligação a ambos os países, mudanças ou “desenvolvimentos” na identidade dos indivíduos, entre outras intrínsecas aos indivíduos.

Coloco ainda a questão, possivelmente já anteriormente colocada por estudiosos da matéria: a aquisição de nacionalidade trata-se da aquisição de um vínculo à nação, que conseqüentemente tem ação na identidade dos indivíduos, ou trata-se apenas da aquisição de um vínculo ao Estado? O que significa na verdade a aquisição da nacionalidade portuguesa para os que imigrantes?

Na verdade, a colocar-se realmente esta questão, a resposta não será uma resposta linear nem tão-pouco universal a todos os indivíduos em causa, logicamente. Mas fica a questão no ar para reflexão sobre o assunto.

2.7. - Alguns projetos e iniciativas de apoio à integração desenvolvidos em Portugal

A imigração e a integração de imigrantes é um grande desafio, não só para os imigrantes como também para o próprio país de acolhimento e a sua sociedade. Assim sendo, enquanto país de acolhimento e de modo a fazer face à necessidade de lidar com o desafio que é a imigração, Portugal tem vindo, ao longo dos anos, a desenvolver projetos de integração de imigrantes e a criar plataformas de informação e apoio aos imigrantes, bem como meios de supervisão que se certificam que há legalidade e legitimidade nos processos de imigração.

Em Portugal, os principais órgãos ligados à gestão da imigração são o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que regula todas as questões legais e documentais associadas aos processos de imigração, e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM)¹¹ que se ocupa em particular da questão da integração. Estas entidades prestam

10 Sobre este assunto consultar Healy, C. (2011) *Cidadania portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006*, Lisboa, ACIDI - OI, pp. 106-112

11 Antigo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

serviço a órgãos de soberania, entre eles, o Ministério da Administração Interna e a Presidência do Conselho de Ministros, respetivamente.

O ACM e o SEF disponibilizam toda a informação de máxima importância para os imigrantes em várias plataformas, digitais e não só, bem como desenvolvem ações de esclarecimento e apoiam os indivíduos nas mais diversas áreas.

O ACM tem ainda um trabalho em parceria com o associativismo imigrante, que permite a chegada da informação de um modo mais facilitado por existir um contacto de maior proximidade com os indivíduos, bem como a realização de vários protocolos de apoio, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante. Esse trabalho é feito através do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI). O ACIDI dispõe ainda de diversos centros de apoio e informação, a nível local e nacional (CLAI e CNAI, respetivamente). Estes centros de apoio ao imigrante, mais do que passar as informações necessárias aos imigrantes, concedem todo o apoio necessário à sua integração, desde apoio jurídico, apoio ao emprego, apoio social, apoio com a documentação, entre outros, de modo a que todo o processo se desenrole da melhor forma e os indivíduos possam ter acompanhamento sempre que necessário.

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidas diferentes ações e iniciativas no âmbito da integração e apoio aos imigrantes que funcionam em paralelo com as políticas de integração, procurando prestar o auxílio necessário aos indivíduos migrantes de modo a saberem lidar com todas as questões relacionadas com a imigração e integração no país de acolhimento. Algumas destas ações estão mais direcionadas para a integração legal e o auxílio e esclarecimento de imigrantes sobre todo o processo e sobre os seus direitos e deveres, outras mais para a integração social dos imigrantes e outras ainda ligadas ao associativismo e a questões culturais ou à promoção de um espaço de respeito e igualdade e de uma vivência pacífica e até enriquecedora em sociedade.

Essas iniciativas que dizem respeito ao acolhimento e reencaminhamento de imigrantes no país de acolhimento atuam em vários níveis, entre os quais: Informação, acolhimento e *media*; Cultura, sensibilização cívica e lazer; Ensino e sensibilização;

Formação profissional e emprego; Saúde; Habitação e serviços sociais; Aconselhamento jurídico e registo de cidadãos comunitários e Sector financeiro.¹²

Além do trabalho diário das instituições responsáveis e da ação dos centros de apoio e informação aos imigrantes, vão sendo desenvolvidos vários projetos que vêm complementar todo esse trabalho. Exemplo de alguns dos projetos mais conhecidos que têm sido desenvolvidos no sentido de auxiliar a integração de imigrantes em Portugal, são o Programa Português para Todos (PPT), o Programa SEF em movimento, Gente como nós e o Programa Escolhas.

Português para Todos (ACIDI)

Este programa surgiu no sentido de combater uma das principais preocupações no que toca à imigração e à integração de imigrantes, que se prende com o conhecimento da língua do país de acolhimento. Assim sendo, através do programa Português para Todos, é facultada aos indivíduos a possibilidade de aprender a língua portuguesa, através de ações de formação de língua portuguesa para estrangeiros.

“Uma preocupação crucial da maioria dos Estados-Membros é a capacidade dos imigrantes de falar a **língua** do país de acolhimento. A deficiência em termos de competências linguísticas é encarada como a principal barreira que se coloca a uma integração bem-sucedida.”
(COM, 2003:22)

Os programas de PPT do ACIDI são implementados nas escolas da rede pública, por ação das direções regionais de educação e nos centros de emprego e formação profissional por ação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O PPT surgiu em 2008 com o objetivo de promover as condições necessárias do ponto de vista linguístico, à integração de imigrantes. Assim sendo, promove a realização de ações de formação em língua portuguesa para estrangeiros e de ações de formação em português técnico característico de alguns sectores de atividade profissional, de modo a facilitar o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho.

“É um programa que permite elevar os conhecimentos e competências indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e

12 No *Mapa de boas práticas - Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal* (2007:190) é possível consultar-se uma sistematização de 251 das iniciativas, feitas a nível nacional, nos diferentes níveis de intervenção.

compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, para a integração dos públicos emigrantes na sociedade portuguesa.” (IEFP)

As ações de língua portuguesa têm como base o Quadro Europeu Comum de Referência e são ministradas no sentido de fornecer aos seus formandos as ferramentas necessárias em língua de um ponto de vista pragmático e comunicacional, de modo a que os indivíduos sejam capazes de ter ao seu serviço no dia-a-dia os conhecimentos que vão adquirindo ao longo das sessões do curso, quer no que diz respeito à vida em sociedade e à vida profissional como também à vida privada.

Estas ações de formação em língua portuguesa destinam-se a imigrantes adultos em situação regularizada em Portugal que não saibam falar português (curso de português nível A2), ou que já falem português mas pretendam aprofundar os seus conhecimentos da língua em áreas específicas (cursos de português técnico).

Os cursos de PPT permitem o acesso a um certificado de utilizador elementar de português língua estrangeira - que equivale ao nível A2. Obtendo esse certificado, pela aprovação nas ações de formação de língua, os indivíduos estão dispensados da realização da prova de nacionalidade.

“A aprendizagem da língua do país de acolhimento favorece a inclusão social e profissional dos imigrantes e das imigrantes. O seu conhecimento gera uma maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potencia qualificações enriquecedoras para quem chega e quem acolhe.”

Diário da República, 1.ª série — N.º 200 — 15 de Outubro de 2009 **Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro**

Aprender a língua do país de acolhimento revela-se não apenas uma necessidade e um instrumento para a integração na sociedade e exercício da cidadania, mas também um requisito para a permanência no país e regularização da situação legal e toda a documentação associada, quer se trate da aquisição de nacionalidade por naturalização, quer seja apenas para regularizar o estatuto de residência. Isto acontece uma vez que, quer para a aquisição da nacionalidade quer para a obtenção do estatuto de residente permanente ou de longa duração, a legislação portuguesa prevê que o imigrante tenha o conhecimento suficiente de língua portuguesa.

“ (...) o direito à língua do país de acolhimento impõe-se como prioritário, de modo que, em lugar de funcionar como instrumento de discriminação, a língua se constitua como meio de acesso à cidadania, como um direito cuja aprendizagem viabilizará o usufruto de outros direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão.” Diário da República, 1.ª série — N.º 200 — 15 de Outubro de 2009 Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro

Sobre língua e a importância do conhecimento da língua de acolhimento para a integração e para a própria (sobre) vivência dos imigrantes bem como para a sociedade de acolhimento falarei com mais detalhe adiante neste trabalho (capítulo 3 - A língua e a imigração).

Sobre este assunto, será interessante consultar a tese de mestrado da Doutora Gabriela Semedo¹³, atual coordenadora do projeto PPT, na qual faz uma descrição e enquadramento deste projeto no seu âmbito de ação, bem como um estudo avaliativo do programa no que toca aos objetivos conseguidos e resultados alcançados pela sua ação, à satisfação dos beneficiários do PPT e à eficácia do programa em si. Segundo o estudo feito, o projeto tem tido resultados muito positivos. O impacto da formação dos indivíduos tem impacto positivo tanto na esfera pública como na esfera privada, sendo este um dos aspetos mais importantes a considerar. Formar os imigrantes em língua portuguesa (e ou em português para fins específicos), tem um papel muito importante na sua integração no país de acolhimento, o que se reflete tanto ao nível da sociedade em geral como na vida privada de cada um dos formandos. Os conhecimentos adquiridos na língua do país de acolhimento permitem aos indivíduos em primeiro lugar melhorar o nível de proficiência e à-vontade com a língua do país de acolhimento, o que por sua vez lhes abre o caminho para uma melhor integração na sociedade de acolhimento, para o acesso ao mercado de trabalho, para uma vivência mais independente e informada no país de acolhimento e um acesso aos serviços, respeito pelos deveres e benefício dos direitos, entre outros.

13 Semedo (2011) “Políticas de Integração: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto de acolhimento e integração de adultos migrantes”, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

- Programa SEF em movimento (SEF)

Surgiu da necessidade de aproximar e facilitar o relacionamento dos cidadãos com o SEF. O programa visa facilitar o relacionamento dos cidadãos com o SEF, especialmente direcionado para os grupos populacionais vulneráveis, com problemas de mobilidade e/ou que têm dificuldade em se deslocar aos postos de atendimento dos serviços (doentes, idosos, crianças, famílias numerosas, cidadãos reclusos ou em cumprimento de penas limitadoras da liberdade e menores institucionalizados). Na prática, consiste na multiplicação de locais de atendimento e com uma localização de proximidade, de modo a facilitar o acesso, na utilização de meios tecnológicos para resolver questões, sempre que possível, na criação de relações estreitas com associações de imigrantes e autarquias locais, ou até na deslocação de profissionais do SEF ao local (ex.: prisões, centros educativos, etc.)

- Gente como nós (ACIDI)

O “Gente como Nós” é um programa de rádio do ACIDI que tem como objetivo sensibilizar as pessoas e fazê-las refletir sobre as questões de integração e acolhimento de imigrantes no nosso país. Muitas das vezes, questões de discriminação e marginalização de indivíduos, ou opiniões menos positivas das pessoas, estão relacionados com o desconhecimento ou ideias erradas sobre os assuntos. Falar desses temas é um passo importantíssimo para deixar as pessoas a pensar e/ou terem oportunidade de construir opiniões com base, não em preconceitos ou estereótipos mas em relatos, histórias, debates, etc., do tema da imigração e integração como um todo. O programa é emitido todas as sextas-feiras depois das 21h na antena 1.

(Alguns dos temas já abordados: Reconstruir projetos de vida; Estudantes estrangeiros em Portugal; Interculturalidade em família; Direitos e deveres da cidadania europeia, entre outros)

- Programa Escolhas

O programa Escolhas teve início em 2001. É um programa que atua a nível nacional, e através de diferentes tipos de projetos que vai desenvolvendo, tem como principal objetivo promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos

socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

É um projeto do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e é financiado pelo Instituto da Segurança Social, pela Direção Geral de Educação e pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano – POPH/QREN.

O programa Escolhas procura agir, através de vários projetos, em várias áreas relacionadas com a integração/ inclusão social:

- Inclusão escolar e educação não formal;
- Formação profissional e empregabilidade;
- Participação cívica e comunitária
- Inclusão digital,
- Estimular o Empreendedorismo e Capacitação dos jovens.
- Empregabilidade e formação profissional,
- Apoio a iniciativas dos jovens e incentivo à sua participação; entre outros.

O programa, ao longo dos anos, tem-se mostrado muito importante no âmbito da integração e inclusão social de jovens e crianças, tendo já recebido várias distinções a nível nacional e internacional.

Estes são apenas alguns dos projetos em ação no âmbito da integração de imigrantes, ligados a questões de acolhimento e língua, que são as áreas sobre as quais me irei debruçar. Há, no entanto, vários outros projetos relacionados com outras áreas, como é o caso da inserção no mercado de trabalho, por exemplo, a educação, a saúde, justiça, ação social, etc., mas que não iremos desenvolver no âmbito desta dissertação.

Capítulo 3 - A língua e a imigração

Como já tem vindo a ser discutido ao longo deste trabalho, quando falamos em imigração, há um aspeto bastante importante a considerar - a questão da língua, que vai ser tratada ao longo deste capítulo.

No processo de imigração e integração, a língua do país de acolhimento tem um papel fundamental, uma vez que se trata do meio ou um dos principais meios de acesso à sociedade e à integração. É, portanto, facilmente compreensível a importância da sua aquisição por parte dos imigrantes e o papel que desempenha na sua integração. Mas há também que considerar que estes indivíduos têm uma identidade e uma língua anteriores a este processo, que são relevantes dada a importância que uma língua materna tem para os seus falantes.

Assim sendo, é importante começar por considerar e clarificar estes conceitos, e outros relacionados, quando se fala em língua e (i) migração.

Língua materna e língua de acolhimento são duas (ou mais) línguas que num cenário de imigração se encontram em relação permanente, especialmente no que aos próprios imigrantes diz respeito. Há que haver uma gestão do uso, uma consideração mútua e há que ter em conta as especificidades de cada uma das línguas em causa. Se, chegado ao país de acolhimento, o imigrante se vê na necessidade de aprender a língua de acolhimento, não deixa de ser importante a sua língua materna, nem ela deixa de estar presente na sua vida.

3.1- Conceitos-chave

A língua e a linguagem verbal humana constituem um dos principais aspetos que distinguem o homem dos animais e o seu modo de interação. O ser humano, como ser social que é, relaciona-se com os seus iguais e mantém relações essencialmente através da linguagem.

Língua é, então, o meio de comunicação, um modo de partilha e interação, é o meio através do qual são feitas as trocas entre os indivíduos, tanto de conhecimento, como experiências, ideias, visões do mundo, sensações e tudo mais.

Se língua permite todo este conjunto de trocas, ela também une quem a fala e quem a tem como sua. As diferentes línguas contêm toda a história e identidade dos seus falantes. É ela que os une. Assim, línguas diferentes e variedades diferentes estão associadas a diferentes identidades e a diferentes culturas, aliás, a simples variação dialetal, por exemplo, regista variações identitárias dos indivíduos. Língua pode, portanto, ser considerada como uma marca de identidade, uma vez que nela estão contidos vários aspetos que não só identificam como distinguem os falantes, quer a nível pessoal, quer a nível coletivo, como por exemplo, pronúncias, variação dialetal, vocabulário específico usado por determinados grupos, crenças e costumes, etc..

“The importance of language as an identity marker at a group level is much more readily evident than that: everyone is used to accent, dialect and language variations that reveal speakers memberships in particular speech communities, social classes, ethnic and national groups.” (Edwards, 2009:21)

É verdade que o homem tem a capacidade de conhecer e dominar várias línguas e, hoje em dia, a grande maioria das pessoas conhece, de facto, mais do que uma língua, seja por questões de trabalho, resultado de migrações, bilinguismo, por afinidade, ou outros motivos, mas, em geral, a língua que contém a carga identitária de um indivíduo é a sua língua materna.

O conceito de língua materna por vezes pode tornar-se difícil de perceber e não é de fácil definição, sobretudo quando se tem em conta contextos linguísticos mais complexos. Língua materna é tradicionalmente definida como sendo a primeira língua que se aprende em criança, a primeira com que temos contacto por ser a língua de socialização de uma determinada comunidade linguística. Estando em contacto com o *input* linguístico daquela que será a sua língua materna, a criança começa a desenvolver a capacidade de, produzir, compreender e comunicar nessa língua.

“O conceito de Língua Materna apela ao de língua da socialização, que, por definição, transmite à criança a mundividência de uma determinada sociedade, cujo principal transmissor é geralmente a família.” (QuaREPE, 2011:4)

Ao adquirir a língua materna, por exposição precoce ao seu *input* linguístico em contexto, a criança aprende, não só a construir frases, a compreender o funcionamento da

língua e a utilizá-la, ela adquire também toda a visão do mundo e as marcas da cultura impressas na língua - aprende a língua no seu todo e vai desenvolvendo naturalmente o conhecimento e capacidade de compreensão e produção da língua ao longo da vida, sendo que essa aprendizagem é transformada em conhecimento explícito em contexto escolar (metalinguagem).

“Os adultos têm uma imagem do mundo e dos seus mecanismos extremamente desenvolvida, clara, precisa, numa relação estreita com o vocabulário e a gramática da sua língua materna. Na verdade, ambas - a imagem do mundo e a língua materna - desenvolvem-se em função uma da outra.” (QECR, 2001:147)

A aplicação desta definição de língua materna e a sua compreensão pelos próprios indivíduos mostra-se, no entanto, pouco clara ou mesmo insuficiente quando pensamos em realidades mais complexas como é, por exemplo, o caso de países com mais do que uma língua ou em que a língua oficial não corresponde necessariamente à língua materna da generalidade da população.

A língua materna é a língua que está na base da estruturação mental do falante e aquela que o liga à sociedade e cultura de origem.

“Língua nativa do sujeito que a foi adquirindo naturalmente ao longo da infância e sobre a qual ele possui intuições linguísticas quanto à forma e uso” (Xavier e Mateus, 1990: 230,231)

Línguas não maternas serão todas as outras que o indivíduo aprenda ao longo da vida, como é o caso das línguas estrangeiras/ línguas segundas.

A aquisição de uma língua materna (L1) é em muitos aspetos diferente de aprender uma língua segunda ou estrangeira.

O processo de aquisição de L1 é um processo inato e que acontece naturalmente, sem que tenhamos de aprender formalmente a estrutura e o funcionamento da língua. Essa questão da estrutura e funcionamento da língua está presente, obviamente, quando entramos para a escola, no entanto não se trata de uma aprendizagem mas sim de uma tomada de consciência explícita dos conhecimentos que temos sobre a língua.

No caso da L2, espera-se que o aprendente aprenda a compreender e a produzir ao mesmo tempo. Existe um esforço adicional por parte do aprendente em organizar mentalmente o conhecimento da língua (L2) e o conhecimento do mundo, que lhe está

associado. Quando aprendemos uma L2 já temos estruturados os conhecimentos da nossa língua materna e das vivências socioculturais que lhe estão associadas.

A uma língua que é adquirida depois da língua materna dá-se a designação de L2. Dependendo das circunstâncias em que é aprendida, pode ser considerada uma língua segunda (LS) ou uma língua estrangeira (LE). O que as distingue é o contexto em que são aprendidas.

Trata-se de uma língua segunda quando se fala em aprendizagem e uso de uma língua não nativa no espaço geográfico em que ela tem um estatuto e uma função reconhecida (português em Portugal, por exemplo) e, por outro lado, fala-se em língua estrangeira, quando ela é aprendida fora do território em que ela tem uma função reconhecida e onde não tem um estatuto sociopolítico (inglês em Portugal, por exemplo).

“O estatuto da língua é o principal a considerar: Língua segunda é a língua oficial e escolar, enquanto língua estrangeira, apenas espaço da aula de língua” (Ançã, 1999)

Esta distinção é bastante relevante quando falamos nas características da aprendizagem de L2, uma vez que, aprender uma língua em contexto de imersão, ou fora do contexto de imersão, tem características diferentes e implicações, que pesam no processo de aquisição.

Esta distinção tem sido feita por vários autores, que a consideram importante tanto para áreas como a investigação linguística e para a aquisição de línguas, como para áreas mais práticas como a didática do ensino de línguas. Por vezes, as distinções feitas e as definições dos conceitos que os autores avançam apresentam algumas nuances que diferem de uns para outros, de acordo com a sua área de trabalho ou com os argumentos e critérios que consideram nas suas definições. Sobre este tema ver Leiria (1999) e Ançã (1999).

Outra das características que distingue língua estrangeira de língua segunda é o modo como é aprendida. Tendo em conta o contexto de não imersão, a língua estrangeira é aprendida geralmente em contexto de sala de aula. É uma aprendizagem que tem um carácter formal e é planeada e cujo *input* linguístico é essencialmente proveniente do próprio professor e de alguns materiais (reais ou adaptados) como textos, áudios, manuais, jornais, etc.. Já no que toca à língua segunda, tendo em conta o contexto de

imersão, a aprendizagem da língua pode ser feita em contexto de sala de aula, mas é feita também através do contacto e da vivência em sociedade, isto é, a sua aprendizagem pode ser informal. Neste caso, a exposição ao *input* linguístico é consideravelmente maior e é frequente, visto que a língua-alvo é a língua da sociedade. A aprendizagem pode ser também formal, como no caso da LE, se se tratar do contexto de sala de aula, mas é acompanhada de uma aprendizagem informal consequente do constante contacto com a língua e os seus falantes nativos no dia-a-dia.

Chegados ao país de acolhimento, os imigrantes deparam-se com todo um conjunto de diferenças físicas e políticas. Uma das principais diferenças é, em geral, a língua. A língua do país de acolhimento - língua de acolhimento - é a língua de comunicação e da sociedade, pelo que se torna indispensável ao indivíduo imigrante a sua aprendizagem e o seu domínio, de modo a ser capaz de, não só sobreviver e resolver todas as suas questões de vida, mas também para que se possa integrar e sentir-se parte da nova sociedade. Quem chega vê-se na necessidade de conseguir um desempenho linguístico satisfatório das suas necessidades, e isso implica ter competências numa língua, que não é a sua língua materna. Mais do que adquirir conhecimentos de língua e compreender o seu funcionamento, um imigrante, seja em que país for, tem necessidades linguísticas muito específicas associadas a questões do dia-a-dia e questões de trabalho, por exemplo. O imigrante precisa integrar-se e compreender a realidade que o rodeia, bem como ter acesso a informações e serviços relacionados com a sua sobrevivência e o conhecimento dos seus direitos e deveres. Estas especificidades não estão presentes quando se fala apenas em língua estrangeira e, embora possam ser abordadas, não se trata de necessidades linguísticas de aprendentes de LE.

A aquisição da língua de acolhimento tem um carácter de necessidade urgente, uma vez que dela depende a integração dos indivíduos imigrados.

Esta questão de divergência entre LE e língua de acolhimento tem já vindo a ser colocada por alguns autores, nomeadamente em relação à questão do ensino. Como notou M. J. Grosso:

“A língua de acolhimento ultrapassa a noção de língua estrangeira ou de língua segunda. Para o público-adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a novas

tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo.” (Grosso, 2010:68)

Assim sendo, o ensino de língua deve ter em conta as especificidades e necessidades do público-alvo. Tem, portanto, havido uma preocupação em ter em consideração a diferença entre ensinar língua estrangeira e ensinar língua de acolhimento, embora na prática essa distinção nem sempre se verifique.

Por questões de ordem metodológica e por se tratar do conceito que mais se adequa ao contexto do estudo aqui desenvolvido, irei focar este estudo no conceito “língua de acolhimento”. Língua de acolhimento enquanto língua do país de acolhimento, língua de acolhimento enquanto língua que os imigrantes residentes no país de acolhimento, neste caso Portugal, usam e precisam de aprender e compreender a vários níveis, para efetivar a sua integração no país que escolheram para viver.

Consequência dos percursos migratórios destes indivíduos e do contacto e aprendizagem de diferentes línguas ao longo das suas vidas, eles acabam por se tornar plurilingues, como aliás o são também grande parte das pessoas atualmente, em muito também pelo facto das sociedades modernas serem, cada vez mais, sociedades multilingues. Plurilinguismo consiste no conhecimento e utilização de várias línguas por um indivíduo. Distingue-se da noção de multilinguismo na medida em que, o multilinguismo consiste na coexistência de várias línguas num mesmo espaço ou grupo social, o que favorece o plurilinguismo, mas não implica que este ocorra de facto - a coexistência de várias línguas não implica que os indivíduos as dominem ou percebam. Indivíduos plurilingues têm competências em mais do que uma língua, mesmo que em diferentes níveis de domínio das línguas. Plurilinguismo é um fenómeno muito frequente, nomeadamente no caso dos indivíduos migrantes, e trata-se de um conceito importante para entender a identidade linguística do indivíduo, bem como o seu comportamento linguístico e cultural. Tem um papel importante na sua atitude face às línguas bem como na competência para aprender novas línguas e culturas.

“[...] À medida que a experiência pessoal de um indivíduo no seu contexto cultural se expande, da língua falada em casa para a da sociedade em geral e, depois, para as línguas de outros povos, essas línguas e culturas não ficam armazenadas em compartimentos mentais rigorosamente separados; pelo contrário, constrói-se uma competência comunicativa, para

a qual contribuem todo o conhecimento e toda a experiência das línguas e na qual as línguas se interrelacionam e interagem.” (QECR, 2001:23)

3.2- Papel da língua na integração

Para que haja uma integração efetiva dos indivíduos no país de acolhimento, é necessário que uma série de condições sejam asseguradas. Se por um lado é essencial a questão do respeito mútuo e a convivência (mais do que coexistência) de imigrantes na sociedade de acolhimento, havendo a superação das diferenças e até um crescimento de ambas as partes, fruto dessa convivência e da partilha de ideias, experiências e conhecimentos, há que pensar, por outro, nas questões práticas de todo o processo de integração para os próprios imigrantes. Isso inclui, entre outros, toda a documentação, a questão profissional, o assegurar de todos os direitos e deveres e, para tudo isso, também a aprendizagem da língua de acolhimento.

Os principais aspetos recorrentemente destacados no que toca à integração de imigrantes¹⁴ são, entre outros, os seguintes:

- O facto de se tratar de um processo que tem que ser binário e partilhado, isto é, há que haver trabalho tanto da parte de quem acolhe como de quem é acolhido. Não basta nem é produtivo o esforço de integração apenas de uma das partes, seja ela a sociedade de acolhimento ou os imigrantes;

- A importância do contacto entre as pessoas e a sensibilização para o respeito pela diferença e o conhecimento do “outro”;

- A importância de haver um tratamento justo de todos os cidadãos e o mais igualitário possível, bem como de assegurar todos os direitos e deveres dos cidadãos;

- E, a necessidade de conhecer e interagir com o mundo envolvente (sociedade de acolhimento).

“Basic knowledge of the host society’s language, history and institutions is indispensable to integration; enabling immigrants to acquire this basic knowledge is essential to successful integration. (Handbook on integration, 2009:160)

14 ver *Handbook on integration for policy-makers and practitioners* (2007)

Em todos estes aspetos, está implícita a necessidade de comunicação e do conhecimento da língua da sociedade de acolhimento, pelo que se evidencia o papel importante que a língua tem no processo de integração.

A aprendizagem da língua de acolhimento tem, portanto, um carácter de necessidade urgente, uma vez que dela depende a integração dos indivíduos imigrados.

“Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência mais vulneráveis. Poder aprender a língua do país é poder aprender os meios de comunicar, interagir, compreender, defender-se, confrontar-se com uma outra cultura e outros códigos, é poder escolher e abrir-se aos outros. É preciso falar, compreender, ler, escrever em português para aceder ao mercado de trabalho, encontrar alojamento, pedir autorização de permanência no país, poder acompanhar a escolaridade dos filhos, aceder aos cuidados de saúde, compreender e participar na vida social, política, cultural.” Diário da República, 1.ª série — N.º 200 — 15 de Outubro de 2009 Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro

A aprendizagem da língua de acolhimento é, portanto, imprescindível para a integração dos imigrantes aos mais diversos níveis. Não só é importante para o imigrante poder aprender a língua do país de acolhimento, como se trata de um direito de todos os imigrantes, consagrado na carta social europeia de 1996, onde os membros do conselho europeu se comprometem a favorecer e a facilitar o ensino da língua nacional.

É pela língua que os indivíduos se tornam desde logo capazes de compreender o que se passa à sua volta e de interagir com os outros e com o meio, bem como se tornam autónomos e capazes de tratar de todos os assuntos relacionados com o dia-a-dia, com a situação profissional, social e com a própria questão da imigração e tudo o que ela implica em termos legais e sociais. Esta ideia de autonomia é destacada em Diário da República (Diário da República, 1.ª série — N.º 200 — 15 de Outubro de 2009 Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro):

“É preciso ser-se proficiente em português para, em Portugal, agir, exercendo uma cidadania plena e consciente.” (sublinhado meu) (Grosso et al. 2008:6)

Mas afinal o que é a integração? O que significa para um imigrante integrar-se na sociedade de acolhimento? O que é que isso implica? Que papel tem a língua nos diferentes níveis de integração?

A integração abrange diferentes áreas. As que mais se destacam tem a ver com a integração a nível profissional, a nível social e a nível legal.

3.2.1- Integração Profissional

A integração profissional está relacionada com as oportunidades de emprego/escolarização dos indivíduos e com o reconhecimento das suas competências. O emprego é, sem dúvida, um aspeto fundamental para todos, uma vez que dele depende o nosso sustento. No caso dos imigrantes, além das questões profissionais e de sustento e sobrevivência deles e das suas famílias, do emprego depende também a sua integração no país de acolhimento, bem como a sua permanência e circunstâncias de permanência.

“Employment is a key part of the integration process and is central to the participation of immigrants, to the contributions immigrants make to the host society, and to making such contributions visible” (Handbook on integration, 2009:160)

A língua tem um papel muito importante na integração profissional. Dependendo do tipo de atividade profissional, terá maior ou menor impacto. Se, por exemplo, em profissões relacionadas com o comércio e a prestação de serviços exigem um determinado grau de domínio de língua e de interação com as pessoas que será talvez superior a atividades menos qualificadas como o trabalho em construção civil ou em limpezas, em profissões como gerência ou administração, por exemplo ou profissões ligadas ao ensino exigem não só outro grau de conhecimento e domínio de língua, como também um reconhecimento das competências e uma adaptação dos conhecimentos e “saber fazer” à realidade do país de acolhimento, que muitas vezes difere da dos países de origem. Assim, língua e contexto são fatores determinantes para a situação profissional.

Por outro lado, há também que considerar que, no contexto profissional, as necessidades linguísticas dos falantes, bem como o vocabulário e as situações de uso, diferem em geral das necessidades linguísticas do quotidiano. São atos de fala e

vocabulário associados à profissão e à atividade desenvolvida por vezes muito específicos. Há que haver uma coordenação entre o saber-falar e o saber-fazer.

Neste contexto, surgiu a necessidade de oferecer aos imigrantes oportunidades de aprendizagem da língua do país de acolhimento, como é o caso dos cursos de Português para Todos (PPT). Estes cursos funcionam em diferentes instituições, entre elas as que estão ligadas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e consistem em cursos de língua desenhados para os imigrantes a residir em Portugal, tendo em conta as suas necessidades específicas. Abrangem o público que não sabe falar português, dando-lhe a oportunidade de obter o certificado de português nível A2, necessário para a regularização da situação dos imigrantes no país de acolhimento. No nível mais elevado (o B1), eles destinam-se a um público que, já sabendo falar português, tem necessidades linguísticas específicas das suas áreas profissionais - cursos de português técnico. Deste modo, além da promoção do conhecimento linguístico dos estrangeiros, é também promovida a sua capacidade de integração profissional. Aliás, além dos cursos especializados de português técnico, os próprios cursos do PPT que visam abranger os indivíduos que não dominam a língua portuguesa, estão desenhados de modo a, mais do que ensinar a língua, ensina-la de modo a capacitar os aprendentes a dar resposta às suas necessidades específicas do dia-a-dia, nomeadamente ao nível profissional.

3.2.2- Integração Social

No que diz respeito à integração social, há uma dualidade muito marcada entre língua e integração. As sociedades comunicam através da língua e é através dela que as pessoas se relacionam, se conhecem, trocam ideias, fazem e partilham representações do mundo, convivem, discutem assuntos, resolvem problemas, e tantas outras coisas. Ora, o imigrante, para se integrar, precisa de ser capaz de entrar nessa rede de relacionamentos e consequentemente precisa ser capaz de compreender a língua e falá-la. A relação de dualidade ou mesmo dependência a que me refiro está relacionada com essa comunicação, esse uso da língua: para se integrar, o imigrante precisa de dominar a língua, ao mesmo tempo que, para a aprender, nada melhor que se integrar e estar em contacto com ela na prática. É portanto indiscutível a relação próxima entre língua e a sua aprendizagem por parte dos imigrantes e a socialização e consequente integração na

sociedade de acolhimento. É essencial que haja interação e convivência entre todos para que haja esta integração e este crescimento linguístico e até cultural e civilizacional e para que haja um conhecimento mútuo entre imigrantes e os restantes cidadãos,

“Frequent interaction between immigrants and Member State citizens is a fundamental mechanism for integration.” (Handbook on integration, 2009:160)

A integração social diz respeito não só à sociedade em geral e à capacidade de se mover em sociedade e compreender o modo como funciona, mas também a relações mais pessoais como as relações familiares e as amizades.

Pode dizer-se que todo o processo de integração social, nas suas diferentes componentes, está muito relacionado com a questão da comunicação e consequentemente com a língua.

As comunidades são ambientes sociais que inevitavelmente são alimentados pela fala. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que são as comunidades de fala que alimentam as línguas, garantindo a sua sobrevivência através do seu uso.

Comunidades de fala são comunidades que partilham regras de conduta e interpretação de pelo menos uma variedade linguística (Hymes 1974). São grupos que partilham características linguísticas específicas, determinadas por uma identidade comum, construída, entre outros, com base no contacto, as relações, o contexto e a contextualização.

Esta divisão nem sempre é fácil de estabelecer. Podem ser considerados membros de uma comunidade de fala os falantes de uma determinada língua, mas dentro dessa comunidade também podem ser identificadas diferentes comunidades de fala, com base nas diferentes variedades linguísticas que os seus membros falam.

Além de uma língua/variedade linguística, os membros de uma comunidade de fala partilham valores, modos de falar, expressões, padrões de conversação e/ou comportamento, etc.

A integração numa comunidade de fala, logicamente, não pode ser feita sem o recurso à língua. Estar inserido numa comunidade implica necessariamente o contacto, a troca de ideias, a comunicação e, grosso modo, a intercompreensão entre os seus intervenientes.

Uma comunidade de fala é um grupo específico onde a comunicação e o uso da língua em princípio têm características específicas, características essas que as distinguem de outras comunidades de fala. Elementos de uma determinada comunidade de fala partilham características linguísticas, como a pronúncia de determinadas palavras ou a presença de determinados fenómenos linguísticos em determinadas construções - centralização vocálica, assimilação de segmentos, fenómenos de apagamento, etc., por exemplo, ou ainda o uso de determinadas palavras, sons ou construções gramaticais que são usados por essa comunidade de fala e não por outras. Partilham também um conjunto de normas sobre a língua/variedade linguística que falam, o que inclui atitudes, regras de conduta e interpretação da fala.

“Os membros de uma comunidade compartilham normas e atitudes em comum sobre o uso da língua: o que é apropriado para contextos formais e o que é apropriado para os informais, que taxa de uso de uma variável sociolinguística é apropriado para que grupo social, etc.” (Gregory R. Guy, 2000:21)

Além disso, a exposição comunicativa é muito mais frequente e em maior quantidade entre membros de uma comunidade de fala, uma vez que o contacto é mais frequente.

Para a integração dos imigrantes numa comunidade de fala, não lhes bastará compreender/ saber falar a língua do país de acolhimento, o português, neste caso, é também necessário que sejam capazes de compreender e identificar estas nuances características da comunidade de fala em que estão inseridos.

Não é, mais uma vez, difícil perceber o papel fundamental que uma ferramenta como a língua, neste caso a língua de uma comunidade concreta, desempenha no desenrolar de toda a ação comunicativa que a presença numa comunidade impõe. Mais do que conhecer uma língua e ser capaz de comunicar nessa língua, os indivíduos precisam de a compreender e saber utilizar no contexto em que ela se encontra e que eles se pretendem integrar.

3.2.3- Integração Legal

Além de todas as questões já mencionadas para os outros níveis de integração, que de um modo ou de outro se aplicam a todos os níveis, no que diz respeito ao caso concreto da integração legal, a relação com a língua tem muito a ver com a legislação, que exige aos imigrantes que pretendam permanecer em Portugal e/ou obter a nacionalidade portuguesa, um nível mínimo de conhecimento da língua, correspondente ao nível A2. Existe esta relação muito clara de dependência entre a legalização dos imigrantes no país de acolhimento e a prova de conhecimento e proficiência na língua em questão.

“ O Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que [...] c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;” Lei da nacionalidade, Artigo 6.º, Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril

“Nos termos do novo regime jurídico, o Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que, entre outros requisitos, demonstrem conhecer suficientemente a língua portuguesa. [...] 2— Considera-se conhecimento suficiente em língua portuguesa o nível A2 do quadro europeu comum de referência para as línguas.” *Diário da República, 1.a série—N.º 240—15 de Dezembro de 2006*

Fica clara, mais uma vez, a importância da língua para os imigrantes e para a sua integração no país de acolhimento. Não se trata apenas de não se sentirem perdidos, trata-se de algo mais profundo que isso; Não é sustentável ou praticável durante muito tempo que os imigrantes não compreendam ou dominem a língua do país de acolhimento pois isso terá consequências na sua vida pessoal e profissional.

É indispensável o domínio (mais ou menos eficaz) da língua de acolhimento, para que haja uma integração total do imigrante e para que ele possa permanecer em situação regular no país de acolhimento.

Apesar da manifesta importância e necessidade da língua de acolhimento para os imigrantes no processo de integração, é importante que o imigrante não veja a aquisição da língua de acolhimento como uma substituição desta pela sua língua materna.

A manutenção da língua de origem por parte dos imigrantes é a mais forte manifestação da necessidade e do desejo de manter o elo com o país de origem.

Num estudo feito com indivíduos ucranianos, cabo-verdianos e chineses, “Língua e Sociedade: o que nos pode revelar a Língua Materna?”, apresentado em 2007 num Seminário do Laboratório de investigação em educação em português (Leip), da universidade de Aveiro: “Língua Portuguesa e Integração”, pela professora/investigadora Zilda Pires, quando inquiridos sobre a forma como se relacionam com a sua LM, as respostas levaram os investigadores, entre outras, à seguinte conclusão, que vai de encontro ao que argumentava sobre a manutenção do elo com a língua e o país de origem:

“Falar sobre a LM, ou ouvir falar nela, é motivo de orgulho. As sensações de prazer, de bem-estar oriundas das lembranças da terra pátria e o desejo de, ainda que parcialmente, vê-la presente em terras portuguesas são tão fortes que alguns querem mesmo ensiná-la...”
(Paiva, 2007:7)

O mesmo se dirá da cultura e costumes. Fazendo questão de manter a ligação à língua e cultura de origem, embora fora do seu meio, o imigrante está nada mais do que a tentar manter traços da sua identidade e a afirmar-se como pertencente a um grupo.

É ainda de ter em conta que, não apenas a língua ou línguas maternas fazem parte da identidade de um indivíduo, mas sim todas as que fazem parte do seu repertório linguístico. Apesar de haver uma maior ligação entre identidade e língua materna, por estar presente desde o início da formação do indivíduo e em geral estar associada à sua cultura e sociedade, todo o conhecimento linguístico, bem como outros, contribuem para a formação da identidade de cada um. No caso de migrantes, por exemplo, a identidade linguística é frequentemente constituída por mais do que uma língua, uma vez que são falantes plurilingues, o que em geral se justifica pela existência de contacto entre línguas nos seus países de origem ou pelos seus percursos migratórios.

3.3 - Ensino/aprendizagem da língua de acolhimento

3.3.1- Aprender língua estrangeira /aprender língua segunda/ língua de acolhimento

Como foi falado anteriormente, língua de acolhimento não é sinónimo de língua estrangeira. Elas diferem na medida em que, a língua de acolhimento e a sua aprendizagem têm especificidades relacionadas com o contexto/situação e com o que isso

implica em termos das necessidades dos falantes. Um falante em contexto de acolhimento não está apenas a tentar adquirir conhecimentos sobre a língua, como o que acontecerá no caso de uma LE, está sim, a partir da língua, a tentar integrar-se e compreender o mundo que o rodeia (país de acolhimento). São, portanto, fundamentais as componentes comunicativa e estratégica, além da puramente gramatical, bem como a consciência de língua associada a cultura.

O aprendente deve desenvolver uma série de competências que vão muito além dos conhecimentos da língua em concreto. Entre essas competências estão as que, no Quadro Europeu Comum de Referência, são designadas como competências gerais. Destaco aqui as competências relacionadas com o conhecimento sociocultural e a consciência intercultural. Para o aprendente da língua de acolhimento, indivíduo que vive e tenta integrar-se numa sociedade de acolhimento, torna-se indispensável desenvolver o conhecimento sociocultural e a consciência intercultural.

O conhecimento sociocultural tem que ver com o modo como a sociedade se comporta e com as suas características: “conhecimento da sociedade e da cultura da(s) comunidade(s) onde a língua é falada.” (QECR, 2001:147). É importante que o indivíduo tenha uma compreensão do modo como a sociedade em que vive funciona, nomeadamente no que diz respeito às condições de vida, às relações interpessoais, aos valores, às crenças e atitudes, à linguagem corporal, às convenções sociais, comportamentos e rituais.

Por outro lado, como ser pertencente a uma comunidade diferente da sua comunidade de origem, e como cidadão de um mundo cada vez mais intercultural, é indispensável que o indivíduo desenvolva também uma consciência intercultural - “o conhecimento, a consciência e a compreensão da relação (semelhanças e diferenças distintivas) entre o “mundo de onde se vem” e o “mundo da comunidade-alvo” (...)” (QECR(2001:148)), de modo a compreender e a respeitar o que o rodeia e a saber gerir as diferenças, bem como a ser capaz de corresponder às exigências da comunicação em L2 e a integrar-se na sociedade de acolhimento.

Há, então, que ter em consideração uma questão muito importante: quando se aprende uma língua que não a língua materna, há uma imensidão de aspetos a ter em conta, que vão muito além das meras questões linguísticas. Um deles tem que ver com a

finalidade e os objetivos/motivações que estão na origem dessa aprendizagem, bem como o contexto em que ela é feita. Aprender uma língua estrangeira não é o mesmo que aprender uma língua segunda ou uma língua de acolhimento, pelo que o processo de aprendizagem e de ensino deve ser especializado, o que não acontece com frequência.

A aprendizagem de língua estrangeira e de língua segunda distingue-se, entre outras coisas, por uma questão fundamental - o contexto, como já foi dito anteriormente. Se por um lado, aprender uma língua em contexto de imersão, representa ter mais oportunidades de contacto com a língua e mais oportunidades de uso, o que favorece em muito a aquisição, por outro lado, aprender uma língua fora do contexto de imersão não implica tanto *stress* e pressão na aquisição, relacionados com a necessidade de integração na comunidade de fala.

O que se verifica na maior parte das vezes é que no ato de ensino, esta diferença não é tida em conta, sendo usados sem a devida cautela os mesmos materiais. Por isso se tem vindo a criar, nos últimos anos, cursos e materiais destinados a este tipo de público específico (cursos PPT, referenciais orientadores, etc..).

O “Português para Falantes de Outras Línguas” (PFOL) chama a atenção para a necessidade dessa diferenciação no que toca ao público alvo no ensino de português, clarificando o facto de os estrangeiros residentes em Portugal que aprendem a língua do país de acolhimento terem, de facto, necessidades diferentes e muito específicas em relação à língua, que têm a ver com a necessidade imediata do conhecimento da língua e da sociedade para a integração no país/sociedade de acolhimento.

“Esta urgência na aprendizagem da língua e a situação particular de imersão linguística vivida pelos aprendentes configuram uma realidade diferente da que habitualmente se encontra na aprendizagem de uma língua estrangeira, devendo a formação linguística elementar corresponder, então, a necessidades comunicativas imediatas bem concretas e considerar, de modo muito pertinente, uma visão da aprendizagem que não se limite a uma dimensão estritamente linguística, mas antes, releve o uso da língua em contexto social, contemplando a realidade quotidianamente vivida pelos aprendentes. ” (Grosso et al, 2008: 9)

Além de chamar a atenção para as características específicas da aprendizagem da língua de acolhimento, este referencial, utilizado nas ações de formação dos cursos de

PPT, é um apoio importante para professores e formadores de língua portuguesa, uma vez que os materiais têm em conta as necessidades específicas do público-alvo em questão - aprendentes de português como língua segunda/ língua de acolhimento, indivíduos em contexto de imersão com necessidades específicas muito associadas à integração no país de acolhimento.

“... o UEFOL [utilizador elementar falante de outras línguas] visa descrever aquilo que o utilizador elementar adulto tem que aprender para comunicar em português, principalmente capacidades que lhe permitam satisfazer essas necessidades comunicativas no país da língua e cultura alvo, considerando-as nas dimensões linguística, sociolinguística e pragmática. Procura igualmente constituir-se como um contributo para a elaboração de programas de aprendizagem e, conseqüentemente, para a elaboração de materiais adequados a uma situação de imersão linguística...” (Grosso et al, 2008: 9)

Esta necessidade de criação de materiais específicos para aprendentes de língua portuguesa como língua de acolhimento, no seguimento da tomada de consciência das características deste público concreto, justifica-se pela importância de dar resposta às necessidades específicas que o público aprendente tem em relação à língua-alvo. Mais do que um mero conhecimento gramatical ou oral da língua, este público tem necessidades sociolinguísticas e pragmáticas no que respeita à língua-alvo. Os imigrantes precisam de desempenhar tarefas concretas no seu dia-a-dia, precisam de compreender o funcionamento da sociedade que os rodeia e precisam ser capazes de resolver problemas, ter acesso ao mercado de trabalho, integrar-se na sociedade, etc.. O facto de residirem no país da língua-alvo, por um lado, maximiza o contacto com a língua, mas, por outro, eleva o carácter de necessidade urgente da aprendizagem. Tudo isto precisa ser tido em conta no momento do ensino/aprendizagem da língua, o que nem sempre se verifica.

Voltando à discussão dos conceitos em análise, é de acrescentar também que, embora tenham em comum tratar-se de uma aprendizagem no contexto de imersão, língua segunda e língua de acolhimento também não são necessariamente coincidentes. O conceito de língua segunda é mais abrangente, dizendo respeito a qualquer língua, que não a materna, que se adquire num espaço geográfico em que a língua em causa tem uma função ou estatuto reconhecido, o que conseqüentemente faz com que essa aquisição seja

feita em contacto direto com a língua e em contexto de imersão. Ora, no caso da língua de acolhimento, tendo em conta que corresponde à língua do país de acolhimento, a sua aquisição por parte dos imigrantes é também feita em contexto de imersão, mas é uma aquisição com características específicas, essencialmente no que diz respeito à motivação e às necessidades específicas dos aprendentes em relação à língua. Não se trata de alguém que tirou um tempo para fazer um curso de língua em contexto de imersão, por exemplo, ou de uma situação de *Erasmus*, em que os alunos durante algum tempo estudam no país e aprendem a língua, trata-se de alguém que vive e pretende integrar-se no país em que se fala essa língua.

No caso dos imigrantes, por exemplo em Portugal, aprendem a língua portuguesa em contexto de imersão e numa situação particular em que o contexto de imersão coincide com o país de acolhimento. Não só aprendem em imersão, como planeiam ficar e integrar-se neste contexto, o que tem bastantes implicações concretas no que diz respeito à sua relação com a língua de acolhimento (contextos de uso, o que precisam saber, como precisam de a usar, etc.).

Língua estrangeira e língua de acolhimento não podem nem devem ser encaradas da mesma forma, nem o seu ensino deve ser feito indiscriminadamente: se cada uma delas tem as suas especificidades, estas não devem ser ignoradas no momento do ensino/aprendizagem, sob pena de comprometer o resultado e a finalidade da aprendizagem.

3.3.2- Aprender a língua de acolhimento

As características específicas da língua e contexto de acolhimento refletem-se naquilo que os aprendentes de língua de acolhimento necessitam. Mais do que apenas compreender a língua basicamente e ser capaz de produzir alguns enunciados, o aprendente, em contexto de acolhimento, precisa ser capaz de ter um conhecimento da língua do ponto de vista do trabalho que desempenha, por exemplo, dos seus direitos e deveres, do funcionamento da sociedade, etc., sendo o nível profissional um dos que mais se destaca, pelas suas especificidades e pelo que exige do falante em termos comunicativos e compreensão linguística, dependendo, claro está, das atividades em causa. É, portanto, um aspeto importante a considerar no momento do ensino da língua.

Logicamente a língua e as necessidades dos falantes não se resumem ao âmbito profissional, mas este tem um peso importante na integração dos indivíduos.

“Ao se operacionalizar a língua de acolhimento em conteúdos de ensino-aprendizagem, o seu âmbito ultrapassa largamente o domínio profissional; contudo, o nível de integração passa por essa área, as necessidades comunicativas estão ligadas a tarefas que divergem da cultura de origem, sendo desconhecidas quando correspondem a um novo tipo de trabalho ou a uma nova maneira de o realizar.” (Grosso, 2010:69)

Como vimos anteriormente, a integração é necessária a vários níveis (profissional, social, legal, pessoal, etc.), assim sendo, o aprendente de língua de acolhimento tem, em cada um desses diferentes níveis de integração, diferentes necessidades linguísticas e vai estar exposto a diferentes situações linguísticas. Espera-se, portanto, que o ensino/aprendizagem da língua vá ajudando os aprendentes a adquirir os conhecimentos de língua e as capacidades necessárias para lidar com as situações, que se lhe apresentam no dia-a-dia, e ser capaz de o fazer de modo mais eficiente e autónomo possível.

Grosso (2010), fala em língua de acolhimento como uma língua que está orientada para a ação - os aprendentes, mais do que adquirir os conhecimentos, precisam usá-los em situações muito concretas e de carácter prático da sua vivência e do seu dia-a-dia, e que muitas vezes diferem dos contextos/situações a que estavam habituados.

“Orientada para a ação, a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional.” (Grosso, 2010:71)

Ora, este carácter prático da língua de acolhimento na vida dos indivíduos, sendo tido em conta no momento de ensino/aprendizagem da língua, dá aos aprendentes e aos professores/formadores a possibilidade de aproximar a aprendizagem de língua às necessidades específicas dos aprendentes e de tornar todo o processo mais eficiente e produtivo para os indivíduos que se querem integrar e precisam conhecer, dominar e perceber a língua de acolhimento e tudo o que lhe está associado, precisam de conhecer a língua no seu contexto real.

Em França, sentiu-se a necessidade de criar um conceito para se referir ao francês enquanto língua do país de acolhimento - Francês língua de integração. Esta necessidade

surgiu porque os conceitos de língua estrangeira e língua segunda não expressavam o carácter específico da língua para os migrantes. O conceito de língua de integração dá conta das características específicas do francês para os imigrantes, desde as circunstâncias da aprendizagem da língua às necessidades dos falantes, aos objetivos e expectativas que têm perante a língua e a vida no país de acolhimento, etc.

“En résumé, le “français langue d’intégration ” est:

- une langue d’usage pratique, dont l’apprentissage se fonde sur des références quotidiennes;
- - une langue destinée à devenir la langue courante des apprenants. Elle n’est pas enseignée comme une langue étrangère, mais progressivement intériorisée ;
- une langue familière. Son enseignement fait écho à l’environnement linguistique dans lequel baigne l’apprenant (au travail, dans la rue, dans les administrations, dans les commerces et les services).
- une langue de l’autonomie qui permet à l’apprenant de se mouvoir dans les différents espaces de la société et d’y trouver toute sa place ;
- une langue dont la première approche est orale et qui n’ignore pas les expressions, les tournures et les « manières de parler » qui permettent de comprendre les conversations courantes et de s’y insérer ;
- la langue des parents des enfants scolarisés dans les écoles de la République française désireux d’accompagner leur évolution ;
- une langue qui donne les clés de l’insertion professionnelle. »
(Vicher et al., 2011:5)

O ensino da língua francesa aos imigrantes é feito, portanto, tendo este conceito como base e considerando as características específicas do público-alvo. Esta necessidade da criação de um conceito e, através dele, um programa de ação política e social, no que diz respeito ao ensino da língua do país de acolhimento, mostra claramente a tomada de consciência do facto de se tratar de questões diferentes (LE, LS, LA) aos mais diversos níveis e de que, como tal, devem ser abordados de maneira diferente e tendo em conta as suas especificidades.

No fundo, a língua é um importante fator de integração e a língua de acolhimento e o seu ensino devem ter a integração como (um dos) objetivo(s). Em Portugal este conceito - língua de integração - está também a ser aplicado, nos casos em que se definem cursos ou medidas relativas à língua de acolhimento. Mais, as características de língua de integração, descritas na transcrição acima, vão de encontro às características

tidas em conta, em Portugal, quando abordado o tema do processo de ensino da língua a este público-alvo tão específico - os imigrantes.

3.3.3- A cultura e a língua na integração dos indivíduos

Sabe-se que existe uma ligação muito estreita entre língua e cultura. Se a língua é indispensável à integração dos imigrantes no país de acolhimento e, tendo ela uma ligação tão estreita com a cultura, esta última não deixa de ser essencial para a desejada integração. A integração dos indivíduos na sociedade de acolhimento e a compreensão do que os rodeia para uma vivência e pertença à sociedade em que estão inseridos depende não só da compreensão da língua que se fala (linguagem verbal), mas também da que não se fala, isto é, da cultura, dos hábitos, as convenções sociais, o que é aceite socialmente e o que não é, etc..

Tendo tudo isto em conta, no que diz respeito à integração dos imigrantes, há uma preocupação não só com a aprendizagem da língua, mas também da cultura do país de acolhimento. Esta preocupação manifesta-se, na prática, de diferentes formas. Alguns países abordam os dois aspetos e exigem provas de conhecimentos nas duas áreas: língua e cultura (ex. EUA), pelo menos no que toca à aquisição de nacionalidade, noutros, embora não se façam testes de cultura, há uma preocupação pela transmissão dos fundamentos básicos da cultura do país e dos hábitos sociais.

Em Portugal, para efeitos de aquisição da nacionalidade, como já vimos, o que é pedido é o nível de conhecimento da língua A2. Não há uma prova de conhecimentos de cultura portuguesa. No entanto, é sabido que este não é um aspeto negligenciado no que toca à integração dos imigrantes no nosso país, estando ele presente em todo o processo, nomeadamente aquando do ensino da língua de acolhimento.

Capítulo 4- Caracterização geral dos grupos em estudo

Não se pode compreender as consequências da imigração e que efeitos tem, tanto nos indivíduos como na própria sociedade, sem se tentar perceber os fatores sócio históricos, culturais, económicos e políticos que envolvem o processo.

Mostra-se, portanto, importante fazer uma contextualização dos grupos que aqui se encontram em estudo, do processo de imigração e da história das relações entre estes países de origem e o país de acolhimento, que é Portugal.

Os grupos selecionados para este estudo são propositadamente dois grupos muito distintos.

Por um lado, temos um grupo correspondente a uma das primeiras vagas de imigração em Portugal e um dos grupos de imigrantes com maior número de indivíduos. Ele caracteriza-se por ser oriundo de uma ex-colónia portuguesa e, conseqüentemente, de um país de língua oficial portuguesa - os imigrantes de origem cabo-verdiana;

Por outro lado temos um grupo de imigrantes que corresponde a uma das mais recentes vagas de imigração em Portugal, e que, ao contrário do primeiro grupo, não tem uma história comum com o nosso país, nem tem qualquer relação com a língua de acolhimento (o português) no país de origem - os imigrantes de origem ucraniana.

“... À semelhança do que aconteceu noutros países da Europa do Sul, no último quarto de século, registou-se um assinalável aumento da imigração dos Países Africanos de Língua Portuguesa e do Brasil e, mais recentemente, dos países da Europa de Leste e da ex-URSS.”.
(Fonseca et al, 2005:81)

4.1- GRUPO 1 - Cabo-verdianos imigrantes em Portugal

4.1.1- Caracterização do contexto de origem

Cabo Verde é uma das ex-colónias portuguesas em África que obteve a sua independência em 1975. Até então, Cabo Verde viveu 13 anos de colonização, da qual até hoje ficaram marcas a vários níveis, nomeadamente a nível linguístico. Não só a

língua do país colonizador - Portugal - é hoje língua oficial na ex-colónia, como a própria língua de comunicação e língua materna da grande maioria dos seus habitantes - o crioulo de Cabo Verde - se formou no contexto específico da colonização.

Embora oriundos de um país onde o português é língua oficial (PALOP), nem todos os Cabo-verdianos que chegam a Portugal dominam a língua portuguesa, mesmo que à partida tenham algum conhecimento sobre a língua ou tenham tido, no país de origem, algum contacto com ela.

A situação linguística desta ex-colónia é semelhante à de algumas das ex-colónias, mas apresenta algumas características concretas. O português em Cabo Verde tem o estatuto de língua oficial e a ela estão reservados todos os contextos oficiais (língua do formal), embora o crioulo por vezes também seja utilizado em contextos oficiais. O crioulo é a língua materna da grande maioria dos cidadãos e é utilizada em grande parte das situações do dia-a-dia das vidas dos cabo-verdianos. Além disso, o crioulo é a língua de união nacional e a língua de comunicação.

Em Cabo Verde, tendo estatuto de língua oficial, o português é LS (língua segunda) pelo que, para os imigrantes de origem cabo-verdiana o português já era língua segunda antes de imigrarem para Portugal, apesar de se tratar de uma variedade do português - português de Cabo Verde. No entanto, há que ter em conta também que, embora seja língua segunda, muitos há que não falam português ou que tenham até pouco contacto com a língua - a língua de comunicação é o crioulo.

Portugal e Cabo Verde têm histórias que se cruzaram no passado, um passado comum, o que deixou marcas nas sociedades e na cultura, e terá tido influência nas relações entre os países e os seus cidadãos, bem como na tomada de decisão de imigração de cabo-verdianos para Portugal.

Para uma melhor compreensão da história das relações destes países, nomeadamente no que às línguas diz respeito (o crioulo e o português), recomendo a consulta de trabalhos como Miranda (2013: capítulo 1), que faz uma apresentação da situação linguística em Cabo Verde e da relação e convivência do português e do crioulo em Cabo Verde, e do processo que levou ao panorama linguístico atual.

4.1.2- Cabo-verdianos em Portugal

Portugal, país com um vasto histórico de migrações, em meados da década de 80 e nos anos seguintes, viu surgir uma grande vaga de imigrantes provenientes das ex-colónias, nomeadamente de Cabo Verde (a comunidade cabo-verdiana é a mais numerosa em Portugal - SEF, 2004).

A grande maioria dos imigrantes de origem cabo-verdiana em Portugal é de um modo geral pouco escolarizada e rumou a Portugal em busca de melhores condições de vida, vindo preencher vagas em profissões na construção civil ou associadas à prestação de serviços. Com o final do Estado Novo, verificou-se um grande crescimento e desenvolvimento urbano em Portugal e o trabalho na construção civil foi um dos principais sectores onde muitos destes imigrantes se inseriram, em concorrência com outros trabalhadores portugueses vindos do interior (por se tratar de mão de obra barata em relação aos portugueses) e vindo dar resposta às necessidades de trabalhadores numa área em desenvolvimento.

“A imigração cabo-verdiana para Portugal acelerou rapidamente ainda na década de 1960, altura em que algumas empresas portuguesas de construção e oras públicas foram contratadas para construir [...] essas empresas começaram a oferecer trabalho aos trabalhadores cabo-verdianos na “metrópole”. Uma vez instalados, os primeiros trabalhadores encarregavam-se de passar a palavra aos seus “patrícios” em Cabo Verde sempre que mais trabalhadores eram precisos. Criou-se assim uma migração em cadeia que fez crescer rapidamente o número de trabalhadores cabo-verdianos imigrantes em Portugal, atingindo-se um pico no início da década de 1970.” (Batalha, 2008:31)

“Nos anos seguintes à independência de Cabo Verde, o número de imigrantes em Portugal continuou a crescer sustentadamente. Vinham sobretudo para trabalhar na construção civil e obras públicas [...]”(Batalha, 2008:32)

Há também, um grupo mais reduzido de cabo-verdianos em Portugal designado por alguns autores como a “elite” (ver Batalha, 2008, 2004), que é constituído por indivíduos mais escolarizados e que correspondem a vagas de imigração anteriores à independência do país de origem - altura em que Cabo Verde era ainda uma colónia portuguesa - sendo que muitos deles mantiveram a cidadania portuguesa após a independência de Cabo Verde.

No que diz respeito à sua distribuição regional, os imigrantes cabo-verdianos concentram-se maioritariamente na área de Lisboa, nomeadamente em bairros da região metropolitana e em algumas zonas por vezes associadas a taxas de criminalidade elevadas.

Quando falamos em comunidade(s) cabo-verdiana(s), bem como de outras comunidades originárias dos PALOP, os conceitos de “raça” e “etnia” não podem deixar de ser considerados, bem como as questões de discriminação que lhes surgem associadas.

“Os cabo-verdianos em Portugal (tal como noutros destinos) têm a sua identidade organizada em torno de representações sociais de “raça”, etnicidade, educação e classe, que combinadas definem a sua posição social dentro da sociedade portuguesa e, nas suas próprias comunidades locais, entre eles mesmos.” (Batalha, 2008:25)

A estas representações impostas pela sociedade e/ou assumidas pelos próprios imigrantes, estão muitas vezes associados estigmas e ideias de inferioridade e racismo que ainda hoje vão tendo expressão, embora aparentemente mais reduzida e/ou mais subtil.

“os portugueses dão mostras de baixos níveis de aceitação do “outro” nas suas vidas privadas publicamente, contudo, tendem a adotar formas de conduta e a exprimir valores que consideram ser socialmente corretos” [...] “mais do que racista, uma parte da população portuguesa parece ser discriminatória” (Baganha & Marques, 2001:68)

Estas questões de discriminação e/ou racismo são sem dúvida preponderantes na integração dos imigrantes no país de acolhimento, uma vez que têm influência aos mais diversos níveis, desde a vivência em sociedade aos aspetos mais práticos como o acesso ao mercado de trabalho ou à habitação, por exemplo.

4.2- GRUPO 2 - Ucrânianos imigrantes em Portugal

4.2.1- Caracterização do contexto de origem

A Ucrânia é um país que conquistou a sua independência há relativamente pouco tempo (24 de agosto de 1991), depois de períodos de história difíceis.

Foi um país que passou por um longo histórico de guerras e invasões e entre elas três vezes alcançou a independência, sendo que atualmente permanece independente

desde 1991. Uma das grandes potências conquistadoras e que mais marcas terá deixado neste país foi a Rússia, de tal modo que ainda hoje o russo é uma das línguas faladas na Ucrânia e, apesar de não ser língua oficial do país, é grande o número de ucranianos, que domina o russo, sendo que uma parte também o tem como língua materna.

4.2.2- Ucranianos em Portugal

Fruto de vagas de imigração bem mais recentes do que as de indivíduos oriundos dos PALOP ou do Brasil, por exemplo, a comunidade ucraniana em Portugal representa atualmente uma das mais numerosas. As vagas migratórias de países de leste, além de mais recentes, espantaram pelo distanciamento cultural, histórico e linguístico entre os países - Portugal e Ucrânia, neste caso. Se antes a imigração e a escolha de Portugal como país de acolhimento pelos imigrantes parecia ter como motivações as ligações históricas e até linguísticas entre os países de origem e de destino, como era o caso das antigas colónias portuguesas e do Brasil, com o surgimento de novas vagas de imigração esse argumento/motivação não se aplicava. “Portugal começou a ser destino de imigração não afectiva, mas económica” (B-I ACIDI, revista nº89, Março/Abril 2011, pág. 2)

“A partir de finais da década de 1990 e início de 2000 houve uma intensificação dos fluxos migratórios. Entre 2000 e 2001 registou-se o maior crescimento (69%) de população estrangeira residente em Portugal (SEF, 2007a). Além da dimensão quantitativa, há a assinalar profundas alterações no plano qualitativo. Na sequência do colapso da URSS e da emergência de Estados independentes pós soviéticos, assistiu-se a um novo e significativo afluxo de imigrantes provenientes da Europa do Leste, mudança fundamental na curta história da imigração portuguesa que passou a receber, em larga escala, imigrantes originários de países com os quais não tinha afinidades históricas, linguísticas ou culturais.” (SEF, 2008:19)

Segundo a Ex. Alta Comissária para a imigração e diálogo cultural, Rosário Farmhouse, a imigração ucraniana impôs um novo desafio a Portugal e um novo pensar de políticas de integração, a tomada de uma nova postura em relação aos imigrantes e à natureza das imigrações e das necessidades dos indivíduos.

“a imigração ucraniana lançou um gratificante repto a Portugal pela distância cultural e linguística. Ajudou-nos a pensar,

desenvolver e executar políticas de acolhimento e integração. ” (B-I ACIDI, revista nº89, Março/Abril 2011:2)

Este grupo caracteriza-se por ser constituído por indivíduos geralmente altamente qualificados, contrariamente aos do grupo anterior, que, no entanto, não sendo reconhecidas as suas habilitações em Portugal e por terem inicialmente dificuldades de comunicação por estarem pouco à-vontade com o português, muitas das vezes acabam também eles por cair em empregos com um nível mais baixo do que a sua educação podia permitir e mal remunerados, como é o caso da construção civil.

Atualmente constituem uma das comunidades imigrantes com mais representatividade numérica em Portugal.

“Chegaram, integraram-se com uma relativa facilidade e muitos já se retiraram sem que saibamos exatamente as razões. Embora o fluxo de entrada tenha reduzido significativamente, muitos ainda estão a chegar, sobretudo por motivos de reunificação familiar. Tudo indica que uma boa parte dos que cá estão acabará por permanecer e enraizar-se na sociedade portuguesa ” B-I, ACIDI, revista nº 89 Março/abril 2011

Um dos grandes problemas para estes indivíduos, como já referi, é o reconhecimento das suas habilitações académicas, em Portugal. Há um grupo muito grande de ucranianos com elevadas qualificações académicas, que não as consegue ver reconhecidas cá em Portugal, por vezes por motivos relacionados com a área profissional em causa, em que as qualificações não são diretamente transferíveis (ex.: professores de línguas, historiadores, etc.). Há também, no entanto, um grupo de imigrantes ucranianos com poucas qualificações.

Outro dos grandes problemas que estes indivíduos enfrentam é a questão da língua, uma vez que o português e o ucraniano são línguas muito distintas e em geral os ucranianos não têm qualquer tipo de contacto com o português anterior à chegada a Portugal. (“as línguas têm poucas afinidades e é preciso começar do zero” B-I nº 89, pág. 9).

Em termos de integração parecem ser uma comunidade relativamente bem integrada em Portugal. Há já segundas gerações de ucranianos e vários casamentos mistos

entre ucranianos e portugueses (como aliás também acontece com outros grupos) o que acaba por criar um laço forte dos indivíduos com o país de acolhimento.

No que toca à nacionalidade, em entrevista à revista B-I do ACIDI sobre um estudo que tenta caracterizar a imigração ucraniana em Portugal, Pedro Góis defende que, para os mais velhos haverá ainda alguma dificuldade em relação a este aspeto por ser sentido como uma perda em relação à sua nacionalidade ucraniana, mas que para os mais jovens tratar-se-á de uma questão mais fácil e sobretudo prática.

“Para os ucranianos mais velhos, há uma dificuldade quase sentimental. Já foram, em tempos soviéticos, já tiveram um sentimento de perda em relação à cultura e agora seriam obrigados a abdicar da nacionalidade ucraniana, o que seria difícil. Para os mais jovens, penso que essa opção será feita assim que o possam fazer. Isto é, aqueles que já têm a socialização feita em Portugal, mais tarde ou mais cedo vão adquirir a nacionalidade [...]” B-I nº 89 pág. 6

4.3- Panorama linguístico

As comunidades cabo-verdiana e ucraniana são a segunda e a terceira mais numerosas em Portugal, segundo os dados do relatório RIFA 2013, constituindo, respetivamente, 11% e 10% da população imigrante em Portugal.

Além de se tratar de dois grupos bastante distintos, no que diz respeito à sua história e nomeadamente em relação à imigração, também o panorama linguístico dos dois grupos se distingue bastante.

Embora oriundos de um país onde o português é língua oficial (PALOP), nem todos os Cabo-verdianos que chegam a Portugal dominam a língua portuguesa, mesmo que à partida tenham algum conhecimento sobre a língua.

No caso dos ucranianos, é muito pouco provável que à chegada ao país de acolhimento já tenham tido algum tipo de contacto com o português, uma vez que não há qualquer tipo de ligação linguística ou histórica entre os dois países que justifique alguma relação, nem o português é uma língua presente na Ucrânia, pelo que o conhecimento da língua é geralmente nulo.

No caso de Cabo Verde, a língua oficial do país é o português, que é a língua do formal, a língua utilizada na política e em assuntos oficiais/ formais, a par do crioulo, que é a língua de comunicação e a língua materna da grande maioria ou mesmo de todos os

cidadãos. O uso da língua portuguesa está associado às pessoas com mais escolarização e a situações formais e de ensino.

“... em Cabo Verde existem apenas duas línguas nacionais: o Crioulo e o Português. Até hoje, só o Português ganhou o estatuto de língua oficial, embora se anuncie para breve um novo estatuto para o Crioulo: o de “língua de ensino e da administração”.”

[...]

“Neste momento, existe uma vontade política determinada de transformar a sociedade cabo-verdiana numa comunidade bilingue de pleno direito, em que o Crioulo e o Português sejam ambas línguas oficiais e em que os falantes tendo conhecimento das duas línguas, possam optar pelo uso de uma ou de outra, em todos os contextos, públicos e privados, de um modo funcional e adequado às situações de comunicação.” Projeto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* (ILTEC) pág. 2

Percebe-se, assim, um pouco do panorama linguístico em Cabo Verde. Caracteriza-se, grosso modo, pela existência de uma língua oficial, o português, e de uma língua que é a língua de comunicação e a língua materna dos cabo-verdianos, o crioulo de Cabo Verde.

A relação entre as duas línguas acaba por ter alguns efeitos no modo como são vistas pelos falantes. O crioulo surgiu do contacto com o português, em situação de colonização e de domínio dos portugueses sobre as ex-colónias. Surgiu em situações sociolinguísticas muito características, que tiveram a ver, essencialmente, com a necessidade de comunicação entre os escravos. Durante muito tempo permaneceu a ideia de que o crioulo era uma língua inferior ou apenas uma variante mal falada do português, e alguns destes estigmas permanecem até hoje nas mentalidades de alguns. Esta ideia de desprestígio em relação à língua dominante, que era o português, por vezes têm ainda impacto nos falantes de crioulo, o que pode influenciar a sua posição face à língua, e terá mais impacto ainda quando estes falantes de crioulo como língua materna passam a residir em Portugal, onde a língua dominante é a língua dos ex-colonizadores. Não só é a língua oficial no país (como o é em Cabo Verde), mas é também a língua dos contextos: oficiais, quotidianos, públicos, privados, da escrita, do oral, etc..

.O crioulo de Cabo Verde (e outros), em especial na área metropolitana de Lisboa e arredores (área onde há maior presença de imigrantes cabo-verdianos, e onde incide

este estudo) está muito presente e é com frequência que o ouvimos nas ruas, o que parece mostrar a vontade e a persistência dos seus falantes em manterem a sua língua.

No entanto, o crioulo em Portugal não deixa de ser uma língua “minoritária”, portanto sujeita a várias questões relacionadas com discriminação. Além de ser uma língua minoritária, é também uma língua à qual muitas vezes estão associados estigmas e uma certa ideia de inferioridade, não só do ponto de vista linguístico - é muitas vezes considerada uma língua de menor valor/prestígio ou até apenas um dialeto - mas também do ponto de vista social - é associado a estratos sociais mais baixos ou até à criminalidade, em casos mais extremos.

Segundo a bibliografia, (Projeto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC)*) esta ideia de desprestígio leva os falantes desta língua em Portugal a restringir o seu uso a contextos mais familiares e/ou privados, isto é, embora o uso da língua se mantenha e até seja frequente, é-o de uma forma mais resguardada da sociedade em geral, além de haver também, em alguns casos, alguma relutância na transmissão da língua aos mais novos

“Os mais velhos falam, em geral, apenas Crioulo e entendem mal Português. Aqueles que aprenderam uma variedade, mesmo incipiente, da língua portuguesa, falam Crioulo entre si mas tendem a falar Português com os filhos, com receio de que o Crioulo possa vir a afetar o seu sucesso escolar. Ainda assim, as crianças têm várias oportunidades de adquirir o Crioulo, quer com os familiares, vizinhos e amigos, quer com os recém-chegados de Cabo Verde. Muitas vezes, a percepção de que o Cabo-verdiano é uma língua a evitar, dada a atitude dos pais e de alguns educadores que proíbem o seu uso na escola, faz com que os jovens afirmem não falar Crioulo e se inibam de o fazer em contextos em que se sentem observados. Tal não impede, no entanto, que o adquiram e que possam vir a ativar o seu saber linguístico em situações de mais à-vontade.”[...]

“Apesar de sofrer uma desvalorização explícita (favorecida por séculos de ideologia colonial), o Crioulo mantém o seu prestígio “encoberto” que lhe permite sobreviver, mesmo em contexto hostil. [...] Dada a tradicional concentração de alunos de origem africana e, em particular, de alunos de origem cabo-verdiana, em determinados bairros e escolas, é muito vulgar que alunos de outras origens, nomeadamente, portugueses (nestes casos, em minoria), aprendam e falem Crioulo, como forma de reforço da identidade do grupo.” Projeto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC)*, pág. 5-6

Os excertos acima descrevem um pouco da situação do crioulo em Portugal e da posição das próprias comunidades em relação ao seu uso. Se, por um lado, a língua materna é a língua das raízes e da cultura, uma língua que liga os seus falantes às origens e uns aos outros, por outro lado, os próprios falantes tomam posições em relação a essa língua baseadas não só nessa força de ligação, mas também no estatuto e prestígio da língua no país de acolhimento. É de ressaltar que estas atitudes dos falantes, em relação à língua, embora pareçam apresentar um padrão regular, em última instância, dependem dos próprios falantes, das suas experiências e da sua forma de pensar e sentir o assunto, pelo que haverá certamente diferentes cenários no que ao uso e manutenção da língua materna diz respeito.

Já no caso da Ucrânia, o panorama linguístico é um pouco complexo, caracterizando-se pela existência de uma língua oficial, o ucraniano, e a presença de duas outras línguas, o russo e o surzhik. Em algumas zonas são também faladas outras línguas, como é o caso do húngaro, o romeno e o eslovaco. Alguns ucranianos são bilingues: são falantes de ucraniano e de russo, constituindo estes a grande maioria da população, outros falam apenas ucraniano ou apenas russo e outros ainda que falam o surzhik, que é considerada uma língua mista que concilia a pronúncia e a estrutura gramatical do ucraniano com o léxico do russo.

Tal como noutros países, este panorama linguístico explica-se pela história do país e pela convivência de línguas e comunidades diferentes num mesmo território. No caso da Ucrânia, a presença forte do russo tem que ver com o facto de este território ter pertencido anteriormente à antiga URSS.

Atualmente, apesar de a Ucrânia ter como única língua oficial o ucraniano, são muitos os falantes de russo e em algumas partes do país é grande a percentagem de ucranianos que tem o russo como língua materna.

Uma das primeiras decisões tomadas em consequência da independência da Ucrânia em 1991 foi a implementação do Ucraniano como língua oficial. A afirmação da nova identidade linguística do país tem passado, entre outras coisas, pela promoção da língua aos níveis político e comercial e na comunicação social. A nível do ensino, o Ucraniano tem vindo a substituir progressivamente o Russo como principal língua de escolarização.

Enquanto que por altura da independência cerca de metade das escolas do país funcionavam em Russo, atualmente quase todo o ensino é lecionado em Ucrâniano. ILTEC Projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa pág. 3

“O Ucrâniano constitui, atualmente, a única língua oficial da Ucrânia. De acordo com dados oficiais, no entanto, apenas 67% da população fala, efetivamente, a língua. Em consequência do prolongado período de domínio estrangeiro, a situação linguística da Ucrânia é bastante heterogénea, registando-se distinções muito claras entre as zonas ocidental e oriental do país.” ILTEC Projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa pág. 3

Existe uma grande pressão política na Ucrânia que se reflete também a nível linguístico, havendo vários interesses por parte de alguns partidos políticos em tornar também o russo língua oficial na Ucrânia. Essa decisão teria efeitos não apenas linguísticos (estatuto das duas línguas), mas também políticos, nomeadamente relacionados com os partidos que estão no poder, ou ainda na unidade nacional do país.

Em 2012, foi aprovado um projeto de lei pelo parlamento ucraniano, que concede à língua russa o estatuto de língua regional nos territórios da Ucrânia, onde os falantes de russo constituem mais de 10% da população - 13 em 27 distritos. Esta medida foi fortemente contestada e é vista por muitos como um passo para o enfraquecimento do ucraniano e/ou o reconhecimento do russo como segunda língua oficial na Ucrânia.

Trata-se, portanto, de um panorama linguístico de alguma complexidade, tanto em termos políticos, como em questões de estatuto linguístico do ucraniano e do russo (e outras línguas minoritárias). Do ponto de vista do uso, embora o ucraniano seja, à data, a única língua oficial do país, a grande maioria dos ucranianos é bilingue e existe uma distribuição regional divergente das principais línguas utilizadas.

Ao contrário do que se verifica em Cabo Verde, em que o uso de uma língua ou outra parece ser determinado essencialmente pelo contexto (formal/não formal). Na Ucrânia, esta distribuição parece ser determinada essencialmente por questões regionais:

“O Ucrâniano reúne o maior número de falantes na parte ocidental do país.” [...]

“Na Ucrânia oriental o Russo é, ainda hoje, amplamente divulgado. O seu uso varia de localidade para localidade. Em Kiev, o Ucrâniano e o Russo reúnem sensivelmente o mesmo número de

falantes. No norte e centro do país, o Russo é a língua majoritária nos centros urbanos, sendo o uso do Ucrâniano mais notório nas zonas rurais. Na península de Crimeia o peso do Russo é de tal modo elevado que quase não se registam falantes de Ucrâniano. A nível nacional, de acordo com dados oficiais, estima-se que 46% do total da população fala Russo, embora apenas 30% o tenha como língua materna. Nas zonas rurais do leste, sul e centro do país regista-se, ainda, um número elevado de falantes de Surzhyk [...]” ILTEC *Projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* pág. 3-4

Relativamente ao nosso estudo, outro aspeto a ter em conta é a proximidade das línguas dos países de origem com o português. No caso do crioulo de Cabo Verde, como já referi, há uma grande proximidade com o português por ser base lexical da língua, o que resulta numa grande quantidade de léxico comum às duas línguas, sendo, no entanto, línguas muito diferentes morfológica, semântica e sintaticamente. No caso do ucraniano, não só não existe essa ligação lexical ou de outra natureza linguística, como acresce ainda a diferença que as duas línguas têm do ponto de vista da escrita – o ucraniano utiliza o alfabeto cirílico, (embora possa usar também o latino), enquanto o português utiliza o alfabeto latino, o que deverá acrescer na dificuldade na aprendizagem do português.¹⁵

Além da proximidade (ou afastamento) formal que existe entre as línguas em causa, há também que considerar as divergências nos modos de pensar dos diferentes povos, que constituem também uma questão fundamental no momento da aprendizagem de uma nova língua.

15 Sobre as características destas duas línguas ver: documentos do Projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, ILTEC, sobre o ucraniano e o cabo-verdiano:
http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_ucraniano.pdf e
http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf

Capítulo 5 - O estudo

5.1- Aspetos Metodológicos

5.1.1- Descrição do estudo

A investigação que aqui se apresenta corresponde a um estudo sobre um grupo (amostra) selecionado, um grupo de imigrantes em Portugal oriundos de países muito distintos - Cabo Verde e Ucrânia. O estudo pretende, através de uma análise qualitativa, observar os efeitos do processo de imigração, em geral, e da aprendizagem da língua de acolhimento, em particular, do ponto de vista da integração e da identidade provocadas pelo processo de imigração. Pretende-se perceber de que forma a língua e a experiência da imigração em Portugal, como país de acolhimento, terá tido impacto na identidade dos informantes e nas suas ligações com os países de origem. Tratando-se de um estudo qualitativo e de um estudo baseado numa amostra de cinco informantes por subgrupo (5 cabo-verdianos e 5 ucranianos), logicamente não trará respostas sobre o assunto a um nível superior, nem permite tirar ilações sobre estas questões de um ponto de vista coletivo, no entanto, não deixa de ser um tópico interessante e de importante discussão. Observar e analisar comportamentos e efeitos da imigração nas pessoas - que são os atores de todo o processo - não é nunca vão, uma vez que permite perceber quais são alguns dos efeitos da imigração além das questões políticas, económicas, demográficas, etc.

Assim sendo, este estudo qualitativo pretende olhar estes imigrantes não como números da imigração, mas como indivíduos que vivem uma experiência que tem (ou não) efeitos na sua identidade e perceber que efeitos são esses e como se manifestam. Pretende-se, portanto, abordar questões como a identidade, o sentimento de pertença, o papel da língua materna e da língua de acolhimento no processo, a integração, entre outros.

As análises e as possíveis conclusões obtidas com este estudo serão sempre baseadas na perceção que os informantes têm sobre as suas próprias experiências de imigração, isto é, o modo como os próprios experienciam o assunto e os aspetos com ele relacionados, bem como o modo como sentem que esses aspetos têm impacto nas suas

vidas e nas suas identidades. Aquilo a que temos acesso através de entrevistas é o modo como os agentes do processo de imigração descrevem a sua vivência do processo e a sua percepção dessa vivência.

O estudo não tem, portanto, como objetivo generalizar qualquer tipo de conclusões ou ideias feitas a respeito do assunto.

5.1.2- Metodologia

Como já foi dito, o estudo foi feito com base na análise qualitativa de entrevistas realizadas a 5 elementos, representantes de cada um dos grupos de estudo caracterizados acima.

5.1.3- Caracterização da amostra

Como já se disse acima, a amostra selecionada para este trabalho encontra-se dividida em dois grupos específicos de estudo: o primeiro grupo é constituído por imigrantes de origem cabo-verdiana; e o segundo grupo é constituído por imigrantes de origem ucraniana.

Em ambos os grupos foram selecionados indivíduos adultos, residentes na área metropolitana de Lisboa e cuja estadia em Portugal fosse de pelo menos sete anos. A escolha de trabalhar com indivíduos adultos, entre outros aspetos, prende-se com o facto de, à partida, terem já uma identidade construída, ao contrário do que se passaria com crianças ou adolescentes, que se encontram ainda no processo de descobrir e construir a sua identidade. O objetivo é observar se, segundo a percepção dos informantes, ocorreram mudanças na identidade dos indivíduos, que mudanças foram essas e quais são os aspetos mais referidos pelos informantes, quando questionados sobre a imigração e o impacto no seu “eu” e na sua vivência e visão das coisas.

No caso do primeiro grupo (indivíduos cabo-verdianos), por corresponder a uma vaga de imigração com mais anos de história, em relação à imigração de leste da Europa, mais recente em Portugal, o tempo de permanência destes indivíduos no nosso país é de um modo geral superior. O grupo I (indivíduos de origem cabo-verdiana) regista uma média de permanência em Portugal de 29 anos, enquanto que o grupo II (indivíduos de origem ucraniana) apresenta uma média de apenas 13 anos.

Para evitar que isso afetasse os resultados, tentou-se que a seleção da amostra fosse feita no sentido de essa diferença entre os dois grupos não fosse demasiado acentuada. No entanto, esse foi um fator difícil de controlar, uma vez que a discrepância nos tempos de permanência em Portugal dos dois grupos em estudo existe, de facto, por se tratar de diferentes vagas de migração e não podia deixar de ser considerada.

No caso do grupo I, um dos informantes é de nacionalidade guineense e descendente de cabo-verdianos, os restantes são de origem cabo-verdiana.

Os informantes têm idades compreendidas entre os 38 e 62 anos, tendo os indivíduos do grupo I uma média de idades de 47 anos e os indivíduos do grupo II uma média de idades de 45 anos.

Em termos de escolaridade o grupo de origem cabo-verdiana é constituído por três indivíduos que têm apenas a 4ª classe, um indivíduo com a 6ª classe e um indivíduo que terminou o ensino secundário já em Portugal. O grupo de origem ucraniana é constituído por quatro indivíduos com o ensino superior e um indivíduo com o ensino secundário.

Os indivíduos do grupo I têm como língua materna o crioulo de Cabo Verde, à exceção de um cuja língua materna é o crioulo da Guiné Bissau (E1.4). Um dos indivíduos (E1.3) refere como língua materna também o português, no entanto, não consegui perceber se português era de facto língua materna (além do crioulo). No caso dos indivíduos do grupo II, todos identificaram o ucraniano como sendo a sua língua materna.

5.1.4 - Instrumento linguístico

O instrumento linguístico utilizado para obtenção de dados para este estudo foi a entrevista semiestruturada.

O objetivo das entrevistas realizadas foi obter dados sobre a perceção dos informantes sobre as suas experiências de imigração em Portugal e as questões que delas derivam, nomeadamente a integração e o impacto (ou ausência) na identidade dos próprios indivíduos e na forma como eles se percebem a si próprios ou mesmo se têm consciência dessas eventuais mudanças.

O guião da entrevista (anexo 1) foi realizado de modo a que houvesse uma certa flexibilidade na colocação das perguntas, por parte do entrevistador, tendo em conta o desenrolar da própria entrevista e tendo em conta também que todos os informantes são diferentes e respondem a situações de entrevista de diferentes modos - ex.: alguns informantes mostram mais à-vontade para falar e eles próprios vão fornecendo a informação que se pretende ao explicar as suas vivências, ao contrário de outros que funcionam melhor com perguntas mais diretas e que, caso contrário, não fornecem a informação que se espera.

Em todas as perguntas espera-se do entrevistado que responda a partir da sua experiência pessoal e/ou opinião sobre o assunto em causa. Não há, portanto, respostas consideradas corretas ou incorretas, apenas se espera que o informante desenvolva um pouco o tópico em discussão.

5.1.5 - Recolha dos dados

Os dados foram recolhidos sob a forma de entrevistas realizadas pessoalmente e uma foi feita por telefone. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

As entrevistas foram encaradas propositadamente como uma conversa entre a entrevistadora e os informantes, de modo a deixar os informantes à vontade, não só para partilhar informações que inevitavelmente são informações pessoais (independentemente de ser garantida a confidencialidade), bem como para evitar desnecessários nervosismos e/ou que os informantes sentissem que lhes sejam feitos juízos de valor, o que não só não é o caso como essa perceção comprometeria todo o trabalho da entrevista.

5.1.6 - Tratamento dos dados

Depois de recolhidos os dados sob a forma de entrevista, estes foram transcritos para posteriormente serem tratados. Nas transcrições foram codificados todos os elementos identificativos dos informantes (nomes, locais, nomes de empresas de trabalho, identificações de filhos, amigos, etc.), de modo a respeitar o direito de confidencialidade dos participantes. A partir das transcrições foi, então, feita uma análise qualitativa, para a

qual também contribuiu a elaboração de tabelas onde foi organizada alguma da informação.

5.2- Análise dos dados

Ao comunicar com os outros através da linguagem, estamos a construir uma realidade e fazemo-lo com base nas nossas experiências pessoais e/ou na ideia que temos do mundo. Essa construção da realidade está dependente da situação e do contexto social em que o fazemos, bem como daquele (s) com quem estamos a comunicar. Assim, no caso de uma entrevista, por exemplo, o entrevistado geralmente tenta construir para o entrevistador uma realidade positiva/ transmitir uma boa imagem de si mesmo. Posto isto, no momento da análise, deve sempre ser tida em conta a situação e as circunstâncias em que o discurso foi construído.

Há ainda que ter consciência de que os dados obtidos dão acesso apenas à realidade construída pelos informantes, através do discurso na entrevista, e conseqüentemente à(s) identidade(s) que eles próprios constroem no decorrer do discurso, com base nas suas experiências de vida e a sua visão do mundo, naquele contexto específico – a entrevista. Assim sendo, a amostra, por mais rica e que seja, não será suficiente para elaborar juízos sobre uma realidade universal, embora possa deixar pistas para melhor compreender o assunto da imigração e identidade dos imigrantes. Não obstante, não deixa de ser importante e interessante este tipo de análise.

A análise dos dados aqui feita trata-se de uma análise qualitativa e do conteúdo das entrevistas cruzada com o que com este trabalho se pretende estudar - a identidade dos imigrantes e a influência do processo de imigração/integração e da língua de acolhimento na identidade dos grupos de estudo.

A minha análise aqui será feita em três níveis diferentes:

- Análise geral dos dados recolhidos;
- Análise da questão da língua - língua de acolhimento e língua materna;
- Análise da questão da identidade - relacionando todos os outros aspetos (língua, cultura, hábitos, país de origem, país de acolhimento, etc.)

No que toca à análise das questões de identidade, será também ela dividida em dois níveis (sempre baseada na perceção dos indivíduos e nas construções discursivas que fazem no contexto das entrevistas):

- 1) Identidade e mudança do próprio indivíduo;
- 2) Identidade coletiva;

5.2.1- Apresentação dos dados

Caracterização dos informantes

Grupo I

Info rma ntes	Idade	Sexo	Profissão	Escolaridade	Tempo de imigraçã o em Portugal	Língua materna
E1.1	51	Masc.	--	6ª classe	40 anos	Crioulo cv
E1.2	53	Masc.	--	4ª classe	40 anos	Crioulo cv
E1.3	44	Masc.	--	4ª classe	20 anos	Crioulo cv/português
E1.4	38	Fem.	Aux. Centro de dia	12º ano (concluído em Portugal - curso de cozinha e pastelaria)	19 anos	Crioulo Guiné
E1.5	50	Masc.	desempregad o	4ª classe	24 anos	Crioulo cv

Quadro 1 - caracterização dos informantes do Grupo I

Grupo II

Informantes	Idade	Sexo	Profissão	Escolaridade	Tempo de imigração em Portugal	Língua materna
E2.1	42	Masc.	Jardineiro	12º	12 anos	Ucraniano
E2.2	62	Fem.	Emp. doméstica	Ens. Sup.	15 anos	Ucraniano
E2.3	45	Masc.		Ens. sup.	14 anos	Ucraniano
E2.4	40	Fem.	Clube gimnodesportivo	Ens. Sup. (professora primária)	12 anos	Ucraniano
E2.5	38	Fem.	Cozinheira	Ens. sup. (analista)	13 anos	Ucraniano

Quadro 2 - caracterização dos informantes do Grupo II

	E1.1	E1.2	E1.3	E1.4	E1.5
Tempo de imigração	40 anos	cerca de 40 anos	20 anos	19 anos	24 anos
Motivo da imigração	trabalho; vida melhor	trabalho; condições de vida;	família	família	trabalho; vida melhor
Dificuldades	Não	Não	não	trabalho; documentos;	não (atualmente desempregado)
Manutenção da relação c/ país de origem	mantém ligação através da família; nunca regressou, mas pretende fazê-lo	faz questão de manter as raízes/hábitos	mantém ligação com o país e familiares	visita sempre que pode, nas férias; tem vontade de regressar um dia mais tarde	mantém a ligação e visita quando pode; pondera regressar por estar desempregado cá
Relação c/ país de acolhimento	diz conhecer melhor Portugal que a sua própria terra.	correu tudo bem; sente-se integrado	sente-se integrado; refere questões de racismo	sente-se integrada e mostra uma grande ligação ao país	sente-se integrado e respeitado.

Língua de acolhimento	já sabia falar; estudou português no PO	já conhecia um pouco a língua; entendia algumas coisas	já sabia falar; estudou PT no PO	já sabia falar. estudou PT no PO; admite algumas dificuldades	já sabia falar um pouco; estudou PT no PO
Língua materna	fala crioulo com os amigos e com a família no PO; em casa fala mais PT	faz questão de falar crioulo, "é uma mãe"	"é a minha língua, gosto de falar"	faz questão de falar crioulo	e casa fala sempre crioulo; é mais rápido
Mudança e identidade	"mistura"	"mudou um bocado"; sente-se um pouco dos dois países	não, é a mesma coisa imigrar ou não	sente-se um pouco dos dois países. "pretuguesa"	Sim

Quadro 3- dados das entrevistas do Grupo I

Dados das entrevistas

Grupo I

O quadro 3 apresenta uma síntese de alguns dos dados recolhidos nas entrevistas feitas aos elementos do Grupo I - imigrantes cabo-verdianos. Os indivíduos deste grupo apresentam como motivos para a imigração a questão laboral - três dos cinco entrevistados dizem ter vindo em busca de trabalho em Portugal e de melhores condições de vida. Dos restantes dois entrevistados, um veio por questões familiares (falecimento da mãe cá em Portugal) e acabou por decidir ficar, outro diz ter escolhido vir para Portugal por já ter cá família, e também em busca de emprego.

Quando questionados sobre a sua adaptação no país de acolhimento, os cinco entrevistados dizem ter sido um processo natural e não terem tido problemas na integração em Portugal. Um dos entrevistados (E1.3) refere a existência de discriminação em Portugal, nomeadamente em relação a indivíduos de raça negra, embora diga não ter nem ter tido problemas em relação a isso. Em relação a dificuldades na integração e à chegada ao país de acolhimento, os entrevistados dizem também não ter tido problemas.

Apenas uma entrevistada (E1.4) refere ter tido algumas dificuldades no momento da chegada e nos primeiros anos no país de acolhimento, nomeadamente em arranjar emprego e em conseguir regulamentar a documentação, argumentando também que era muito jovem na altura (17/18 anos de idade). Um dos entrevistados faz referência a uma dificuldade atual, relacionada com o facto de estar há já algum tempo desempregado, estando por isso a considerar regressar ao seu país de origem com a sua família.

A descrição da relação que têm com o país de acolhimento parece revelar algumas afinidades desenvolvidas ao longo dos anos de imigração. Os cinco entrevistados dizem sentir-se integrados e respeitados no país de acolhimento. Falam em respeito mútuo (E1.1; E1.5), em saudades quando se ausentam (E1.5), e num bom conhecimento do país e hábitos portugueses, por exemplo. Um dos entrevistados cujo tempo de permanência em Portugal é maior (40 anos), afirma conhecer melhor Portugal do que o seu país de origem, uma vez que imigrou ainda muito jovem. Outro entrevistado diz ainda que, além de não ter razões de queixa em relação ao país de acolhimento, não pretende trocar o país por outro, tendo até já tido oportunidades de imigrar para outros países da Europa (como aliás fez um dos seus filhos), mas optou por não o fazer.

No que toca ao assunto da língua e do conhecimento/domínio da língua portuguesa, os cinco entrevistados afirmaram já conhecer a língua antes de imigrar: dois disseram já saber falar português quando vieram para Portugal, e três afirmaram que já sabiam falar um pouco e melhoraram os seus conhecimentos cá.

Quatro dos cinco entrevistados afirmaram ter estudado português no país de origem. De facto, a presença da língua portuguesa no país de origem dos entrevistados é sempre referida pelos próprios entrevistados, até como justificação para já a conhecerem quando chegaram a Portugal e para a saberem falar.

No que diz respeito à língua materna, todos os entrevistados afirmam continuar a utilizá-la no dia-a-dia, nomeadamente com a família e amigos. Argumentam ser a sua língua materna, ser mais fácil, ser uma ligação com as suas origens, entre outros, pelo que fazem questão de continuar a falar crioulo.

Grupo II

	E2.1	E2.2	E2.3	E2.4	E2.5
Tempo de imigração	12 anos	15 anos	14 anos	14 anos	13 anos
Motivo da imigração	procura de trabalho;	Trabalho	questões económicas; família e amigos cá	trabalho; vida melhor	trabalho; vida melhor
Dificuldades	língua; contrato de trabalho	língua **	língua	língua	língua; contrato de trabalho; documentos
Manutenção da relação c/ país de origem	mantém ligação com os familiares e visita nas férias	Mantém a ligação e visita o país de origem com regularidade	mantém ligação (Skype, telefone) e costuma voltar "é o meu país" mas "só de férias"	vai de férias e mantém a ligação bem como os costumes e tradições	mantém a ligação (skype, internet) e visita todos os anos
Relação c/ país de acolhimento	integrado. Quando vai à Ucrânia tem vontade de regressar	Sente-se integrada e muito grata pelo acolhimento e amizade dos portugueses	sente-se integrado. "graças a Deus tenho trabalho, tenho tudo"	veio de férias, gostou e ficou. Sente-se integrada "tratam bem e sinto sempre como em casa"	sente-se integrada mas é difícil estar longe do PO e da família
Língua de acolhimento	complicado aprender. Não frequentou nenhum curso, aprendeu no dia a dia	Difícil no início. Frequentou um curso durante apenas dois meses	aprendeu no dia a dia. Difícil a princípio, por serem línguas muito diferentes	aprendeu no dia a dia com as pessoas e com a televisão. Línguas muito diferentes	difícil a princípio por trabalhar só com portugueses e não saber a língua. aprendeu no dia a dia
Língua materna	em casa c/ a família fala sempre ucraniano ou russo "é mais simples"	Continua a falar ucraniano em casa e c/ a família e amigos	em casa só fala ucraniano "a gente pensa em ucraniano"	em casa sempre ucraniano	em casa com a família fala ucraniano. "é mais natural a gente falar em ucraniano"

Mudança e identidade	sim. "já levamos o vida a pensar como portugueses"	—	—	sim. Mudança na mentalidad e "aqui somos mais abertos"	acha que sim
-----------------------------	--	---	---	--	--------------

Quadro 4- dados das entrevistas do Grupo II

O quadro 4 apresenta uma síntese de alguns dados fornecidos pelos entrevistados do grupo II nas entrevistas.

Como principais motivos para a imigração, os entrevistados referem a procura de trabalho e de melhores condições de vida, sendo que, quando questionados sobre a escolha de Portugal especificamente, apontam o facto de terem cá amigos ou conhecidos e outros (principalmente as mulheres) vieram juntar-se a familiares que já estavam há algum tempo a viver e a trabalhar em Portugal.

Em relação à adaptação no país de acolhimento, os entrevistados admitem não ter sido fácil inicialmente, sobretudo pela dificuldade da língua, que era uma grande barreira, sendo que alguns (dois) referem também questões de documentação e emprego. Em relação ao país referem as diferenças culturais, mas não como um obstáculo, revelando-se até admirados e satisfeitos com o modo de ser dos portugueses e da sua atitude para com eles enquanto imigrantes. É interessante também a menção a questões como o clima e a uma remuneração mais alta. Quando questionados sobre a integração no país de acolhimento, todos os entrevistados afirmam sentir-se bem em Portugal e sentir-se integrados, havendo até uma entrevistada que afirma sentir-se como em casa. Não omitem a dificuldade de estar longe do seu país de origem, nomeadamente dos seus entes queridos (E2.5, por exemplo) mas, pelo menos para já, parecem não estar a pensar regressar.

A questão da língua, como já referi, foi bastante complicada, sendo apontada por todos como a principal dificuldade à chegada a Portugal. Note-se que nenhum dos falantes conhecia a língua do país de acolhimento antes de imigrar, nem tinha tido contacto com ela. Afirmam que é uma língua muito diferente do ucraniano e até do russo, pelo que o choque inicial foi substantivo. Ainda assim, apenas uma das informantes frequentou um curso de português, que acabou por abandonar ao fim de dois meses por

dificuldades de acesso e conciliação com a atividade profissional (E2.2). Todos os entrevistados dizem que foram aprendendo a língua no dia-a-dia, no trabalho, com a ajuda das pessoas e de amigos e a ver televisão. No que toca à língua materna, mais uma vez todos os informantes afirmam continuar a utilizá-la no seu quotidiano e com as suas famílias e amigos, mesmo estando fora do seu país de origem. Dizem ser mais fácil falar e expressar ideias na sua língua materna, uma vez que é nela que pensam, pelo que é mais natural.

5.2.2- Análise e descrição dos dados

a) Análise geral dos dados

Ambos os grupos referem motivos de emprego e de melhoria das condições de vida como motores da imigração. O grupo I diz que Portugal fazia sentido essencialmente pela ligação que os dois países têm/tiveram no passado; por terem cá familiares; ou porque as próprias entidades empregadoras terem feito o contacto entre os dois países. No caso do grupo II, em geral, os indivíduos não apresentam razões muito específicas para a escolha por Portugal. Alguns não justificam a escolha, outros dizem que já cá tinham familiares ou amigos, e, no caso das entrevistadas, dizem ter vindo juntar-se aos maridos. Um dos entrevistados refere que a embaixada facilitou o processo dos vistos e do emprego, por isso veio.

Quando questionados quanto à integração no país de acolhimento todos os indivíduos, de ambos os grupos, dizem sentir-se integrados e respeitados em Portugal.

Dois entrevistados do grupo I referem situações de racismo e discriminação mas não se alongam muito no tema. Não é perceptível se se tratou de situações de menor importância ou gravidade ou se os próprios entrevistados tentam evitar/amenizar o assunto nos seus discursos e/ou desvalorizar a questão. Ainda assim fazem discursos de uma experiência positiva, tal como também o fazem os entrevistados do grupo II.

Os indivíduos do grupo II mostram admiração pela “bondade” e abertura e apoio dos portugueses para com eles, alguns dizem-se muito agradecidos. Constroem discursos muito positivos, especialmente as senhoras. (“E2.4: contei sempre com a ajuda dos

portugueses”; “E2.4: estamos aqui com os braços abertos, tudo-- é só pedir e temos ajuda”, “E2.2:... muito gosto de Portugal, pessoas q-- para mim não há ninguém mau, tudo bom ã: muito simpáticos é verdade --”)

Indivíduos de ambos os grupos parecem demonstrar ter desenvolvido, com o tempo, uma ligação de proximidade com o país de acolhimento. Os discursos que constroem deixam pistas nesse sentido: os entrevistados dizem conhecer e até identificar-se com alguns costumes portugueses, sentir saudades do país quando regressam aos países de origem, alguns afirmam não planear regressar de vez aos países de origem (ex.E2.2) ou pelo menos não por enquanto (Ex: E2.3), outros pensam fazê-lo mas admitem a vontade de manter o laço com o país de acolhimento (Ex: E1.4); dizem ter amigos portugueses; gostar do país, do clima, da comida, das pessoas, etc.;

No que toca à relação com o país de origem, os entrevistados cabo-verdianos (grupo I), mais do que os ucranianos (grupo II), parecem manter a ideia/vontade de regressar ao país de origem um dia mais tarde (E1.4, E1.5), embora todos se digam integrados e afirmam gostar de viver em Portugal. No caso dos ucranianos, essa questão parece estar mais distante ou em aberto: se por um lado admitem sentir falta da família e do país de origem, por outro lado têm uma vida construída cá em Portugal, pelo que dizem que, para já, não pensam na hipótese de regressar. Um dos motivos também muito apontados para o não regresso à Ucrânia, pelo menos agora, é a situação de guerra que se tem vivido naquele país. Os entrevistados afirmam que vão mantendo a ligação com os respetivos países de origem, através do contacto frequente com familiares e amigos. Dois dos entrevistados do grupo I nunca voltaram ao país de origem, embora manifestem essa vontade, os restantes três dizem visitar quando têm oportunidade. Quanto aos indivíduos do grupo II, todos dizem ter o hábito de voltar à Ucrânia nas férias ou quando têm oportunidade. “E2.4: sim, claro. Sempre. Vamos de férias e: estamos ligados, temos sempre-- temos nossas tradições temos nossa igreja, fé, nossas festas”.

A ligação ao país de origem também é feita através da vivência dos hábitos culturais, entre eles a gastronomia, a religião e a língua materna. Este aspeto da importância da preservação das raízes parece ser mais evidenciado pelos indivíduos do grupo I, (“E1.2: faço questão de fazer pratos tradicionais nossos”(L 156); “E1.2: ...eu faço questão de falar crioulo...” (L118)).

Indivíduos de ambos os grupos afirmaram sentir saudades de Portugal quando voltam aos países de origem: “E1.5: ã: eu vou para Cabo Verde assim dá saudades de voltar para Portugal outra vez”; “E2.1: [:] volta para a Ucrânia já quer ir / E: ah, quando lá vai já que voltar cá a Portugal?!/ E2.1: pois”

Mas também não escondem que sentem falta das suas origens e das famílias:

“E1.4: “[cá]não, não é a mesma coisa. Falta da comida, falta daquela cultura, daquela-- pessoas também, ambiente, que não é como aqui”

E2.5: [...]a gente ã: longe de família, longe de: o nosso país, é sempre-- não é, é difícil. tenho cá filhos ma:s não é a mesma coisa do que a gente estar no-- na nossa terra, não é: é diferente.

A bibliografia consultada indica Portugal como exemplo de um bom país de acolhimento e com boas políticas de integração. Será que na voz dos próprios imigrantes esta imagem se confirma? Os dados das entrevistas parecem indicar que sim. Os entrevistados dizem-se integrados e, em geral, dizem não ter tido problemas, à exceção de um entrevistado do grupo I, que fala vagamente em questões de racismo e outros que referem questões de ordem mais prática como a dificuldade em arranjar emprego ou tratar da documentação.

Os entrevistados parecem descrever um cenário quase ideal de integração e de acolhimento no país - fazem balanços positivos das suas experiências migratórias em Portugal e parecem modalizar o discurso quando o assunto são as dificuldades e os problemas que tiveram com o país e a sociedade de acolhimento. Estas construções de experiências quase ideais deixam no ar algumas reservas quanto à possível influência do facto de se tratar de um contexto de entrevista e de ser uma portuguesa a fazer perguntas sobre a vida em Portugal no próprio país, o que pode, ou não, ter levado os entrevistados a tentar construir discursos mais positivos.

b) Língua

Em relação à língua de acolhimento, os informantes do grupo I traçam um panorama de facilidade e de à-vontade com a língua desde o momento da chegada ao país

de acolhimento, justificado por um (suposto) conhecimento e domínio da língua mesmo antes da imigração e pela relação dos dois países e línguas. (de ressaltar que dois dos informantes imigraram antes da independência de Cabo Verde).

No caso do grupo II, os informantes referem unanimemente a língua como uma das principais dificuldades aquando da chegada ao país de acolhimento. O panorama traçado por este grupo, como seria de esperar, é muito diferente do do anterior. A dificuldade dos falantes é justificada, por eles, pela grande distância que existe entre as línguas materna e de acolhimento. Há uma unanimidade quanto à dificuldade dos indivíduos do grupo II em relação à língua portuguesa, dificuldade essa que é muito visível nos adjetivos que utilizam, que não variam muito de entrevistado para entrevistado, entre os quais: “complicado”, “difícil”, “diferente”, “muito diferente”, “interessante”.

Pelos discursos dos entrevistados, não parece que vejam a língua de acolhimento como uma ameaça à sua língua materna ou até às suas identidades, embora façam questão de manter o uso das línguas maternas. Os indivíduos parecem encarar a língua do país de acolhimento como uma ferramenta para a sua integração e vivência no país.

Em ambos os grupos, apesar dos anos de imigração e da generalidade dos indivíduos ter um bom domínio da língua, os indivíduos continuam a ter algumas dificuldades em algumas áreas (concordâncias, preposições, conjugação e tempos verbais, conjunções...). Por vezes é também visível alguma dificuldade em expressar algumas ideias mais elaboradas ou sobre assuntos mais abstratos.

Quando questionados sobre as línguas maternas e o uso delas pelos informantes, no dia-a-dia, cá em Portugal, todos os informantes afirmam continuar a ter as suas línguas maternas muito presentes, nomeadamente em contexto familiar (na maior parte dos casos) e/ou com amigos.

Os informantes do grupo I justificam essa continuação do uso da língua materna através de argumentos essencialmente emocionais e ou patriotistas, embora alguns informantes também utilizem argumentos mais pragmáticos.

Os informantes do grupo II, quando justificam o uso da sua língua materna no quotidiano, utilizam argumentos essencialmente de ordem pragmática: “é mais simples”; “a gente pensa em ucraniano”; “é mais natural a gente falar em ucraniano”; “para mim é

mais fácil contar [em ucraniano] ”; “a memória está no ucraniano”. Pode-se, no entanto, ver também nestes exemplos, alguns indícios de ligação à língua além do pragmatismo e maior facilidade.

Esta distinção poderá ter a ver com o diferente peso dos efeitos das questões linguísticas para os informantes dos dois grupos: No primeiro grupo os falantes mostraram-se seguros quanto ao uso da língua de acolhimento, pelo que a pragmaticidade poderá não ser, para eles, uma questão diferenciadora das duas línguas. Por outro lado, a grande proximidade entre as línguas e os países de acolhimento e de origem, poderá estar na origem da necessidade dos indivíduos em traçar esta linha no que toca a questões mais emocionais, isto é, poderá desencadear uma maior necessidade de mostrar sentimentos de patriotismo, neste caso através da língua. Esta questão emocional também poderá estar relacionada com o maior tempo de afastamento do país de origem - média de 29 anos para este grupo (em geral com visitas pouco regulares ao país de acolhimento, ou mesmo ausência de visitas).

O segundo grupo acaba por dar maior relevância à facilidade do uso da língua materna, em oposição à dificuldade que a língua de acolhimento lhe apresenta, o que também poderá ser justificado pela maior dificuldade que têm em reação à língua de acolhimento, em comparação com um relativo à-vontade dos indivíduos do grupo I.

Língua materna - Transitividade

Grupo I

“Que línguas fala no seu dia-a-dia?”		Processos
“E1.1: a: falo crioulo a: quando encontrar os meus amigos e assim estão a falar crioulo (E: sim) falamos crioulo, e quando eles são português temos que falar português (E: falam mais português--)” (L 142)	Falar	comportamental
“E1.1: [sobre falar crioulo] “ sinto bem ” (L 181); gosto, gosto ” (L 191)”	Sentir	Mental
“E1.1: eu falar mais é o português que trabalho mais com portugueses (E: sim) do que crioulos” (L 165)	Falar	comportamental

<p>“E1.1: em casa... (E: raramente) alguma vez falo com meus filho sim, uma coisa em crioulo uma coisa em português (E: sim) é mistura” (L 175)</p> <p>“E1.1: e quando falo com a minha irmã já só falo (E: já só fala--) quando telefono com ela já é só (E: crioulo) crioulo” (L 178)</p>	Falar	Comportamental
“E1.1: ... já é um hábito [falar português]”	Hábito	Comportamental
“E1.2: até hoje falo crioulo”	Falar	Comportamental
“E1.2: é uma língua materna , está a ver” (L 111)	--	Relacional identificativo
E1.2:: não é só, não é só mais à vontade, quer dizer, é-- sentimos mas a: mais ligado à terra, mais” (L 114-116)	Sentir	Mental
“E1.2: é, eu <u>faço questão de falar</u> crioulo. com os amigos, claro, e com a família” (L118)	Falar	Comportamental
“E1.2: é a nossa mãe , não é ” (L 153)	--	Relacional identificativo
E1.2: exato exato. isso para mim é identidade ” (L 154)	--	Relacional atributivo
E3.1: não*** falo crioulo <i>n tem ki fala crioulo, n tem ki fala nha crioulo</i> (riso)” (L 154)	Falar	Comportamental
“E1.3: pronto. é a minha língua gosto de falar”	Gostar	Mental
“E: faz questão de falar em crioulo, você? E1.4: <u>sempre</u> ”	--	--
E1.5: ã: é <u>sempre</u> crioulo, em casa” (L 112) “E1.5: é mais rápido para a gente” (L 118)	--	Relacional atributivo
“E1.4: não, não falo português, só falo crioulo com eles [filhos]. E eles respondem-me em português”	Falar	Comportamental

Quadro 5 - análise da pergunta 6 do ponto de vista da transitividade- grupo I

Grupo II

“Que línguas fala no seu dia-a-dia?”		Processos
“E2.1: pois. trabalho português e em casa, com a mulher, com a família é o ucraniano, russo <u>sempre</u> ” (L 90)	--	--
E2.1: pois, é mais simples , ã: claro, é melhor-- ” (L94)	--	Relacional atributivo
“A: a gente pensa em ucraniano” (L141)	--	Mental
“E2.3: em casa só [fala] ucraniano” (L137)	Falar	Comportamental
“E2.4: quando filha vem de escola portuguesa, às vezes ela fala em português e eu respondo em ucraniano (risos)” (L76)	Falar/responder	Verbal
“E: ... no dia a dia que línguas é que fala? E2.4: em casa <u>sempre</u> ucraniano, com filhos ucraniano e no trabalho português” (L74)	Falar	Comportamental
“E2.5: é <u>mais natural</u> a gente falar em ucraniano” (L 106)	Falar	Comportamental
“E2.5: ah não ã: no trabalho faço ma-- mais o trabalho falo: português (E: sim) em casa, com a família, <u>claro que</u> a gente fala ucraniano, não é” (L 96)	Falar	Comportamental
“E2.5: muitas vezes faço contas no trabalho, mas contar começo a contar em ucraniano. eles-- porque eu disse “olha, para mim é <u>mais fácil</u> contar na--”	--	Mental
E2.5: a memória está no ucraniano” (L 113)	--	Mental

Quadro 6 - análise da pergunta 6 do ponto de vista da transitividade - grupo II

Se observarmos mais uma vez as escolhas feitas pelos entrevistados na construção dos seus discursos, em relação à sua posição e uso da língua materna, notamos também alguns aspetos interessantes, que vão de encontro às aceções que fazia acima. Do ponto de vista da transitividade (ferramenta da gramática sistémico-funcional para análise do discurso), os quadros acima mostram algumas construções diferentes nos dois grupos:

Tanto no grupo I como no grupo II, a generalidade das construções é feita com base em processos comportamentais, o que é facilmente compreensível uma vez que a pergunta que lhes era feita tinha efetivamente a ver com um aspeto comportamental (pergunta 6 do guião da entrevista - anexo 1).

Exemplos:

- 1) “E1.2: é, eu faço questão de falar crioulo. Com os amigos, claro, e com a família”
- 2) “E2.5: é mais natural a gente **falar** em ucraniano”

No entanto, há também outras construções discursivas feitas pelos entrevistados. No grupo I podemos reparar numa maior frequência de construções através de processos relacionais em que a língua é um dos participantes (portador nos processos relacionais atributivos, como em “E1.2: exato exato. isso para mim **é identidade**” e identificado nos processos relacionais identificativos, como em “E1.2: **é a nossa mãe**, não é”, “E1.2: **é uma língua materna**, está a ver).

Ocorrem também algumas construções com base em processos mentais no grupo I, o que na realidade também se verifica no grupo II. Mas, observando as construções dos dois grupos, verificamos que nas construções do grupo I os processos mentais estão mais relacionados com processos de “sentir” (exemplo 3)), enquanto que no grupo II os processos mentais construídos pelos entrevistados estão mais relacionados com processos de “pensar” (exemplo 4)):

Exemplos:

- 3) “E1.3: pronto. É a minha língua **gosto** de falar”;
- 4) “A: a gente **pensa** em ucraniano”.

Isto vai de encontro, mais uma vez, à observação que fiz acima sobre a forma como os entrevistados dos dois grupos parecem referir-se à língua materna - emocional/ prática.

Quanto aos processos relacionais encontrados nas construções dos dois grupos, é também possível observar algumas diferenças. Indivíduos de ambos os grupos fazem este tipo de construção. No entanto, as construções com base em processos relacionais encontradas nos enunciados do grupo II são apenas atributivos e dizem respeito, mais uma vez, a questões práticas (exemplo 5)), enquanto que as construções do mesmo tipo encontradas nos enunciados do grupo I são, por um lado também atributivos, abrangendo

questões práticas mas também emocionais (exemplo 6)) e, por outro, relacionais identificativos, nos quais está expressa mais uma vez a ligação emocional à língua materna (exemplo 7)).

Exemplos:

Processos relacionais atributivos

5) E2.1: pois, **é mais simples**, ã: claro, **é melhor--**”

6) E1.2: exato exato. Isso para mim **é identidade**”; “E1.5: **é mais rápido** para a gente”

Processos relacionais identificativos

7) “E1.2: **é a nossa mãe**, não é ”, “E1.2: **é uma língua materna**, está a ver”.

Observando os indivíduos na rua a conviver uns com os outros, era natural ouvir (entrevistados e outros) falar na sua língua materna entre si, especialmente os ucranianos, que entre eles parecem usar apenas o ucraniano, nunca o português. No caso dos cabo-verdianos observam-se as duas situações - falam em crioulo, mas também em português, podendo até, na mesma conversa, alternar entre as duas línguas, o que pode estar relacionado com a possível insuficiência do crioulo em relação a alguns temas ou ausência de vocabulário específico, diferentes graus de domínio das línguas por parte dos falantes, entre outros aspetos.

Embora não tenha verificado a existência de algum preconceito em relação ao crioulo nas entrevistas, nem na observação dos indivíduos, sabe-se que por vezes ele existe, associado à ideia de que o crioulo é uma língua de pouco prestígio em comparação com o português. Este facto é mencionado em alguma bibliografia (ex: Projeto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (ILTEC)*) e foi-me confirmado por alguns indivíduos cabo-verdianos com quem conversei sobre o assunto fora das entrevistas, embora também tenha falado com pessoas que afirmavam não sentir qualquer tipo de problemas em falar crioulo, nem ser alvo de preconceito. Apesar de não ser este o tema em estudo e de não sido perguntado diretamente aos entrevistados se sentiam ou não que existia preconceito em relação ao crioulo e se hesitavam falá-lo em determinados contextos por esse motivo, abordo-o aqui brevemente por me ter suscitado alguma

curiosidade o facto de as respostas às entrevistas sobre o uso do crioulo (língua materna) nunca ter tocado esse aspeto, levando a crer que não era um problema.

c) Identidade

1) Identidade individual

A identidade individual, em particular dos imigrantes, está muito associada a um sentido de identidade nacional, pertença a um grupo ou espaço. O afastamento desse espaço com o qual têm uma ligação e do qual sentem fazer parte, exige que os imigrantes façam uma gestão daquilo que sentem e daquilo que os rodeia.

No início deste trabalho deixei como uma das questões de investigação a questão: “Ocorrerá de facto uma mudança de identidade? Ou apenas um crescimento/uma adição à(s) identidade(s) prévias?”

Os resultados deste estudo, bem como a observação que faço regularmente enquanto membro de uma sociedade onde imigrantes e não imigrantes convivem diariamente, levam-me a acreditar que ocorrem os dois cenários em simultâneo: há mudança e há acréscimo nas identidades dos migrantes.

Podemos ver essas mudanças no discurso dos entrevistados quando assumem olhar para as coisas de outra forma, como no caso da entrevistada E1.4 que afirma já não compreender certos modos de pensar e tradições do seu país de origem, dando o exemplo da circuncisão feminina e da poligamia. Também alguns dos entrevistados do grupo II admitem ter notado uma diferença muito grande nos portugueses, no modo de agir e na atitude mais aberta, admitindo alguns dos entrevistados uma certa influência neles mesmos e uma certa estranheza quando visitam o país de origem: “E2.1: Já levamos a vida a pensar como portugueses.”; “E2.4: aqui somos mais abertos”; “E2.1: E2.1: sim, é. Como encontras pessoas que ã: por exemplo que ah está fora da Ucrânia (sim) já sentem outra coisa.”.

Também é possível reparar em acréscimos à identidade dos imigrantes dos dois grupos, por influência da imigração e da vivência no país de acolhimento. Ou há, pelo menos, uma construção discursiva por parte dos entrevistados que leva à assunção de que

ocorreram mudanças por acréscimo. Por acréscimo entendo um crescimento e ou uma adição de elementos à identidade dos indivíduos, sem que haja necessariamente uma mudança profunda ou uma sobreposição a outros aspetos identitários. Estes elementos podem ser maneiras de ver e pensar as coisas, interesses por novos assuntos e hábitos, aquisição de alguns hábitos culturais como por exemplo a comida - uma coexistência de elementos identitários anteriores à migração com elementos consequentes da migração.

Esta assunção de adição identitária confirma-se, no meu entender, através de alguns discursos dos entrevistados. Exemplo disso são os discursos em que entrevistados afirmam sentir-se uma espécie de “mistura” dos dois países e identidades, construção que é mais frequente nos entrevistados do grupo I. Ao mesmo tempo, este tipo de discurso sobre um sentimento de mistura identitária, leva-nos a acreditar que há de facto o desenvolvimento de um sentimento de pertença ao país de acolhimento por parte dos imigrantes. Elementos do grupo I constroem nos seus discursos identidades híbridas, como é visível no caso da entrevistada E1.4, por exemplo, quando diz: “E1.4: a minha vida agora está entre Guiné-Bissau e Portugal (hum) sinto-me portuguesa e sinto-me guineense” (L 341)... “sinto-me “pretuguesa”” (L 351)” ou E1.1 quando diz “ah, sente mistura” [...] “...os meus documentos é tudo português, os meus filhos nasceram cá todos [...] os netos todos cá. E pronto [...] a vida ta cá” (L 109-120). No grupo II, a construção desse sentimento de “mistura” identitária não é tão frequente, parecendo haver uma maior separação entre a sua origem e o país de acolhimento. Ao passo que os indivíduos do grupo I com alguma facilidade dizem sentir-se já um pouco portugueses, no caso dos indivíduos do grupo II, isso não se verifica, embora afirmem gostar muito do país, estar integrados e respeitar e sentir-se respeitados. Parece haver, segundo as construções dos entrevistados, uma maior “mistura”/ influência na identidade nos cabo-verdianos do que nos ucranianos.

Ainda sobre a “adição identitária”, penso que ela é visível quando os informantes afirmam adotar certos hábitos portugueses, tais como fazer comida típica (“E2.2: olha eu, eu, eu tá faço na minha casa to-- cozido à portuguesa (E: sim) ã: baca-- bacalhau com natas [a]doro ã: eu só pa fazer-- eu agora mesmo fazer coisas mesmo no, no, no comida de português”), ou até pela aprendizagem da língua de acolhimento, embora nesse caso se

possa discutir se se trata apenas de uma necessidade ou se há realmente uma apropriação da língua de acolhimento por parte dos indivíduos.

Apesar dessa dúvida sobre o que leva realmente os indivíduos a aprender a língua de acolhimento (se apenas por necessidade ou se conjugada com interesse e vontade de integração e pertença), penso que a língua de acolhimento pode também ser encarada como um acréscimo à identidade dos imigrantes.

Não há substituição ou apagamento da língua materna, o que é visível pelas respostas de todos os entrevistados, que afirmam manter o uso das suas línguas maternas e fazer questão de as continuar a falar quando se revela oportuno. Assim sendo, não podemos assumir que haja necessariamente uma mudança identitária nos indivíduos, uma vez que, havendo a manutenção das línguas maternas nas vidas dos seus falantes, ainda que em contextos e circunstâncias diferentes, será lógico assumir que os elementos identitários presentes na língua materna também se mantêm e continuam a ser parte dos indivíduos. Por outro lado, a língua de acolhimento e a sua aprendizagem por parte dos imigrantes, bem como o seu uso e a vivência no contexto em que ela está presente, não deixam de constituir novas experiências para os indivíduos e de ser fonte de novos conhecimentos. É nesse sentido que defendo que também a língua de acolhimento, bem como toda a experiência de imigração em Portugal, constitui também ela um acréscimo à identidade destes imigrantes.

2) Identidade coletiva

Aquando do início do processo de migração, ou antes de ele ter início, estudar a identidade coletiva destes indivíduos dos grupos em estudo, significaria estudar identidades de indivíduos ucranianos e de indivíduos cabo-verdianos.

Pensar na identidade coletiva destes indivíduos no momento presente, isto é, após vários anos de vivência em Portugal como país de origem, significa pensar numa identidade coletiva, não de indivíduos ucranianos e cabo-verdianos, mas sim de indivíduos imigrantes em Portugal, de origem ucraniana e cabo-verdiana. Esta mudança do modo de designar os indivíduos destes dois grupos implica já, por si só, uma mudança coletiva na identidade. Não deixam de ser indivíduos ucranianos e cabo-verdianos, como

é lógico, mas para estudar a sua identidade não podemos descartar o facto de, além disso, serem também imigrantes.

Muito associada a esta questão da identidade coletiva, logicamente, está a questão da identidade nacional. De que forma sentem estes indivíduos a pertença a um grupo ao mesmo tempo que tentam/precisam integrar-se num novo grupo (país de origem - país de acolhimento, respetivamente)?

A identidade nacional depende do sentimento de pertença a um determinado grupo. As identidades destes indivíduos, antes de todo o processo de migração, estavam certamente ligadas ao espaço das suas origens, Cabo Verde e Ucrânia. Apesar de não podermos afirmar que a migração mudou esse aspeto e de muito provavelmente as ligações identitárias aos países de origem não desvanecerem como consequência da imigração, é também verdade que as mudanças na vida dos indivíduos e os novos grupos e realidades com que convivem atualmente têm um impacto nas suas vidas e consequentemente nas suas identidades.

Logicamente não é possível, através destes dois pequenos grupos em análise, traçar características e/ou analisar uma identidade coletiva que diga respeito aos grupos a que pertencem os entrevistados, mas não pode deixar de ser referida a possível existência de mudanças na identidade também ao nível coletivo. Defendo que há uma mudança identitária nestes migrantes que, de certa forma, deixam de ser apenas cabo-verdianos e ucranianos, ao mesmo tempo que, ainda que integrados com sucesso na sociedade de acolhimento não se sentirão (ou não apenas) portugueses. Pertencem a mais um de vários grupos a que vão pertencendo ao longo da vida - um grupo de imigrantes, um grupo ou uma comunidade, como geralmente são designados, de cabo-verdianos ou de ucranianos em Portugal.

Por fim, apesar de não ser neste trabalho alvo de estudo, não podemos deixar de referir que as mudanças que ocorrem, fruto do processo de imigração, são mudanças que ocorrem não só nos próprios imigrantes, que deixam as suas terras e o mundo que conheciam como seu, mas também na própria sociedade que os acolhe. E o raciocínio é o mesmo: as identidades constroem-se, crescem e mudam como resultado das vivências e experiências dos indivíduos. Ora, a imigração é uma experiência (ou conjunto de experiências) vivida não só pelos imigrantes mas também, ainda que doutra forma, por

quem os acolhe. Tanto o esforço necessário para uma boa integração dos imigrantes e boa convivência de todos, como a convivência com novas ideias, pessoas, culturas, etc., ocorrem (devem ocorrer) de ambos os lados - sociedade acolhida e sociedade de acolhimento.

Conclusões

O objetivo inicial deste trabalho era, mais do que obter respostas, pensar o assunto da imigração e da língua de acolhimento do ponto de vista dos próprios imigrantes e das suas identidades, bem como ter a possibilidade de pensar o assunto da imigração de outro ponto de vista, não só político-social, mas do ponto de vista dos indivíduos, tendo acesso a dados e histórias reais de imigração em Portugal.

A hipótese avançada para o estudo aqui feito era a de que todo o processo de imigração, integração no país de acolhimento e a própria aprendizagem e convivência com uma nova língua, a língua de acolhimento, provocariam mudanças identitárias nos indivíduos que vivem estas experiências. Como seres sociais e como seres pertencentes a grupos, todos nós vemos as nossas identidades serem construídas diariamente através das nossas experiências, sendo que muitas delas são vivenciadas em sociedade. Desenvolvemos opiniões, sentimentos de pertença, identificações ou afinidades com este ou aquele assunto, com este ou aquele grupo, crescemos enquanto pessoas e enquanto cidadãos e é através das diferentes vivências ao longo da vida que vamos construindo a(s) nossa(s) identidade(s). Defendendo esta posição de construção pessoal e social constante e ao longo de toda a vida, não podia deixar de acreditar que uma experiência tão particular na vida de algumas pessoas - a imigração - provoca, também ela, mudanças identitárias em quem a vive.

Através deste pequeno estudo foi-me possível, não só manter a minha posição quanto à influência da imigração na identidade dos imigrantes (e não só), como também, e principalmente, perceber um pouco como é que essa mudança se pode verificar.

Os resultados do estudo levam a crer que a identidade dos imigrantes sofre alterações de um ou dois modos: mudança propriamente dita, ou adição de elementos identitários. A mudança verifica-se nos indivíduos em estudo quando os entrevistados afirmam, por exemplo, pensar alguns assuntos de modo diferente após a experiência da imigração em Portugal, ou quando admitem mudanças no modo de ser por influência da convivência com os portugueses - maior abertura a nível social e intelectual.

Verificou-se, no entanto, para este grupo de indivíduos, e com base nas suas construções discursivas, que, mais do que mudanças propriamente ditas na identidade, ocorre aquilo a que chamei de adição de elementos às identidades já formadas dos indivíduos. As adições incluem o conhecimento de novas realidades, a adoção de alguns dos hábitos do país de acolhimento (a gastronomia parece ser o mais flagrante), a aprendizagem da língua e da cultura, entre outros, o que se concretiza num sentimento construído por alguns dos entrevistados como uma identidade híbrida (sentem-se uma “mistura” de ambos os países).

Como esperava inicialmente, verificou-se nos informantes uma vontade de manter as suas ligações aos países de origem. Essa tentativa de manutenção dos laços com os países de origem é feita, pelos entrevistados de ambos os grupos, essencialmente através do uso das línguas maternas, embora também se refiram a outros aspetos como a religião, a cultura, a comida, etc. Logicamente que essa ligação é também feita através do contacto com familiares e amigos nos países de origem, bem como no regresso ao país quando há oportunidade.

As limitações a este estudo tiveram a ver essencialmente com a recolha do material de estudo e com o acesso às opiniões dos informantes. Tendo em conta que a recolha dos dados foi feita em contexto de entrevista, e que as entrevistas foram feitas em Portugal, por uma portuguesa, a imigrantes residentes em Portugal, não pode deixar de ser colocada a hipótese de estes aspetos poderem, de algum modo, ter interferido nas construções discursivas dos informantes, bem como no seu à-vontade para explorar determinadas questões. Além disso, ficou também a sensação de algumas das perguntas terem sido mal interpretadas pelos informantes (no sentido da compreensão do que era perguntado), sobretudo a última pergunta que era precisamente sobre a questão da identidade e mudança. Neste caso não ficou claro se se tratou, de facto, de uma falta de compreensão da pergunta em si, ou se os próprios indivíduos tinham dificuldade em responder à questão, por se tratar de algo que muitas das vezes não é consciente e por serem questões sobre as quais nem sempre estamos habituados a refletir. É possível que se tenham verificado as duas situações.

Concluindo, sociedades multiculturais e migrações e globalização, são algumas das características cada vez mais frequentes nas sociedades atuais e com as quais todos

convivemos diariamente. Estas sociedades atuais enfrentam desafios que implicam a gestão da diversidade e a aceitação e respeito do outro na sua individualidade e diferença. Não é uma tarefa simples, visto que o homem parece estar programado para estranhar aquilo que é diferente e/ou não conhece, ao mesmo tempo que diferentes visões, diferentes hábitos e culturas, diferentes valores e prioridades tornam-se muitas vezes difíceis de gerir ou conciliar. Trata-se, portanto, de um desafio que exige bastante trabalho e compromisso, mas que não tem que ser algo negativo, pelo contrário.

A imigração não deve ser pensada como sendo apenas uma forma de tirar partido do país de acolhimento por parte dos imigrantes, mas como um processo mais profundo e intrínseco aos próprio indivíduos e às sociedades, um processo que transforma, mas que, se olhado e trabalhado adequadamente e com respeito, pode ser visto como positivo e enriquecedor. Nada neste mundo é estático. Não devemos ser perversos ao ponto de pensar que as sociedades, identidades, raças, e etc., o podem ser.

Portugal é, ao que parece, um bom exemplo enquanto país de acolhimento, sendo que tudo isto é um processo e há que ir trabalhando para que as coisas corram pelo melhor e para que se possam ir corrigindo as falhas que existem e se adequem atitudes e políticas de integração às necessidades. Ou seja, há que trabalhar em conjunto para que haja um constante crescimento e para que a realidade da imigração, não só seja um processo pacífico e respeitador de todas as partes envolvidas, mas também para que se aprenda a apreciar e a tirar proveito das riquezas e da diversidade que proporciona. Haver mudanças e influências nas identidades - quer dos imigrantes quer das sociedades de acolhimento - não tem de ser algo negativo, nem deve ser olhado como tal. Há, portanto, ainda muito trabalho a fazer, nomeadamente no que diz respeito às mentalidades e à forma como muitas vezes vemos “o outro”. Ouvi-lo e querer conhecer outras realidades e opiniões é um passo importante. Foi um pouco isso que tentei fazer neste trabalho: para compreender é preciso primeiro ouvir, e para evoluir é preciso pensar os assuntos e ter em conta, respeitando, diferentes pontos de vista.

Falar em identidade e aceitar mudanças nem sempre é fácil, uma vez que se trata de algo muito pessoal, muito nosso, e ao mesmo tempo é algo sobre que muitas vezes não refletimos, o que foi possível constatar em alguns dos entrevistados. Penso que é, sem dúvida, interessante e oportuno quando se pensa em imigração e integração de

imigrantes, focar o processo de aprendizagem da língua de acolhimento, que é uma das principais ferramentas para a integração destes indivíduos. A integração envolve o conhecimento do modo como funciona a sociedade de acolhimento, a língua, a aprendizagem de aspetos relacionados com a vida quotidiana, com os direitos e deveres e com as próprias políticas de integração. Boas políticas de integração trabalham no sentido de defender os interesses tanto de imigrantes, como de nativos. No entanto, por vezes esquece-se que, para se sentir integrado, e para ter vontade de se integrar de facto na sociedade de acolhimento, é importante para o imigrante poder sentir que há reconhecimento e respeito pela sua identidade, mesmo que ela venha a mudar como resultado das circunstâncias, isto em vez de sentir a necessidade de defesa da sua identidade e das suas origens (hábitos, cultura, crenças, língua), como se de uma guerra de culturas e identidades se tratasse, seja essa guerra interna (dentro de si próprio) ou com a sociedade de acolhimento. O mesmo sentirá a sociedade de acolhimento em relação aos imigrantes, que certamente também apenas pretende respeito, e não ter que sentir a necessidade de defender-se e defender a sua identidade e cultura.

Na verdade a diferença não é algo fácil de gerir, mas vale muito a pena conseguir fazê-lo.

Bibliografia

Abranches, Maria & Alves, Tatiana (2008) *Avaliação dos serviços de apoio ao imigrante - ACIDI*, Lisboa: Organização internacional para as migrações. Disponível em:
[http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4cdc2b612e36c/live/Relat%C3%B3rio+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Organiza%C3%A7%C3%A3o+Internacional+das+Migra%C3%A7%C3%B5es+\(OIM\)+a+servi%C3%A7os+de+apoio+ao+imigrante+-+2007%2F2008](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4cdc2b612e36c/live/Relat%C3%B3rio+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Organiza%C3%A7%C3%A3o+Internacional+das+Migra%C3%A7%C3%B5es+(OIM)+a+servi%C3%A7os+de+apoio+ao+imigrante+-+2007%2F2008)
(acesso em Agosto de 2014)

ACIDI (2014) *II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)*. Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010. Disponível em:
http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs (acesso em Agosto de 2014)

ACIDI (2014) *Relatório final do II Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)*, Disponível em
http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Relat%C3%B3rio+Final+de+Execu%C3%A7%C3%A3o+do+PII+2010+-+2013 (acesso em Agosto de 2014)

ACIDI (2011) “Ucranianos em Portugal: uma comunidade para ficar?” [em linha] *Revista BI*, nº 89 Março/Abril. Disponível em :
http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4da58954cccb5/live/Boletim+Informativo+n%C2%BA+89
(acesso Novembro de 2014)

ACIDI (2011) “Investigar a imigração em Portugal” [em linha], *Revista BI*, nº 92 Outubro/Novembro Disponível em :
http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4efdb52f1f723/live/Boletim+Informativo+n%C2%BA+92
(acesso em Novembro de 2014)

ACIME (2004). *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Lisboa: ACIME. Disponível em: http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/actas_Icongresso%20imigracao%20em%20portugal.pdf (acesso em Novembro 2014).

Aires, Luísa (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ançã, Maria Helena (1999). “Da língua materna à língua segunda”. *NOESIS*, nº 51 – Jul./Set. disponível em: <http://area.dgidc.minedu.pt/inovbasic/edicoes/noe/noe51/dossier1.htm>

Baganha, Maria Ionannis, Marques, José Carlos (2001). *Imigração e Política, o caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.

Baganha, Maria Ioannis, Marques, José Carlos e Góis, Pedro (org.) (2010). *Imigração Ucrâniana em Portugal e no Sul da Europa: A Emergência de Uma ou Várias Comunidades?*. Lisboa: ACIDI I.P. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf (acesso em Janeiro de 2015)

Batalha, L. (2008). "Cabo-verdianos em Portugal: "Comunidade" e Identidade". Góis, P. (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI I.P., pp. 25-36. Disponível em: http://www.iscsp.utl.pt/~lbatalha/downloads/CVerdianos_PT_lbatalha.pdf (acesso em Janeiro de 2015)

Berry, John (1997). “Immigration, acculturation and adaptation”. *Applied psychology: an international review*, 46 (1), 5-68. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x/pdf>

Capucho, Maria Filomena (2008). “Língua, expressões linguísticas e diversidade cultural”. Mário Ferreira Lages & Artur Teodoro de Matos (2008), *Portugal - Percursos de Interculturalidade, vol. III, Matrizes e Configurações*. Lisboa : ACIDI. 253 – 298.

Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/3_PI_Cap6.pdf, (acesso em 10/12/14)

Castells, Manuel (2000) [1996]. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Edições Paz e Terra. pp. 22-28

COM (2001). *European Governance - a white paper*. Bruxelas, COM(2001) 428 final

Disponível em: http://aei.pitt.edu/1188/1/european_governance_wp_COM_2001_428.pdf (acesso em Setembro de 2014)

COM (2008). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas, COM(2008) 865 final

Disponível em: http://www.presidencia.pt/archive/doc/Comissao_Europeia_-_Quadro_Estrategico_Cooperacao_Europeia_Educacao_e_Formacao.pdf (acesso em Setembro de 2014)

Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas - aprendizagem, ensino, avaliação*. Lisboa: Edições ASA.

Edwards, John (2009). *Language and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

European Commission (2007). *Handbook on integration for policy-makers and practitioners*. Disponível em: http://www.olai.public.lu/en/publications/brochures-depliants/05-manuel2-fr/handbook_2_en.pdf (acesso em Setembro de 2014)

Fonseca, Maria Lucinda et al. (2005). “Imigração em Portugal: da herança colonial à integração nas redes internacionais de recrutamento e distribuição de mão-de-obra”. *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Lisboa: ACIDI/ Observatório da Imigração. pp. 81-106.

Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_15.pdf (acesso em Dezembro de 2014)

Fonseca, Maria Lucinda - Goracci, Mónica et al. (2007). *Mapa de boas práticas - acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/projectos/mapa_pt.pdf (acesso em Dezembro de 2014)

França, Luís et al. (1992). *A comunidade Cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de estudos para o desenvolvimento.

Glossário do Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/glossário.htm#migração>

Góis, Pedro et al. (2008). *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/2_comunidades_cabo_verdianas.pdf (acesso em Dezembro de 2015)

Gouveia, Adelina - Sola, Luísa. (2004). *Português língua de acolhimento - educação intercultural*. Lisboa: ACIME - Editorial do Ministério da Educação.

Grosso Maria José et al. (2008). *O Português para falantes de outras línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento*. Lisboa, Ministério da Educação DGIDC, ANQ, IEFP.

Grosso Maria José et al. (2009). *O Português para falantes de outras línguas. O utilizador independente no país de acolhimento*. Lisboa: Ministério da Educação DGIDC, ANQ, IEFEP.

Grosso, Maria José (2010). “Língua de acolhimento, língua de integração”. *Horizontes de linguística aplicada* 9, n. 2, pp. 61-77.

Gregory R. Guy (2000). “A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística”. *ORGANON. Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, v. 14, no. 28 e 29.

Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/30194/18703> (acesso em Março 2014)

Giddens, Anthony (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, Anthony (1996). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Hall, Stuart (1996). “The Question of Cultural Identity”. *Modernity: an introduction to modern societies*. Cambridge – Mass.: Blackwell. pp. 596-632.

Disponível em: <http://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Hall-Identity-Modernity-1.pdf> (acesso em Março de 2014)

HALL, Stuart (1997). *Identidades na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Hall, Stuart (1999). *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Hall (2008). *Identités et culture - Politiques des cultural studies*. Paris: Éditions Amsterdam.

Healy, C. (2011). *Cidadania portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006*. Lisboa: ACIDI – Observatório da Imigração. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudo45_WEB.pdf (acesso em Novembro de 2014)

Hofstede, Geert et al. (2010). *Cultures and organizations, software of mind*. McGraw Hill.

Huddleston, Thomas et al. (2011). *MIPEX III Portugal*. Bruxelas: British Council and Migration Policy Group. Disponível em <http://www.mipex.eu/portugal>, (acesso em 20 de Agosto de 2014). (tradução de *Migrant Integration Policy Index III*, Bruxelas, Fevereiro de 2011).

ILTEC (2008). *Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: ILTEC. Disponível em: http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf (acesso em Janeiro de 2015)
Disponível em: http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_ucraniano.pdf (acesso em Janeiro de 2015)

Legrain, Philippe (2006). *Immigrants, your country needs them*. London: Little Brown.

Leiria, Isabel (1999). *Português língua segunda: investigação e ensino*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/03/portuguesLSeLE.pdf> (acesso em Janeiro de 2015)

Miranda, Jacinto da Veiga (2013). *O Erro, uma análise necessária: sua implicação no ensino da Língua Portuguesa em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: FLUL - Universidade de Lisboa.
Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10053/1/ulfl148010_tm.pdf (acesso em 1/3/2015)

Neuliep, James W. (2009). *Intercultural communication. A contextual approach*. Los Angeles: SAGE.

O'Hagan, Ellie Mae (2015) "Loosing my Welsh: What it feels like to Forget a language". Disponível em: <http://www.theguardian.com/education/2015/jan/21/welsh-language-part-me-slipping-away> (acesso em janeiro de 2015)

Paiva, Zilda (2007). *Língua e Sociedade: o que nos pode revelar a Língua Materna?* em *Actas do Seminário "Língua Portuguesa e Integração"*, Universidade de Aveiro, 27 de Setembro de 2007. Lisboa: Observatório da Imigração.

Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/5_Zilda_Paiva.pdf (acesso em Novembro de 2014)

Pedro, Emília Ribeiro (1997). "Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos". Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho. pp.19-43.

Pereira, Dulce (2006). *O essencial sobre Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Phinney, Jean S. et al. (2001). "Ethnic identity, immigration and well-being", *Journal of Social Issues*, vol. 57, nº 3, 2001, pp. 493-510. Disponível em: <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/16666/JSI2001.pdf?sequence=2> (acesso em Maio de 2014)

Pimentel, C. (2006). *Imigração e identidade: Processos que se cruzam*. Porto: Universidade Aberta.

Pinho, Ísis da Costa (2008). “Diversidade linguística e identidade: as microdecisões na manutenção/perda de uma língua materna minoritária”. *Revista Contingentia*, vol. 3, No. 1, maio 2008, pp. 78–94

Pires et al. (2010). *Portugal: Atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta da China Edições.

Pliássova, Iana Vladímirovna (2007). “Comunicação intercultural e aquisição/aprendizagem do português: o exemplo dos imigrantes ucranianos”. *Actas do Seminário "Língua Portuguesa e Integração"*, Universidade de Aveiro, 27 de Setembro de 2007. Lisboa: Observatório da Imigração.

Disponível em:

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/7_Iana_%20Pliassova.pdf
(acesso em 10/12/14)

“Portugal é o melhor na integração de imigrantes na vertente da reunificação familiar e do acesso à nacionalidade - relatório de políticas de integração de migrantes 2011” –

Press release disponível em:

http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d6be50b594a6/live/Portugal++%C3%A9+o+melhor+na++Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes+-+na+vertente+da+Reunifica%C3%A7%C3%A3o+Familiar+e+do+Acesso+%C3%A0+Nacionalidade (acesso em Novembro de 2014)

Rosales, Marta Vilar et al. (2009). *Crescer fora d'água*. Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração.

Rosário, Edite - Santos, Tiago (2008). *Quanto custa ser imigrante*. Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração.

Saint-Maurice, Ana de (1997). *Identidades reconstruídas - Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Samovar, Larry A. et al (2009). *Intercultural Communication, a reader*. Boston, Mass.: Wadsworth Cengage Learning.

Santos, Ana Sofia Clemente (2012). *A imigração em Portugal, o Português Língua de Acolhimento e as problemáticas de identidade linguística e cultural* (dissertação de mestrado). Lisboa: FLUL - Universidade de Lisboa.

Schwartz, S. J et al. (2001). “The evolution of eriksonian and neo-eriksonian identity Theory and research: a review and integration”. *Identity: an International Journal of Theory and Research*. 1 (1), pp. 7-58. Disponível em: http://www.sethschwartz.info/pdfs/Identity_Review_Paper.pdf (acesso em Maio de 2014)

Schwartz, S. J et al. (2006). “The role of Identity in Acculturation among Immigrant People: Theoretical propositions, Empirical Questions, and Applied Recommendations”. *Human Development*, n. 49, pp. 1-30.

Disponível em: <file:///C:/Users/hp/Downloads/Acculturation%20and%20Identity.pdf> (acesso em Maio de 2014)

Serafini, Toni E. (2000). *The construction of a scale that measures the functions of identity*. Ontario: University of Guelph. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk2/ftp03/MQ55713.pdf> (acesso em Janeiro de 2015)a

Serafini, Toni E. - Adams, Gerald R. (2006). “Functions of identity: scale construction and validation”. *Identity: an Interactional Journal of Theory and Research*, 2 (4), pp 363-391. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/247502563_Functions_of_Identity_Scale_Construction_and_Validation (acesso em Janeiro de 2015).

Semedo, Gabriela (2011). *Políticas de Integração: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto de acolhimento e integração de adultos migrantes* (dissertação de mestrado). Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

SEF (2008). *A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal - Rede Europeia das Migrações*. Oeiras: SEF.

Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsiloImigemPortugal.pdf>, (acesso em 3/9/2014).

SEF (2013). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2012*. Oeiras: SEF-

Disponível em <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf> , (acesso em Agosto de 2014)

SEF (2014). *Relatório de imigração Fronteiras e Asilo 2013*. Oeiras: SEF.

Disponível em: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf (acesso em Agosto de 2014)

Sousa, José Edmundo Xavier Furtado (2006). *Os Imigrantes Ucranianos em Portugal e os Cuidados de Saúde*. Lisboa: ACIME.

Taylor, Charles (1992). *The politics of recognition*. Princeton: The University Press.

Teles, Tércia Ataíde França (2005). “Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolinguística”, *II Congresso Mundial De Transdisciplinaridade*. Vila Velha e Vitória, Brasil: Centro de Estudos Transdisciplinares. Disponível em:

http://cettrans.com.br/artigos/Tercia_Ataide_Franca_Teles.pdf, (acesso em outubro de 2014)

The European language portfolio (ELP). Disponível em: www.coe.int/portfolio

Vicher et al. (2011). *Référentiel Français Langue d'intégration*. Paris: Ministère de l'Intérieur, de l'Outre-mer, des Collectivités territoriales et de l'Immigration.

Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.) (1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Lisboa: Edições Cosmos.

Weiß, Johannes - Schwietring, Thomas “The Power of Language
A philosophical-sociological reflection”, Disponível em:
<http://www.goethe.de/lhr/prj/mac/msp/en1253450.htm> (acesso em Janeiro de 2015)

Sitografia

ACIDI - <http://www.acidi.gov.pt/>

Observatório da imigração - <http://www.oi.acidi.gov.pt/index.php>

SEF - <http://www.sef.pt>

SEFSTAT - <http://sefstat.sef.pt>

CAPLE - <http://ww3.fl.ul.pt/caple/default.aspx>

MIPEX - <http://www.mipex.eu/>

Portal de informação ao imigrante - <http://www.imigrante.pt/#1>

Portal de Imigração da União Europeia - <http://ec.europa.eu/immigration/>

Programa Escolhas <http://www.programaescolhas.pt/>

CAPLE - <http://caple.lettras.ulisboa.pt/>

Glossário do Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.migrante.org.br/glossario.htm#migração>

Prova de Língua Portuguesa para Aquisição de Nacionalidade - <http://www.dgidc.min-edu.pt/projetosinterministeriais/index.php?s=directorio&pid=7>

Instituto de emprego e formação profissional - <https://www.iefp.pt/>

Legislação

Diário Da República — I SÉRIE-A N.º 75—17 de Abril de 2006, Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril Lei da nacionalidade, N.º 1 do Artigo 6

Prova de Língua Portuguesa para Aquisição de Nacionalidade:

- *Diário da República, 1.ª série—N.º 240—15 de Dezembro de 2006, Portaria n.º 1403-A/2006 de 15 de Dezembro*

- *Diário da República, 1.ª série — N.º 175 — 11 de setembro de 2014, Portaria n.º 176/2014 de 11 de setembro*

disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2014/09/17500.pdf>

(acesso em Janeiro de 2015)

lei do estrangeiro

In <https://sites.google.com/site/leximigratoria/lei-de-estrangeiros-alterada>

<http://www.nacionalidade.sef.pt/legislacao.htm> consultado em 18/07/2014 (lei da nacionalidade)

Anexos

Anexo 1 - Guião da entrevista

Entrevista

Introdução

- Identificação do entrevistado

Nome, idade, local de nascimento, grau de escolaridade mais elevado

- Esclarecimento sobre propósito da entrevista

no âmbito de um projeto de mestrado, que visa estudar a questão integração e identidade de imigrantes em Portugal e a sua relação com a língua de acolhimento

- Papel que se espera que entrevistado desempenhe:

diga o que lhe vem à cabeça, não há respostas certas nem erradas, quero saber o que pensa e qual foi a sua experiência no que diz respeito à imigração em Portugal

- Condições de anonimato:

as entrevistas são gravadas e depois transcritas, em nenhum momento vai ser revelada a sua identidade

Perguntas

1- Há quanto tempo vive em Portugal?

- Porque decidiu vir viver para Portugal? Porquê Portugal e não outro país?

- Que problemas/desafios teve quando chegou?

- sabia/não falar português?

- Como foi o seu processo de integração? Legal e social (difícil? longo? decorreu com normalidade?)

2- Sente-se integrado em Portugal?

- As pessoas tratam-no bem?

- Identifica-se com os hábitos e o modo de vida em Portugal?

3- Mantem ligação com o seu país de origem? Tem saudades? Pretende regressar?

- Mesmo estando longe, continua a sentir-se x (nacionalidade)? Ou também um bocadinho português?

- Sente que tem duas terras, nenhuma, apenas a sua de origem...

4- Em relação à língua, o que sentiu quando chegou?

- Já sabia falar/ teve que aprender/foi fácil/ foi difícil...

- Como aprendeu português cá? (Dia a dia, escola, trabalho...)

- Frequentou algum curso de português? Qual? Porquê? O que achou?

- 5- No dia a dia, atualmente, fala apenas português, a sua língua materna.. Em que situações fala qual?
- Porquê?
 - Para si, falar na sua língua materna é mais natural? Sente que, de alguma forma, usa-la o liga ao seu país e as suas origens? Ou não pensa nisso?
- 6- Falar português e adotar hábitos portugueses, sente isso como uma ameaça a sua identidade ou uma desvalorização das suas raízes?
- 7- Sente que ter imigrado o mudou enquanto pessoa? (identidade)
- De que forma?
 - Antes de imigrar era a pessoa x, pensava daquela forma, tinha determinados hábitos, acreditava em determinadas coisas... Ter imigrado e viver particularmente em Portugal, mudou alguma coisa?

Anexo 2 - transcrições

(PDFs no CD)

- 2.1 - Entrevista G1.1
- 2.2- Entrevista G1.2
- 2.3- Entrevista G1.3
- 2.4- Entrevista G1.4
- 2.5- Entrevista G1.4
- 2.6- Entrevista G2.1
- 2.7- Entrevista G2.2
- 2.8- Entrevista G2.3
- 2.9- Entrevista G2.4
- 2.9- Entrevista G2.5

Anexo 3 - Dados dos entrevistados do grupo 1

(PDF no CD)

Anexo 4 - Dados dos entrevistados do grupo 2

(PDF no CD)

